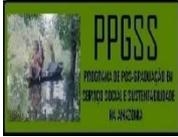




**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS**



**O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água
Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus-
Amazonas**

Viviane de Oliveira Rocha

Bolsista Capes

MANAUS – AM

2019

VIVIANE DE OLIVEIRA ROCHA

O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus- Amazonas

Dissertação apresentada aos membros da Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia, sob orientação da professora doutora Iraíldes Caldas Torres

MANAUS – AM

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R672p	<p>Rocha, Viviane de Oliveira O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus- Amazonas / Viviane de Oliveira Rocha. 2019 146 f.: il. color; 31 cm.</p> <p>Orientadora: Iraíldes Caldas Torres Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. Gênero. 2. Protagonismo. 3. Agricultura Familiar. 4. Amazonas. I. Torres, Iraíldes Caldas II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	---

VIVIANE DE OLIVEIRA ROCHA

O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus- Amazonas

Dissertação apresentado aos membros da Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia, sob orientação da professora doutora Iraildes Caldas

Aprovado em 04 de julho de 2019

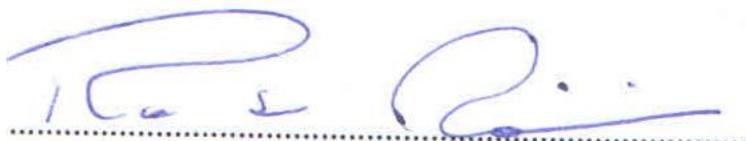
BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Iraildes Caldas Torres – Presidente
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Profª Dra. Cristiane Bonfim Fernandez – Membro
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Profª Dra. Rosa Ester Rossini – Membro
Universidade de São Paulo (USP)

Aos meus pais, Oricélia Rocha (in memoriam) e Francisco Rocha que me deram a vida e sempre acreditaram nas minhas potencialidades, investindo nos meus estudos. Vocês são minha fonte de inspiração e meu manancial motivador para a busca constante do crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Nessa caminhada não estive só. Pude contar com forças espirituais e com algumas pessoas que vieram ao meu encontro para fortalecer-me e não deixar que eu caísse em desânimo. A essas pessoas quero agradecer com alegria e satisfação.

Em primeiro lugar volto meu agradecimento ao Deus supremo, pela força invisível que me fortificou em todos os momentos desta caminhada e me trouxe até aqui! És tu, o Eterno, que me sustentou enchendo-me de fé e força para trilhar a caminhada difícil e prazerosa da vida em busca do brilho do sol. Foi, pois, com essa força que consegui a tão sonhada formação acadêmica e profissional;

Agradeço a minha orientadora Iraíldes Caldas Torres, pelo apoio, estímulo e orientação em todas as etapas da construção deste trabalho, deixando-me à vontade para trilhar meus próprios caminhos. Receba todo o meu carinho e afeto. Aceitou orientar-me mesmo com um filho ainda muito pequeno, sabendo do grande desafio que eu iria enfrentar, nunca desistiu de mim, e se fosse necessário pegaria em minhas mãos para caminharmos juntas. De você vem um desabrochar de inspiração para a contínua busca do conhecimento;

Agradeço às professoras da Banca de Qualificação, doutoras Sandra Helena da Silva e Amélia Regina Batista, por suas contribuições, necessárias para que eu pudesse seguir adiante e concluir o processo de elaboração da dissertação;

Agradeço ao meu companheiro, Sandro da Silva Oliveira, pela presença em todas as horas de angústias e desespero, por sempre me estimular, não me deixando desanimar. Você é meu porto seguro e âncora da minha vida. Agradeço-te por cuidar do nosso filho na minha ausência, naquelas noites que eu tinha que estar estudando. Sou grata ao meu pequeno grande Arthur Rocha, que desde tão pequeno, sempre estava ali me apoiando, sentindo minhas angústias. De vocês vem a certeza de que a vida é doce e vale a pena ser vivida, num contexto de companheirismo e amor;

Agradeço a minha tribo em especial ao meu pai, Francisco Rocha que, mesmo com pouca educação formal me enriquece sempre com seus conhecimentos e, embora não entendendo o que significava tudo isso, sempre acreditou muito em mim, motivando-me a estudar que era a única coisa que você podia me deixar. Você, pai, me ensinou a lutar pelos meus sonhos. Aos meus irmãos que em suas tenras idades não compreendem o significado dos estudos pós-graduados, mesmo assim, estavam sempre a me apoiar. Iam para a pesquisa de campo comigo me fazendo companhia: Italo, Franciane, Joana, Ismael, Yara, Yanca e Hildo. Obrigada por vocês terem compreendido minha ausência, estresse e angústias, ficando sempre na torcida. Em especial ao Italo e Franciane por terem contribuído comigo nas transcrições dos áudios da pesquisa. De vocês vêm à certeza de que tenho onde me segurar quando não existir mais o chão;

Agradeço a minha sogra Gracineide da Silva que sempre me apoiou e acreditou em mim. Alimentou sempre a esperança de que eu terminaria o mestrado com êxito, sempre esteve ali ao meu lado, nos momentos de tensões, acompanhando-me nas orientações e cuidando do meu filho. Você representa para mim o espírito materno, minha gratidão;

Muito especialmente, agradeço a todas as **Pedras Preciosas**, mulheres agricultoras que participaram da pesquisa, contaram suas histórias de vida, compartilharam comigo suas trajetórias e experiências no espaço doméstico e no público. Sou-lhes muitíssimo grata pela acolhida, confiança e pela amizade que se concretizou neste processo e por me ajudarem a construir suas histórias, o protagonismo de cada uma de vocês. Meus sinceros agradecimentos aos membros da Associação de Agricultores do Assentamento Água Branca, por aceitarem participar da minha pesquisa, possibilitando-me acessar os documentos e a participar das reuniões da comunidade. A vocês minha eterna gratidão;

Agradeço ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder – GEPOS, pela formação dispensada a mim com muita fraternidade, solidariedade, companheirismo, possibilitando-me em momentos de aprendizado e formação coletiva, por meio das reuniões mensais e encontro anual de formação com temáticas multidisciplinares. Tive a oportunidade de participar por cinco vezes nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 na Fazenda Experimental da UFAM das oficinas anuais do Gepos. De vocês me vem a esperança e a certeza usufruto de amizades seguras;

Agradeço de coração às colegas e companheiras de turma do Mestrado: Aline Ribeiro, Márcia Braga, Jéssica Lemos e Thaynara Reis, pela amizade, carinho, apoio, troca de materiais e de experiências de vida. Amigas que o mestrado me presenteou. De vocês me vem a amizade e acolhimento nos momentos difíceis e aqueles de grande alegria;

Agradeço à secretaria do programa, em especial ao Washington, pelo apoio institucional administrativo, facilitando a vida burocrática nesse processo de pós-graduação. Dele me vem a concretização de mais um passo dado a caminho do conhecimento.

Um agradecimento especial à Michelle Vale, uma professora do tempo da minha graduação, que semeou em mim a semente da pesquisa, sempre me motivando a continuar os estudos, me dando muita força e sempre muito carinhosa, principalmente na etapa final, ajudando-me a crer que tudo ia dar certo. Dela me vem o afeto e carinho de mãe que sempre precisamos.

Minha gratidão a todos aqueles que contribuíram de alguma maneira para que eu pudesse continuar meus estudos, familiares e amigos. De vocês me vem a esperança de dias melhores.

Meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela disponibilidade da bolsa de mestrado, fundamental para que eu pudesse realizar o mestrado.

Por fim, um agradecimento de amor e afeição é dirigido a minha mãe, Oricélia Eugenio de Oliveira Rocha, que cuidou de mim com zelo e muito amor, não

deixando faltar nada à minha vida até o momento em que fez a grande viagem, deixando órfãos seus nove filhos. A você, mãe, fogem-me as palavras para dizer-te o quanto representas para mim, fico com voz embargada só em pensar que cheguei ao final do mestrado, com a tua mão protetora, discutindo protagonismo das mulheres agricultoras que você contribuiu para o seu empoderamento no assentamento Água Branca. Obrigada minha mãe, e receba meu afeto onde estiveres.

RESUMO

Este estudo tem a intenção de analisar de que forma ocorre o protagonismo das mulheres no trabalho da agricultura familiar no Assentamento Água Branca, dando especial destaque às suas trajetórias de vida e organização social. Os estudos sob a luz de gênero têm assumido relevância nos dias atuais com grande potencial de análise, imprimindo um novo pensar no Serviço Social, especialmente quanto a visibilidade das mulheres enquanto sujeitos de direitos e de protagonismo social. A pesquisa busca dar visibilidade à participação efetiva das mulheres na agricultura familiar, seu protagonismo e empoderamento no contexto de reforma agrária, dando destaque às relações de gênero. O estudo assumiu o aporte teórico metodológico das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. O *locus* da pesquisa concentrou-se no Assentamento Água Branca, localizado na Am 010 km 32, no município de Manaus, no Amazonas. Dentre os múltiplos resultados constatados ficou claro que as mulheres são os sujeitos centrais nas atividades produtivas do assentamento Água Branca; elas são os principais sujeitos de organização política da comunidade Uberê onde está situado o assentamento em análise. Trata-se de mulheres cujo o protagonismo se efetiva para além da comunidade, estendendo-se até a comercialização dos produtos agrícolas na feira livre. Deve se reconhecer, por fim, que as mulheres agricultoras tem assumido a construção de seus espaços políticos de forma aguerrida e comprometida com a sua comunidade, o que tem se constituído num grande desafio.

Palavras-chave: Gênero, Protagonismo, Agricultura Familiar, Amazonas.

ABSTRACT

This study is intended to examine how the role of women in the work of family agriculture in the white water Settlement, giving special emphasis to their life trajectories and social organization. The studies under the light of genre have assumed relevance today with great potential for analysis, printing a new thinking in Social Service, especially as the visibility of women as subjects of rights and social protagonism. The research seeks to give visibility to the effective participation of women in family agriculture, your role and empowerment in the context of agrarian reform, giving emphasis to gender relations. The study assumed the theoretical methodological contribution of qualitative approaches without deleting the quantitative aspects. The locus of research focused on white water Settlement, located in the Am 010 km 32, in the city of Manaus, in the Amazon. Among the multiple results found it became clear that women are the central subjects in the productive activities of the white water settlement; they are the main subject of political organization of the Uberê community in which is situated the settlement under discussion. These are women whose role becomes effective beyond the community, extending up to the marketing of agricultural products in free fair. Must recognize that women farmers have undertaken the construction of their political space so passionate and committed to your community, which has become a major challenge.

Keywords: Gender, Protagonism, Family Agriculture, Amazonas

RESUMEN

Este estudio pretende examinar cómo el papel de la mujer en el trabajo de la agricultura familiar en el blanco del agua del establecimiento, poniendo especial énfasis en sus trayectorias de vida y organización social. Los estudios a la luz del género han adquirido importancia hoy en día con un gran potencial para el análisis, un nuevo pensamiento en Servicio Social, especialmente como la visibilidad de las mujeres como sujetos de derechos y el protagonismo social de la impresión. La investigación pretende dar visibilidad a la participación efectiva de las mujeres en la agricultura familiar, su papel y empoderamiento en el contexto de la reforma agraria, dando énfasis a las relaciones de género. El estudio supone la contribución teórica metodológica de enfoques cualitativos sin borrar los aspectos cuantitativos. El locus de la investigación se centró en agua blanca del establecimiento, situado en el km 010 soy 32, en la ciudad de Manaus, en Amazonas. Entre los múltiples resultados hallados llegó a estar claro que las mujeres son los temas centrales en las actividades productivas de la población de agua blanca; son el tema principal de la organización política de la comunidad de Uberê en que se encuentra el establecimiento en discusión. Estas son las mujeres cuyo papel se convierte en eficaz más allá de la comunidad, que se extiende hasta la comercialización de productos agrícolas en feria libre. Debe reconocer que las mujeres agricultoras han llevado a cabo la construcción de su espacio político tan apasionado y comprometido con su comunidad, que se ha convertido en un reto.

Palabras clave: género, liderazgo, la agricultura familiar, Amazonas

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Prática do AJURI no Assentamento Água Branca	38
Imagem 2 Recebimento da Certificação Orgânico	40
Imagem 3: III Encontro de Mulheres Promotora de Agricultura geradora de vida do Amazonas	68
Imagem 4: Agricultores na Feira da Agencia de Desenvolvimento Sustentável - ADS	70
Imagem 5: Agricultores Orgânicos do Assentamento Água Branca	71
Imagem 6: Agricultoras de Orgânico na feira no MAPAFonte: Pesquisa de Campo (2018).	73
Imagem 7: Agricultora do Assentamento Água Branca na AGROUFAM	84
Imagem 8: Família na venda dos produtos	85
Imagem 9 : Residência de Diamante.	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1: Produtores rurais no Assentamento Água Branca	57
Gráfico 2: Participação na Renda Familiar	58
Gráfico3: Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido	59
Gráfico 4: Mulheres Vinculadas as Organizações de Apoio aos Agricultores	66

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
AM	Amazonas
APOAM	Associação de Produtores Orgânicos do Estado do Amazonas
CF	Constituição Federal
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EMFLOR	Encontro de Estudos de Mulheres da Floresta
GEPEM	Grupo de Estudos e Pesquisa Eneida de Moraes Sobre Mulher e Relações de Gênero
GEPOS	Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento Sem Terra
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIS	Projeto Agroecológico Integrado Sustentável
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PPGCASA	Programa de Pós-graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
PPGSCA	Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas

PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
PNRA	Política Nacional de Reforma Agrária
REMA	Rede Maniva de Agroecologia
SAF	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrária
SDS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMMASDH	Secretaria Municipal da Mulher e de Assistência Social e Direitos Humanos
SEMPAB	Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento
SEPROR	Secretaria de Estado de Produção Rural
SEPROR	Secretaria de Estado de Produção Rural
SINTRARURAIIS	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Manaus
SIPRA	Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária
SISCASA	Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TC	Tecnologia Convencional
TS	Tecnologia Social
UCAM	Universidade Candido Mendes
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNINORTE	Centro Universitário do Norte
UPF	Unidade de Produção Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
SEÇÃO I – AS MULHERES E O EMPODERAMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA: AVANÇOS E DESAFIOS	20
1.1 A questão da terra e o impasse da reforma agrária no Brasil.	20
1.2 Agricultura familiar na Amazônia: uma questão de gênero.....	34
1.3 Caracterização do locus de pesquisa: Assentamento Água Branca.....	44
SEÇÃO II – O PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO ÁGUA BRANCA	52
2.1 As mulheres do Assentamento Água Branca e a agricultura familiar.....	52
2.2 Organização social das mulheres no Assentamento Água Branca.....	61
2.3 A feira de produtos regionais como empoderamento feminino	74
SEÇÃO III – TRAJETÓRIAS DE VIDA E TRABALHO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO ÁGUA BRANCA	89
3.1 Vida e Trabalho de Ametista	89
3.2 Esmeralda na Feira de Produtos Orgânicos, uma Poiesis.....	100
3.3 Protagonismo de Diamante	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	138

INTRODUÇÃO

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
muda-se o ser, muda-se a confiança. Todo
mundo é composto de mudança, tomando
sempre novas qualidades.*

(Luís de Camões)

Este estudo assume o propósito de analisar de que forma ocorre o protagonismo das mulheres no trabalho da agricultura familiar no Assentamento Água Branca, dando especial destaque às suas trajetórias de vida e organização social. Buscamos situar a participação das mulheres na agricultura, sua luta e empoderamento no contexto da proposta de reforma agrária, destacando o protagonismo delas na vida comunitária. Procuramos, também, tracejar a trajetória de vida e de trabalho de mulheres líderes com ênfase na vivência em comunidade e experiência política de poder e decisão.

A escolha desse tema das mulheres agricultoras está associada à minha história de vida, algo de família que me leva a ver os meus pais nesta abordagem, já que eles são assentados do INCRA no Assentamento Água Branca. Eles são agricultores e sempre lavravam a terra de onde retiram o alimento para a sobrevivência da família. Minha progenitora foi liderança de destaque nesse Assentamento, responsável pelo desenvolvimento de alguns projetos de impacto dentro dessa comunidade. É, pois, esse contexto de protagonismo feminino de minha progenitora que me motivou a optar pelo gênero como temática de interesse.

Siliprandi (2015) destaca que as mulheres rurais além de executarem as atividades produtivas estão presentes nas lutas sociais dos agricultores, embora sua participação tenha pouca visibilidade. Ou seja, a participação das mulheres rurais no espaço político é, peremptoriamente, sem visibilidade, embora essa realidade esteja mudando nos dias atuais. Pode-se dizer que a organização das mulheres no campo remonta os anos 1980, quando em 1984 foi criado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Sertão Central de Pernambuco, responsável pelo encaminhamento à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) da proposta de sindicalização das mulheres.

A partir de 2003, diversas ações de estímulo às mulheres do campo foram implementadas pelo Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Agrário do MDA-

Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo como objetivo o desenvolvimento rural de forma sustentável e solidário e em diálogo com as trabalhadoras rurais. Em 2004 ocorre, o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural por intermédio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que, até então, não possuíam documentação e reconhecimento do desenvolvimento de suas atividades.

O protagonismo das mulheres rurais se dá em torno do direito à terra, mas, principalmente, em favor do direito à titularidade conjunta com os seus companheiros mediante a adjudicação¹ de lotes. É somente a partir de 2007 que é garantida às mulheres a titularidade conjunta, independentemente do seu estado civil, na aquisição dos lotes. De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), na área rural residem mais de 14 milhões de mulheres, na sua maioria, em condições precárias agravadas pela distância das áreas urbanas e dos serviços públicos (BRASIL, 2015).

Silva et al (2015, p.31) reconhecem as mulheres como seres centrais na atividade produtiva. Elas “desenvolvem atividades produtivas semelhantes aos homens, tem um valor central para a sobrevivência da família no âmbito rural”. As mulheres construíram inúmeros espaços de poder antes tidos como masculinos. Não obstante, esses espaços conservaram-se masculinizados, fundadas em princípios e normas patriarcais. Há cerca de algumas décadas as mulheres agricultoras vem buscando construir seus espaços no contexto rural, o que não se constitui numa tarefa fácil, em virtude do poder que os homens exercem na família e na comunidade.

Este estudo assume o aporte das abordagens qualitativo sem excluir os aspectos quantitativos. A amostra da pesquisa abrangeu 10 mulheres do Assentamento Água Branca e 04 homens do referido assentamento. Estes participantes foram ouvidos sob a técnica de entrevista profunda, aquela, que, conforme Bourdieu (2012), o pesquisador pode coletar informações com um mesmo informante quantas vezes forem necessárias. Ouvimos também 01 representante do Assentamento; 01 do representante poder público (IDAM) e 01 representante do (INCRA). Estes participantes foram ouvidos a partir da aplicação de entrevista

¹ Ato judicial mediante o qual se declara e se estabelece que a propriedade de uma coisa (bem móvel ou bem imóvel) se transfere de seu primitivo dono (transmitente) para o credor (adquirente), que então assume sobre ela todos os direitos de domínio e posse inerentes a toda e qualquer alienação.

semiestruturada. Nosso intuito foi verificar de que forma o poder público garante as políticas públicas para o Assentamento e como elas são monitoradas.

A dissertação está estruturada em três seções capitulares para melhor disposição didática. A primeira seção se ocupa de uma abordagem sobre o empoderamento das mulheres na agricultura familiar, procurando identificar de que forma é construído o entendimento sobre Reforma Agrária e a Política de Assentamento. Localizamos a Amazônia e sobre a agricultura familiar, discorrendo sobre as desigualdades de gênero na região. Apresentamos o locus da Pesquisa numa breve caracterização do Assentamento Água Branca.

A segunda seção traz a discussão sobre o protagonismo social das mulheres no Assentamento Água Branca, sua organização social nesse espaço, destacando a feira de produtos regionais como empoderamento feminino. A terceira seção versa sobre a trajetória de vida e de trabalho de três mulheres do Assentamento Água Branca, apresentando aspectos de sua vida pessoal, sua subjetividade, práticas sociais de trabalho e organização social no contexto das relações de gênero.

Por fim, deve-se reconhecer que esta pesquisa assume relevância aos estudos da temática de gênero no âmbito do Serviço Social, o qual tem expandido o seu arco de abrangência para as práticas sociais das mulheres nos últimos tempos. Assume importância, especialmente, como um documento que poderá contribuir para dar visibilidade ao protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca, bem como à Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da Comunidade Ubêre, onde se encontra localizado o Assentamento em análise.

SEÇÃO I – AS MULHERES E O EMPODERAMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA: AVANÇOS E DESAFIOS

A agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade
(LAMARCHE, 1993)

1.1 A questão da terra e o impasse da reforma agrária no Brasil.

As desigualdades sociais assinalam fortemente a vida da população brasileira desde o período colonial, momento em que a Coroa Portuguesa implanta o sistema capitanias hereditárias para arbitrar sobre a terra, embora a terra por si só, concentradas em poucos donos, não sejam os únicos responsáveis pelas desigualdades. O sistema de sesmarias que passa a vigorar no Brasil colonial desde o século XVII excluía os índios e os negros da concessão das terras.

Esse sistema de exclusão é utilizado historicamente para retirar do direito a terra as chamadas minorias sociais o que contribuiu para a estruturação das desigualdades sociais. De acordo com Martins (2002, p.164), “havia uma injustiça estrutural no regime sesmarial: só poderia ser sesmeiro o homem livre e, até meados do século XVIII, puro de sangue e puro de fé. Aos índios aculturados e aos mestiços era, no geral, verdade a concessão da sesmaria”.

Nota-se que tanto os escravos quanto os indígenas não tinham acesso à terra e, esta situação, se agravou com a abolição da escravatura em 1888, momento em que ocorreu o término do regime de sesmaria. Não faremos aqui uma digressão desse período histórico, cabe-nos somente sinalizarmos o fio condutor de nossa discussão, ou seja, de onde parte a desigualdade social em relação à terra. De acordo com Netto (2007, p.139),

O Brasil é candidato a campeão mundial de desigualdade econômica”, uma vez que, segundo dados da entrada dos anos 90 do século passado, “os 20% mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda”. O panorama da propriedade fundiária é emblemático dos suportes da desigualdade brasileira: há dez anos, e este quadro não mudou em nada, 75 propriedades rurais detinham 7,3% (24 milhões de hectares) das

terras totais do país, enquanto 75% das propriedades rurais permaneciam com somente 11% das terras agricultáveis.

No que tange ao tempo contemporâneo de acesso à terra Almeida [s/n, p. 10], destaca que "os critérios de segurança para tratar problemas agrários expressaram uma ordem claramente econômica". A mola mestra para pensar o problema da terra repousa, fundamentalmente, na lógica do sistema capitalista. De acordo com Martins (2002, p.170), "esse foi o longo período de vigência da relação entre o capital e a propriedade da terra estreitamente associada ao modo como se dera o fim da escravidão, uma espécie de pacto em que a grande lavoura foi o fundamento da acumulação capitalista e da diversificação econômica".

O pouco caso dado à terra no processo histórico brasileiro transformaram-na numa questão agrária. Mas do que um problema social à terra se torna uma questão insolúvel e de larga extensão social, posto que nunca foi feita a reforma agrária no país.

Carter (2010, p.37) expõe que "ao longo do século XX, políticas de redistribuição foram adotadas em várias nações". No entanto elementos surgiram para travar as iniciativas e diminuir o peso da reforma agrária na pauta dos debates em torno da promoção do desenvolvimento. Vejamos conforme o autor,

A crescente urbanização no Terceiro Mundo, o aumento da produção agrícola com a introdução de tecnologias modernas, a queda do comunismo, a ascensão do neoliberalismo e a expansão dos conglomerados do *agribusiness* global, contribuíram para a formação desse novo cima de opinião com respeito à redistribuição fundiária (CARTER, 2010, p.37).

A proposta de reforma agrária põe-se na contramão dos interesses capitalista, tendo em vista que a concentração de terras associada aos interesses dos monopólios transnacionais, continuam produzindo desigualdades sociais no campo e também na cidade, com especificidades distintas.

A reforma agrária brasileira tem uma trajetória histórica tracejada por caminhos tortuosos, cujo processo é inacabado e incipiente ao mesmo tempo em que é fragmentário e descontínuo. A terra sempre se pôs como um bem necessário à vida humana em todos os tempos e lugares, e a agricultura é o usufruto da terra, a

qual tem sido o elemento central de sustento dos povos. De acordo com Stedile (2011, p.18),

Segundo pesquisas antropológicas, há sinais comprovados da existência de vida humana no território brasileiro de 50 mil anos atrás. Foram encontrados diversos instrumentos e vestígios de presença humana no Estado do Piauí. Portanto, por ora, há fortes indícios de que a sociedade brasileira foi sendo formada e nosso território começou a ser habitado há 50 mil anos. Desde os primórdios da nossa sociedade até o ano de 1.500 d.C., a História registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura.

Em Santos (2007), percebemos a importância que a terra tem para as pessoas para a constituição de sua identidade. A terra, neste sentido, é um bem-vista sob duas perspectivas: aquelas de onde os trabalhadores retirem o seu sustento, por meio do cultivo agrícola; e a terra enquanto território para servir de moradia, constituindo a sua identidade, uma espécie de território usado.

No Brasil, o modelo de colonização contribuiu para a perpetuação de um sistema fundiário baseado na grande propriedade, afinal, o início da colonização no Brasil se deu pautado nos grandes latifúndios. O papel da grande propriedade na realidade sempre foi o de servir de reserva patrimonial e de valor às elites, o que impede a classe trabalhadora de ter acesso à terra para produzir. Isto dificultou a implantação de uma verdadeira reforma agrária no Brasil. A seguir apresentamos um quadro ilustrativo das várias concepções de reforma agrária. Vejamos:

Quadro 1: A questão agrária a partir de diferentes interpretações

Questão Agrária na Literatura Política	O conceito de Questão Agrária esteve, mas ligado aos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político (STEDILE, 2011).
Questão Agrária na Sociologia	O conceito de Questão Agrária é utilizado para explicar as formas como se desenvolve as relações sociais, na organização da produção agrícola (STEDILE, 2011).
Questão Agrária na Geografia	O conceito de questão agrária é utilizado para explicar a forma com as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação no território (STEDILE, 2011).

Questão Agrária na História	O conceito de questão agrária é usado para explicar a evolução da luta política e a lutas de classe para o domínio e controle dos territórios e da posse da terra (STEDILE, 2011).
Questão Agrária ² no Serviço Social	Compreende-se a partir das particularidades da questão social resultantes do embate de classe advindo das relações capitalista na agricultura compõem a questão agrária, e a não apreensão das mediações que constituem a inviabilizar uma análise da realidade a partir do mundo do trabalho [...], deste modo, a questão agrária expressa os diferentes conflitos decorrentes do uso da terra e/ou da relação capital/trabalho desencadeado ou aprofundados pelo modelo de desenvolvimento agrário vigente. (SANT'ANA, 2012)

Fonte: Adaptação com base nos estudos de Stedile (2011) e Sant'Ana (2012).

A proposta de reforma agrária enfrentar percalços em todos os momentos históricos do Brasil, situação que contribuiu para a ineficácia da execução de políticas públicas, voltadas para a população rural, pois a reforma agrária manteve intacto certos traços herdados do regime colonial, como, por exemplo, o latifúndio³. No Brasil, a burguesia industrial tem origem na oligarquia rural das exportações do café e do açúcar e na importação de máquinas e operários, mas, isso tudo, só era possível pela continuidade das exportações agrícolas.

Pode-se considerar a questão agrária como uma expressão da questão social, pois ela se põe na esteira da contradição capital/trabalho. De acordo com Sant'Ana (2012, p. 149), “o Serviço Social explicita uma proposição política, quando reconhece a existência da luta de classes e suas configurações no atual contexto. Não se trata de reduzir o conceito às manifestações particulares deste embate que pode ser expressa na desigualdade, desemprego, violência, adoecimento, desamparo”.

A área rural brasileira é caracterizada pela concentração de terras nas mãos de poucos o que amplia fortemente as desigualdades sociais como vimos inicialmente. Esta concentração excluí grande parcela de sua população, principalmente aquela que enfrentam grandes vulnerabilidades sociais. Essas desigualdades são provocadas pelo processo de produção e reprodução social que intensifica a situação de pobreza, desemprego, exclusão, miséria e todas as formas

² Reforma agrária é conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra” (MENDONÇA, 2006, p.78).

³ Vide SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia (2002).

de vulnerabilidades sociais, o que é minorado pelas formas de pressão social realizada por parte da classe trabalhadora e dos seus organismos organizados (movimentos sociais, organização sindical) (LEITE, 2008).

Passos (2010) chama a atenção para o fato de que o processo de desenvolvimento do meio rural brasileiro não se realizou de forma pacífica, mas teve resistências e luta de classe em favor dos direitos de acesso à terra. De acordo com essa autora “registra-se o aumento das lutas de resistência dos pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros e outras categorias de trabalhadores rurais, apoiadas pelo movimento sindical rural (CONTAG) e por setores da Igreja Católica” (CNBB, CEBs, MEB, CPT) (PASSOS, 2010, p. 01).

Nakatani et al. (2012), discutem o contexto da propriedade fundiária desde o período colonial apresentando os dispositivos constitucionais da lei de terras de 1850 e todo o processo de industrialização vivenciado no século XX e ainda em curso. Mostram também que proposta de reforma agrária permaneceu quase que inalterada em virtude de questões decorrentes das crescentes contradições sociais e econômicas e da correlata violência que permeia o campo. De acordo com Silva (1981, p. 12),

A estrutura agrária continuou concentrada (e até mesmo o grau de concentração aumentou a partir dos anos sessenta), mas houve uma transformação interna - ao nível das relações de produção que permitiu a agricultura responder às necessidades da industrialização, ou seja, houve simultaneamente: a) um aumento da oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização, via substituição das importações; b) A agricultura se conectou ao circuito global da economia não apenas como compradora de bens de consumo industriais, como também houve o que podemos chamar de uma verdadeira industrialização da agricultura, na medida em que está passou a demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial.

Lustosa (2012, p. 48), destaca que,

As alternativas inovadoras para viabilidade da agricultura familiar não promovem transformações no meio rural, mas reafirmam um reformismo agrário conservador, pelo qual não se questionam um dos fundamentos centrais da sociedade burguesa, a propriedade privada da terra.

A autora elucida que as mudanças processadas no contexto do acesso à terra ocorrem dentro dos limites e nos interstícios impostos pela ordem econômica dominante, pois, a intenção é a permanência da concentração de terras nas mãos de poucos. O processo evolutivo das propostas para a reforma agrária, como destaca Stedile (2012), tem alguns momentos específicos, a saber: a proposta de reforma agrária da bancada do PCB na constituinte de 1946, a primeira proposta de reforma agrária da igreja católica, projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcante - PTB/SP -1954, a proposta de reforma agrária da igreja conservadora – 1961-1962, a primeira proposta de reforma agrária unitária dos movimentos sociais camponeses do Brasil – Belo Horizonte -1961, o projeto de lei de reforma agrária apresentado pelo deputado Leonel Brizola – 1963, a apresentação pública do projeto de reforma agrária projeto e do governo Goulart - 1964, ainda neste ano é sancionada a primeira lei de reforma agrária no Brasil, Estatuto da Terra – Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, o programa de reforma agrária do MST - 1984, o programa agrário PT-1989, medidas do governo, a proposta de reforma agrária do MST - 1995, o programa agrário da campanha presidencial do PT – 2002 Programa Vida Digna no Campo, o programa agrário unitário dos movimentos camponeses e entidades de apoio – 2003.

Pode-se dizer que as medidas iniciais e incipiente de reforma agrária no Brasil despontam década de 1960, momento conjuntural do regime militar que procedeu à redistribuição dos latifúndios improdutivos, remanejando as famílias trabalhadoras que dispunham de pouca terra ou nenhuma terra, para assim, torná-las produtivas, e cumprir sua função social baseada no Estatuto da Terra, que é o documento oficial que regularizava a terra.

Nas duas décadas seguintes o debate enveredou pela perspectiva de transformação da estrutura agrária brasileira que estava sendo realizada por meio da modernização das técnicas produtivas, aumentando a oferta dos produtos agrícolas de forma satisfatória e compatível com a demanda, o que isentaria o país de uma reforma agrária.

A grosso modo pode-se dizer que o processo de modernização da agricultura provocou a expansão do modo de produção capitalista no campo, com o aumento massivo da mão de obra assalariada nas grandes propriedades modernizadas. Esse processo fez surgir os trabalhadores volantes que normalmente

moram nas cidades, em sua maioria nas periferias, e são transportados diariamente para o local de trabalho, que são as grandes lavouras, trabalhando sob condições precárias de contratação e de insegurança no serviço.

De acordo com Silva (2000, p. 105),

No Brasil de hoje, a questão agrária é, certamente, uma das fontes mediatas dos problemas sociais, mas não a fonte imediata. Este não tem se mostrado como o momento histórico de uma reforma agrária que ponha radicalmente em questão as origens das nossas injustiças sociais e que propicie uma revisão radical dos nossos rumos históricos.

O Brasil é um dos países de maior desigualdade social do mundo, e, contraditoriamente, é o país que possui a maior extensão territorial e com pouco proprietário, suas enormes disparidades em termos de distribuição de riqueza têm profundas raízes históricas, o que é tem iniciado pelos movimentos sócios. Carter (2010), lança luz sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), dizendo que é o maior e mais proeminente movimento social da América Latina. O MST tem feito contínuos combate aos padrões históricos de desigualdade no Brasil rural. Conforme este o autor,

Os efeitos acumulados de um modelo de desenvolvimento excludente e um sistema oligárquico de representação política têm gerado enormes obstáculos no Brasil à participação e influência política de grupos do setor popular. A liberdade política e as eleições competitivas instituídas depois de 1985 trouxeram, contudo, algumas melhorias notáveis. Um dos avanços democráticos mais significativos desse período se deu no âmbito da sociedade civil, com inclusão de atores subalternos e ampliação da agenda de debate público (CARTER, 2010, p. 65).

Com o advento da redemocratização, particularmente a partir da década de 1980, é possível verificarmos um conjunto expressivo de mudança, na forma como esse processo se estabelece. Delgado (2017, p.17), aponta mudanças institucionais nos seguintes termos:

Tipo I - a função social da propriedade fundiária, juntamente com as salvaguardas das terras indígenas, quilombola e das florestas públicas, dependem essencialmente das normas regulamentares de política agrária e das regras e práticas da administração pública, na ausência das quais os princípios e diretrizes constitucionais são

inócuos. Por sua vez as mudanças do tipo II estão relacionadas às ações públicas e privadas, que conjugadas, propiciam forte valorização da renda e da riqueza fundiária. Dependem também da inação da política agrária, no sentido da não adoção das restrições de direito público (função social e ambiental), demarcação e reconhecimento de territórios fora à margem do mercado de terras, que condicionam a apropriação e a concentração das terras.

A partir das mudanças advindas desse processo, ocorre uma intensa desvalorização dos preços das terras e arrendamentos fundiários em todo Brasil, modificando a forma de utilização das terras com a expansão da produção e modernização para fins de gerar mais-valia. Delgado (2010, p. 113), destaca que, agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado.

Este modelo produtivo do agronegócio além da desigualdade gerada que atinge fortemente a vida dos agricultores familiares e outros sujeitos que vivem no campo, contribuem para a manutenção dos latifúndios, agravando os problemas sociais e ambientais. Este setor é considerado um dos mais importantes na economia brasileira. Dados do IBGE referentes a 2004 mostram o peso do setor na economia, sendo este responsável por 37 % dos empregos. Importou o equivalente a R\$ 4,8 bilhões e exportou R\$ 39 bilhões.

Nakatani et al. (2012, p.231), consideram que “o governo e a sociedade brasileira, nos quadros da mundialização financeira, tem feito uma escolha muito clara, na qual não existe espaço para uma reforma na propriedade de terra”. A fiscalização do Estado aos latifúndios principalmente improdutivos deveria ser rígida, cumprindo assim as previsões legais existentes.

Leite e Avila (2007) demonstram que o resultado do acesso à terra contribui para a segurança contra os choques nos preços dos alimentos, instabilidade cíclica da produção, o rendimento agrícola e situações adversas nos mercados de trabalho. Possuir sua própria terra significa para os produtores rurais, ter condições de participação na produção dos alimentos e assim garantir que o sujeito e sua família estejam com emprego garantido, contribuindo para a minimização das expressões da questão social no campo. A terra não pode ser considerada uma mercadoria

qualquer, que pode ficar retida, acumulada na mão de poucos, pois a humanidade depende dela para sobreviver.

Ao verificarmos os países que concluíram o processo de reforma agrária, percebemos que tal processo não se deu de forma linear, como destaca Guanzioli ET al. (2009), que compreendem as condições desse processo a partir que o desenvolvimento do capitalismo. De acordo com esses autores,

Para se compreender, entretanto, os reais condicionantes da aceleração do processo de modernização agrícola na segunda metade dos anos 60, é preciso ter em mente, como um pano de fundo analítico, a mentalidade escravocrata das elites dominantes do Brasil e a ausência de projeto nacional de desenvolvimento não excludente. Ao longo de toda história de um país, as oligarquias rurais bloquearam o livre acesso às terras devolutas e quaisquer outras alternativas que pudessem levar a ascensão social da grande massa de população rural e urbana mantendo, portanto, extremamente baixo o custo de oportunidade de trabalho. Esta capacidade da oligarquia rural de manter, a longo prazo, seus interesses não foi ameaçado, seja pelo poder de elites urbano e elites urbano-industriais em expansão, como nos EUA e na Europa, seja por conflito externos, como nos casos de Taiwan e Coréia (GUANZIROLI et al., 2009, p.28).

Quando se fala da necessidade de reforma no âmbito da questão agrária, esta situação se põe para além da posse da terra, consiste em gerar possibilidade de garantir aos sujeitos condições econômicas, políticas, sociais e culturais em seus espaços. Conforme Behring (2008), a relação entre a dinâmica do capitalismo e a inserção de um determinado país, a partir de mediações que são estabelecidas pela formação econômica, política, social e cultural, não é efetivamente uma tarefa simples. A autora considera que,

Esse movimento absolutamente necessário, em que pese a magnitude das dificuldades que se interpõem a todo esforço de pesquisa que enfrente o desafio de apanhar esse conjunto de mediações, especialmente quando se trata de processos in flux[...]. Não é também uma tarefa nova, já que há um pensamento social brasileiro que empreendeu iniciativas consistentes nessa busca, que inspira os vários intelectuais, pesquisadores e militantes que enveredam hoje por esse caminho (BEHRING, 2008, p.77).

As dificuldades enfrentadas pelo povo brasileiro são reflexo das desigualdades construídas pelo sistema capitalista, na medida em que a

industrialização e o agronegócio são responsáveis pelas modificações nas relações sociais de trabalho no campo, em favor da propriedade privada. A busca pela elevação da produtividade está interligada com o acesso à terra. Deve-se reconhecer que as manifestações embrionárias do capitalismo que germinou no campo começaram pela pecuária e não pela agricultura, para dar conta de atender o mercado externo, ou seja, a pecuária garante cifras consideráveis de acumulação.

Lustosa (2012), considera que as mudanças ocorreram dentro dos limites e nos interstícios construídos pela ordem econômica dominante, isto elucida o fato de a reforma agrária brasileira ainda possuir forte predomínio da propriedade latifundiária. A reforma agrária não consegue atingir a grande massa do povo brasileiro quanto ao acesso à terra de forma justa e igualitária, como prevê o dispositivo legal mais importante de nossa sociedade que é a Carta Magna de 1988. Não se pode pensar a reforma agrária apenas na ótica do interesse hegemônico, voltado para proteger uma elite abastada. A terra precisa ser redistribuída de forma equitativa sem o estigma do atraso atribuído à produção agrícola tradicional. Silva (2013), demonstra que o rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo de modernidade. De acordo com essa autora,

Há no rural brasileiro ainda muito do atraso, da violência, por razões em parte histórica, relacionadas com a forma como foi feita a nossa colonização, baseada em grandes propriedades com trabalho escravo. Mas há também a emergência de um novo rural, composto tanto pela agrobusiness como por novos sujeitos sociais: alguns neorrurais, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (SILVA, 2013, p. 240).

A globalização é um elemento que contribui para a incrementação do agronegócio na medida em que os grandes produtos do campo estão inseridos nos mercados globalizados, tais como a soja, a pecuária, a avicultura dentre outros. Ou seja, a globalização atinge pouco a agricultura familiar. Giddens (1991, p.75-76), conceitua o movimento de globalização da seguinte forma:

A modernidade é inerentemente globalizante – isso é evidente em algumas das mais básicas características das instituições modernas, inclinando em particular sua ação de desencaixe e reflexividade[...]. A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes

de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.

Assim, poder-se-á dizer que a reforma agrária e suas políticas seguem os ditames capitalistas, acirrando a luta de classes, abrindo um conflito aberto entre os trabalhadores do campo e o grande capital. Sem falar que o capital impossibilita a consolidação de uma reforma agrária efetiva voltada de fato para interesse social.

As transformações deste cenário poderiam contribuir para a minimização das desigualdades sociais e econômicas no campo, bem como possibilitaria ganhos positivos para a população urbana. A criação dos assentamentos é o resultado da luta dos trabalhadores do campo, de sua luta pelo acesso à terra, que poderia garantir não só, o acesso, mas também bens e serviços públicos existentes.

Os Assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. “Seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, os quais deviam ter condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária” (BERGAMASCO, 1996. 7-8).

Sauer (2005, p. 59), define assentamento como “um espaço, geograficamente delimitado que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária”. Este espaço caracteriza-se como um novo ambiente geográfico, o qual é considerado produto de conflitos, lutas populares e demandas sociais, pelo direito à terra.

A definição de Assentamento envolve tanto a luta de classes quanto o domínio do território. Emerge do conflito social que envolve o uso da terra destinado à agricultura familiar. As localizações dos Assentamentos são mapeadas pelo INCRA, cujas terras são distribuídas às famílias que se comprometem a morar no lote, desenvolvendo atividades na agricultura oriundas da mão de obra familiar para garantir sua subsistência e a segurança alimentar das populações em geral. A localização estabelecida pelo INCRA não pode ser alterada pelas famílias quando forem contempladas.

Os Assentamentos rurais não excluem outras formas de organização social como é o caso das comunidades rurais, que não dispõem das mesmas condições ou

benefícios oriundos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Uma das mulheres ouvidas nesta pesquisa chama atenção para o fato de que a política pública do assentamento dirigido pelo INCRA adota como critério principal o direito da terra às mulheres, denotando nesta política uma perspectiva de gênero. Vejamos:

O terreno é titulado no meu nome, porque fomos titulados em 2008, não somos casados no papel, mas eu e ele adquirimos juntos essa política pública. E foi bem no período em que ele tinha conseguido um trabalho, aí tivemos que escolher em ficar na cidade ou vim para cá, eu queria muito o terreno e ele acabou aceitando vim para cá, porque morávamos alugado na cidade, e aqui a gente poderia trabalhar juntos, foi a melhor coisa, por que aqui temos nossa casa, e trabalhamos juntos (Safira, 38 anos, entrevista, 2018).

De acordo com Secchi (2015, p.2), a política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. As políticas públicas são instrumentos essenciais do desenvolvimento social e elas acontecem por meio da participação popular que é outro instrumento que leva ao desenvolvimento, na medida em que instiga o Estado a cumprir o seu papel de provedor. No caso das políticas sociais, conforme Bering (1998, p.171), “é um conjunto de tendências e contratendências que constituem o capitalismo tardio, trazendo consequências importantes envolvendo o desemprego estrutural que acena para o aumento de programas sociais, inclusive de caráter assistencial permanente”.

Iamamoto (1982, p.85), discute esta questão da seguinte forma:

Os programas econômicos-sociais passam a ser definidos pelo Estado em função de critérios aparentemente técnico-administrativos, eliminando, com isso, a função representativa dos grupos interessados, numa linha de “despolitização” desses programas. Como expressão da burocratização crescente das relações sociais, os trabalhadores passam a depender de decisões tomadas na esfera político-administrativa do Estado em questão que afetam sua própria sobrevivência. Este são alguns contornos da “questão social” no capitalismo monopolista e das formas peculiares de seu enfrentamento pelos setores dominantes nos marcos do Estado autocrático-burguês.

De acordo com Oliveira (2012, p. 121), “na qualidade de agricultoras e autoidentificadas como mulheres da floresta [...] elas possuem um status às políticas públicas. Na condição de agricultoras elas cumprem os requisitos que lhes conferem a condição de agroextrativistas ao mesmo tempo em que tem uma conotação de gênero”.

Vimos anteriormente que as mulheres do Assentamento Água Branca têm tido acesso às políticas públicas implementadas pelo INCRA, embora as outras políticas, por exemplo, as de monitoramento não tenham sido garantidas. Turquesa (56 anos), uma das mulheres assentadas ouvidas nesta pesquisa revela o seguinte:

Aqui temos a titulação conjunta, que é muito bom saber, pelo menos ele não pode fazer nada sem eu saber, por que lá no INCRA as coisas só andam se for nós dois, se for só ele, ele não faz nada, isso me dá uma segurança sabe, por que ele nem quer mais ficar aqui devido essa doença dele, é muito ruim quando ele passa mal, só eu e ele, faço os remédios aqui quando não tem jeito tenho que carregar ele até o carro e enfrentar essa estrada para chegar na rua, que hoje né, está bem melhor (entrevista, 2018).

O texto constitucional prevê a titulação da terra em conjunto (homens e mulheres) enquanto casal assentado. Antes da CF/88 esta prerrogativa era opcional passando agora ser obrigatória após muita luta dos movimentos de mulheres. De acordo com Siliprandi (2015, p. 197), nos assentamentos “elas ressentiam por haver lutado pela terra em igualdade de condições com os homens, mais muitas das vezes são consideradas pelos órgãos públicos, como representadas pelos maridos”. Há casos em que a titularidade pode ser aferida ao homem cônjuge e até ao homem filho, mas são casos raros na política do INCRA, já que a mulher é eleita como critério matricial dessa política.

Para Torres (2012), o corte de gênero nas políticas públicas é adotado no Brasil a partir de 2003, momento em que o país assume uma vertente governamental voltado para um projeto democrático-popular que coloca em prática as indicações da conferência de Beijing, realizada em 1995, de que os países devem assumir nas políticas públicas a perspectiva de gênero como critério primordial.

Para Sparovek (2002), distribuição de terras ociosas permitiu que essas terras se tornassem agricultáveis, contribuindo para o desenvolvimento social dos

trabalhadores rurais por meio dos assentamentos. Esse processo permitiu a criação direta e indireta de empregos a baixo custo, aumento da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, obtenção de dividas, e aumento da arrecadação tributária. Também houve impactos positivos nos aspectos sociais como a melhoria da qualidade de vida, redução da imigração rural-urbano, redução dos problemas urbanos decorrentes do crescimento das cidades, redução da mão de obra de reserva nas cidades, estabilidade familiar, manifestações culturais.

Esses impactos abrangem tanto os trabalhadores que têm acesso à terra, quanto os latifundiários, cujas terras são desapropriadas.

1.2 Agricultura familiar na Amazônia: uma questão de gênero

Na Amazônia, os estudos sobre a agricultura familiar⁴ têm crescido e se desenvolvido de forma bem satisfatória já que as pesquisas realizadas também têm contribuído com o aumento da visibilidade do trabalho de muitas famílias agricultoras. Neste contexto, estão inseridas as mulheres com o seu protagonismo e sua liderança nas comunidades enquanto figura central na organização do trabalho do seu grupo familiar e da comunidade.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres na área rural ainda é uma realidade vivenciada mesmo diante de avanços, já que, existem as políticas públicas, mas é necessário sua implantação, efetividade e monitoramento. Esse processo até beneficiaria muitas famílias, mas infelizmente ele esbarra no muro da burocracia que limita muito mais do que inclui as famílias agricultoras nos programas sociais.

No âmbito do marco legal das políticas públicas para as mulheres rurais podemos elencar nas marcas da Constituição Federal de 1988, O II Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003, o I Plano Nacional de Políticas para as mulheres de 2003, a Portaria nº 981 de 2003, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2008, cabendo ainda destacar um instrumento que modifica a sistemática de classificação das famílias beneficiárias da reforma agrária, que é a Instrução Normativa 38 de 2007.

Há transformações no aspecto de gênero que garantem às mulheres acesso às políticas públicas, pois elas passam a ter o direito de ser titulares da terra. Com isso ocorre a ampliação do número de grupos familiares unipessoais e uma tendência de redução do número de casais, o que representa a ampliação dos domicílios monoparentais, com destaque para as famílias monoparentais femininas.

⁴ A categoria agricultura familiar ganham novos espaços de participação social nesse contexto de efetivação das políticas públicas. Para que se cumprisse suas funções no desenvolvimento econômico a agricultura precisava se modernizar, nesse sentido iniciaram os ajustes que passou a ser realizado por um conjunto de ações e políticas públicas, como o crédito rural, a garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de infraestrutura. Os principais beneficiados com essas foram políticas principalmente os médios e os grandes agricultores, localizados nas regiões sul e sudeste, produtores de produtos direcionados à exportação ou de interesses de grupos agroindustriais.

O crescimento do número de famílias monoparentais também repercute no aumento da chefia feminina nas famílias. No censo populacional do IBGE de 2000, 22,2% das famílias brasileiras tinham mulheres como responsável pelo domicílio, número que aumentou para 37,3% no censo de 2010. Nas áreas urbanas, a chefia feminina nas famílias passou de 24,5% no censo de 2000 para 39,3% em 2010, e nas áreas rurais este número dobrou em 10 anos, passando de 10,9% em 2000 para 24,8% em 2010.

Esses dados são fundamentais para entendermos o papel de homens e mulheres nas suas relações com as políticas públicas e com o meio ambiente. Essas mulheres estão se organizando para propor transformação desse sistema desigual e preconceituoso, projetando ganhos a serem construídos por intermédio de ações e políticas coletivas. Não se colocam como vítimas do sistema, nem como salvadoras do mundo, são mulheres agricultoras que lutam pelo direito de serem sujeitos plenos de suas vidas, contribuindo à sua maneira, para a transformação do mundo.

O modo de produzir adotado pelas mulheres na Amazônia possuem particularidades regionais, pois no Amazonas um dos estados que compõe a Amazônia brasileira abriga em seu cenário, não só peculiaridade ambientais, mas também especificidades nas formas de organizações socioculturais. As mulheres agricultoras buscam o conhecimento da natureza para sua reprodução adotando novos métodos de produção, manejo e cuidado com a natureza, combinando produção, preservação e conservação do meio ambiente. Elas se preocupam com a segurança alimentar e nutricional.

Na agricultura são elas as grandes responsáveis pela produção de alimentos com a encargo do preparo para o consumo da família, elas empregam saberes e tecnologias sociais e tradicionais e modernas para o trato da agricultura familiar. Elas possuem práticas sociais que contribuem para a sustentabilidade, gestando formas de atuação que demonstram sua corresponsabilidade para com a vida do planeta. As formas de sustentabilidade gestadas pelas mulheres podemos mencionar as seguintes: agricultura alternativa⁵ como a agroecologia e produção orgânica⁶.

⁵ Agricultura Alternativa pode ser entendida como uma tendência que tenta fornecer produções sustentáveis por meio do uso de tecnologias e manejos ecologicamente saudáveis.

⁶ Definida pela Lei da Agricultura Orgânica de nº10.831 sendo agricultura orgânica como: Sistema orgânico de produção agropecuária é todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à

Historicamente o capital sempre buscou retirar da natureza os seus recursos naturais como meio de sobrevivência sem se importar com a preservação. Ao longo do tempo, esses recursos foram se perdendo, se tornando escassos, trazendo consequências negativas ao meio ambiente.

Em virtude da descoberta das terras no período colonizador transformaram as riquezas em mercadorias, como a extração de madeiras, caça comercial dos animais silvestres, marcam a era da produção capitalista. O acesso à terra se deu para o desenvolvimento das atividades agrícolas na lógica mercantil, este processo intensificou a destruição desses recursos naturais.

A degradação do meio ambiente provocado principalmente por atividade humanas, vinculada ao capital, tem rompido o equilíbrio natural como nos mostra Rossini (2009, p.326) “viver o hoje e o amanhã sobre o planeta, que passa por uma aceleração técnico-científica e informacional, provocando enormes ranhuras no meio ambiente interferindo na vida humanidade”.

Verifica-se que nas últimas décadas os crescentes delitos ecológicos têm crescido, como as queimadas, desmatamento sem as devidas reflorestamentos Leff (2009, p.33), destaca que as “transformação em campos de monoculturas ou seu uso como pasto para a criação intensiva de gado degradou seus mecanismos de equilíbrio e resiliência, tornando-os mais vulneráveis às catástrofes naturais”.

A apropriação da natureza de forma destrutiva tem impactado diretamente a humanidade, pois, se o meio ambiente não é considerado dentro deste processo, aumenta-se a destruição e o impacta na reprodução da vida.

Frente a esse cenário histórico degradante, as mulheres manifestam seu cuidado e trato com a natureza e seus elementais. Ao direcionar um olhar para a Amazônia elas assumem uma carga de responsabilidade em torno da preservação e conservação ambiental, pois elas são as mais afetadas pela degradação ambiental.

As mulheres desenvolvem no âmbito do trabalho agrícola uma relação de afetividade e cumplicidade com a natureza. Elas cuidam do meio ambiente como se

integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

fosse suas casas, dando destino aos resíduos sólidos produzidos na comunidade e realizando o trabalho da roça sem agredir o meio ambiente natural.

O cuidado e a preocupação das mulheres com o meio ambiente compõem um ciclo de luta pela continuidade da vida. Elas são parte integrante desse ciclo, fazem opção de produção de produzir de forma sustentável sem utilização de insumos químicos, assumindo um compromisso com o meio ambiente e a sociedade.

Nesse processo as mulheres têm assumido esse compromisso tendo por base os conhecimentos adquiridos com seus antepassados em suas propriedades, para produzirem com qualidade. E, na medida em que há uma maior demanda no mercado pelos produtos orgânicos, as mulheres veem-se valorizadas. Uma de nossas entrevistadas nos relata porque optou por produzir orgânicos. Vejamos:

Optei por trabalhar na produção de produtos orgânicos por ser mais barato o modo de produzir, já que, utilizamos plantas e raízes como inseticida natural. O processo de produtivo até a colheita é bem mais demorado, no entanto, seu valor na venda é bem mais valorizado. As pessoas hoje buscam adquirir produtos com baixa taxa ou nenhum tipo de produtos químicos (Jade, 53 anos, Entrevista, 2018).

As mulheres são os sujeitos centrais da agricultura orgânica, elas têm um papel fundamental na defesa deste tipo de alimento. Segundo os estudos de Karam (2004) as mulheres são as precursoras nesse modo de produção que foi gestado na agricultura familiar. A agricultura orgânica tem desafiado a produção convencional de alimentos produzidos pelos grandes agricultores.

A economia agrícola vem passando por um processo de modernização e inovação tecnológica com a introdução de implementos orgânicos e maquinaria adequada ao desenvolvimento do trabalho. Neste processo ocorre a redefinição do papel dos trabalhadores com especial relevo para o trabalho das mulheres.

A modernização tem contribuído positivamente para a produção de alimentos, o que exige práticas de sociabilidades voltadas para a preservação do meio ambiente tornando mais humanizado o processo produtivo. No Assentamento Água Branca as práticas do ajuri é a mola motriz da produção, como podemos visualizar na imagem abaixo,

Imagem 1: Prática do Ajuri no Assentamento Água Branca



Foto: Viviane Rocha, 2019.

Torres (2005) destaca que as mulheres da Amazônia são sujeitos centrais na organização do trabalho comunitário e da família. São elas que dispõem sobre a economia doméstica e organizam o trabalho na comunidade. Segundo a autora, as mulheres possuem uma racionalidade ética com a mãe natureza, tendo maior cuidado e atenção com a água, os animais domésticos e as plantações que mantêm no entorno da casa. “A forma pela qual as mulheres se relacionam com o meio ambiente mostra que elas têm como ponto de referência as suas vivências e experiências de vida” (TORRES, 2013, p.113). As mulheres possuem uma racionalidade ambiental e tem consciência da importância das riquezas naturais existentes ao seu redor, para garantir o espaço sustentável para as futuras gerações. De acordo com Ametista (53 anos),

Trabalhar com o orgânico é para quem gosta, porque é difícil. A produção é mais demorada e a desistência por parte dos agricultores (homens) é grande. No projeto criado pelo Museu da Amazônia em 2014 voltado para a produção orgânica foi iniciado com 14 participantes, sendo 09 homens e 05 mulheres, desses desistiram 08 homens e 01 mulher. A parte pedagógica e burocrática de como era passado os ensinamentos por ser demorado e a maioria dos agricultores não disponibilizarem de tempo, acabaram desistindo.

Analisar a questão de gênero na Amazônia exige que voltemos a atenção para as peculiaridades da região. Conforme os estudos de Nascimento et al (2015, p. 145), “pensar as relações de gênero com o meio ambiente supõe uma análise sobre a construção do espaço social onde os sujeitos, de uma forma ou de outra, foram culturalmente construídos. Homens e mulheres terão sempre olhares diferenciados diante do mesmo objeto”.

Para Fischer (2010, p.195) a “condição da mulher no meio rural se constitui numa configuração muito peculiar dos espaços público e privado de produção e reprodução, em que um diz respeito à produção bens materiais, e o outro, à reprodução dos indivíduos sociais”.

Na agricultura familiar as mulheres assumem distintos papéis, inclusive o de prover a família, bem como o cuidado com a terra, para assim dar continuidade da reprodução da espécie. De acordo com Paulilo (2016), isso não quer dizer que as mulheres querem ser melhores que os homens, assim como o trabalho fora de casa não as torna atuantes politicamente. Mesmo uma forte consciência das “desigualdades de classe, não leva por adição, a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre os gêneros” (PAULILO, 2016, p. 266).

Podemos dizer que as mulheres e os homens da agricultura familiar não, são os sujeitos que depredam o meio ambiente, ao contrário, eles fazem reposição e manejo das áreas onde ocorrem a produção de alimentos. De acordo com Nascimento ET al (2015, p.146), “as mulheres possuem papel decisivo para reduzir os padrões insustentáveis de consumo e produção e também para estimular investimentos em atividades produtivas ambientalmente saudáveis e sustentáveis”.

De acordo com Karam (2004) a organização dos grupos de agricultores o investimento em assistência técnica nos processos produtivos e de capacitação veio colaborar para com o setor da agricultura familiar orgânica principalmente para as famílias agricultoras do Assentamento Água Branca que viram nessa nova forma de produção, um meio de aumentar sua obtenção dos lucros, por meio das vendas de seus produtos orgânicos, e assim, contribuir com a preservação do meio ambiente. Para que seus espaços de comercialização sejam valorizados e expandidos faz-se necessário cumprir algumas exigências legais. Na imagem abaixo verificamos os produtores de orgânicos do Estado do Amazonas recebendo seu certificado de produção, dentre eles os produtores do Assentamento Água Branca.

Imagem 2 Recebimento da Certificação Orgânico



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Em agosto de 2018 as famílias do Assentamento Água Branca receberam a certificação de produtor orgânico. Este certificado foi aferido como forma de reconhecimento aos trabalhos dessas famílias, principalmente dessas mulheres que se dedicaram a essa nova modalidade de produção e de respeito ao meio ambiente. Os indivíduos de comunidades que residem na Amazônia brasileira em sua grande maioria mantêm vínculo específico com a terra: floresta e água (WITKOSKI, 2010).

Além de o trabalho feminino ser bastante expressivo no Assentamento, as mulheres também têm um protagonismo político e social muito forte. Elas conseguem dividir as tarefas tanto da casa quanto de suas produções agrícolas com seus companheiros.

Vejamos a fala de uma de nossas entrevistadas sobre essa divisão de tarefas:

Aqui trabalhamos só eu e ele, então a gente concordou que os dois dias que ele trabalha lá para o MUSA eu tomo conta da casa, cuido da criação, da horta e é muito trabalho. Quando ele está em casa, enquanto eu cuido das galinhas, ele cuida da horta, vai aguar as plantas e as mudas de pupunha e castanheira (Safira, 38 anos, Entrevista/2018).

No que se refere ao desenvolvimento do trabalho rural é importante destacar que nestes espaços sociais as mulheres são sujeitos atuantes, em sua ampla maioria. À medida que se desenvolve o capitalismo na agricultura, eleva-se o recurso do trabalho feminino, isso significa impacto negativo às condições de vida das massas trabalhadoras, sobretudo para as mulheres que assumem duas ou três jornadas de trabalho.

Stearns (2007) destaca que à medida que as civilizações foram se desenvolvendo, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero, relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada gênero foram sendo definidos. Gerando um deslocamento no contexto da agricultura de uma igualdade entre homens e mulheres que existia. Quando homens e mulheres trabalhavam na caça e coleta, ambos contribuíam com a geração dos bens econômicos. De acordo com Stearns (2007, p.31),

O trabalho das mulheres de juntar grãos e nozes era facilitado, pois nascimentos muito frequente e cuidados com crianças pequenas seriam uma sobrecarga. A agricultura estabelecida, nos locais em que se espalhou, mudou isso, beneficiando o domínio masculino. À medida que os sistemas culturais, incluindo religiões politeístas, apontavam para a importância de deusas, como geradoras de forças criativas associadas com fecundidade e, portanto, vitais para a agricultura.

Para Torres (2005), o entendimento das relações de gênero pode ser um balizador das relações sociais em todos os sentidos. A autora chama atenção para a necessidade de se preocupar em desconstruir e reconstruir os papéis atribuídos a mulheres e homens no movimento da vida social o que inclui as relações de trabalho, familiar, conjugalidade, representatividade política dentre outros.

Entende-se a agricultura familiar como um trabalho que envolve os diferentes membros da família que atuam a partir do cultivo em pequena extensão de terra (SILVA; PORTELLA, 2010). De acordo com Guanziroli ET al. (2009), “a agricultura familiar é compreendida como uma forma de trabalho familiar”. Assumindo a condição do grupo social formado pelos pequenos proprietários de terra, que desenvolvem seu trabalho mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização, e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais.

A participação das mulheres no trabalho na agricultura familiar pode ser entendida como uma forma social de produção reconhecida pela sociedade brasileira no contexto social e político, uma vez que traz contribuições materiais e imateriais. Sendo assim, a agricultura familiar pode ser compreendida pela lógica da organização de grupos domésticos como força motriz orientadora para a vida social no campo. Um campo que é marcado pelas relações de gênero, e que vai além do processo produtivo.

Para Schneider e Carvalho (2013), a categoria agricultura familiar sofreu várias mudanças no campo conceitual e tais mudanças alteraram as visões e representações sobre alguns grupos sociais como os camponeses e os agricultores familiares, agricultores de subsistência, produtores de baixa renda, trabalhadores rurais, produtores de menor escala. Neste sentido, a partir dos anos 2000 registra-se avanços significativos no âmbito dessa discussão ficando estabelecido o conceito de agricultura familiar a partir da instituição do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), definido pela Lei nº 11.326/06, segundo o qual o produtor familiar é aquele que possui área de até quatro módulos fiscais, que utiliza mão de obra familiar podendo manter até dois empregados permanentes, que inclui atividades de agropecuária, silvicultura, extrativista, aquicultura, pesca artesanal.

De acordo com Oliveira (1991, p.55), a característica principal da produção na agricultura familiar é o uso da força de trabalho dos membros da família, que constitui, segundo ele, o “motor do processo de trabalho na produção”. O trabalho é desenvolvido pela família em busca da sua reprodução, de forma simultânea entre os membros do grupo social no qual estão integrados.

A agricultura familiar tem como característica a divisão do trabalho baseada na diferença de gênero. Conforme Butto (2010, p. 11),

As limitações de acesso a recursos produtivos como a terra e o crédito são abordadas, mas falta uma diferenciação entre acesso à terra por meio de programas de reforma agrária e em situações que envolvem processos de herança familiar. As limitações do acesso ao crédito são em parte inexistentes (conta bancária e titularidade da terra), mas, as demais condições descritas indicam maior enquadramento em programas sociais de transferência de renda do que a inclusão imediata em programas de apoio à produção.

Ploeg (2014) complementam a discussão apontando que a agricultura familiar é muito rica se olhada a partir de dois fatores principais que a descreve: a família que é proprietária da terra e o trabalho que é realizado pelos seus membros. De acordo com este autor,

A agricultura familiar também não se define somente pelo tamanho do estabelecimento, como quando falamos da agricultura de pequena escala, mas sim pela forma com que as pessoas cultivam e vivem. É por isso que a agricultura familiar é também considerada uma forma de vida. (PLOEG, 2014, p.7)

A agricultura familiar assume uma importância social que carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. Tendo em conta todas essas características, a agricultura familiar pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional, fortalecendo o desenvolvimento econômico de diversas maneiras, criando empregos e gerando renda. Eleva o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais, gerando postos de trabalho atrativos para grande parte da sociedade, contribuindo consideravelmente para a emancipação de suas parcelas mais oprimidas.

1.3 Caracterização do locus de pesquisa: Assentamento Água Branca

O Assentamento Água Branca encontra-se localizado no estado Amazonas, o qual, de acordo com o IBGE e 2018, possui uma população de 4.080.611, sendo Manaus o município com 2.145.444 habitantes. Os assentamentos de terra são políticas públicas que buscam dar respostas ao problema da terra, embora se torne residual no contexto da distribuição de terras. O assentamento, conforme Sauer (2005, p.59),

Um espaço, geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária. A constituição é resultado de decreto administrativo do governo federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra. O assentamento é fruto de um ato administrativo que limita o território, seleciona as famílias a serem beneficiadas, etc., sendo, portanto, artificialmente constituído, criando um novo ambiente geográfico e uma nova organização social.

O município de Manaus possui registrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, 7 assentamentos dos quais encontra-se o Assentamento Água Branca, criado em 24 de novembro de 1992. Este assentamento possui um total de área de 11.365.295 hectares, que, de acordo com o Painel de Assentamentos do Incra este possui capacidade para 37 famílias. No entanto, existe um conflito em um dos lotes que encontra-se localizado em uma área fundiária, deste modo, o lote não faz parte do assentamento, existindo então apenas 36 parcelas rurais⁷.

O Assentamento possui 37 lotes, com 36 famílias beneficiadas, um lote em concessão de uso por 15 anos para o Museu da Amazônia – MUSA, e uma família assentada da reforma agrária sem a terra. Esta família assentada e sem terra é justamente a do lote em conflitos. O Painel de Assentamentos do INCRA nos mostra ainda que o Água Branca seja o menor em número de famílias beneficiadas e o segundo menor em extensão territorial. De acordo com um dos nossos entrevistados,

O INCRA simplesmente não tinha intenção de assentar ninguém, porque recursos públicos só são aplicados em

⁷ Unidades de imóveis rurais registrados.

propriedades legalizadas, portanto, se o assentamento tem um mapeamento feito para identificar as parcelas rurais, tem os acessos e tem as coordenadas geográficas que identifica toda a área, como não perceberam que a parcela não fazia parte? Eles esqueceram muitos detalhes na criação desse assentamento, na escolha da área para destinar a reforma agrária, como de deixar a área do centro social. Eles prejudicaram famílias também, porque assentaram sem ter terra. Naquele período, não tinha tantos recursos tecnológicos para fazer as coordenadas, e hoje tem um assentado em um lote titulado da fundiária, mais isso foi justamente jogada, para receber mais recursos públicos. (Amazonita, 60 anos, entrevista 2018).

A área de Manaus destinada a reforma agrária era conhecida por colônia japonesa, uma área que servia à especulação para aquisição de terras, extração madeiras e a captura de animais silvestres. A família de Amazonita foi uma das primeiras famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) com o crédito instalação, que é a primeira etapa de financiamento garantido pelo INCRA às famílias assentadas para a instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas no lote. Um outro assentamento, participante de nossa pesquisa, lembra-se desse momento nos seguintes temas:

Eu sou o primeiro dessa região aqui, depois de mim foi os japoneses que chegaram e tomaram de conta dessa outra área aí de trás. Eu andava nessa área aqui antes de ser da reforma agrária, eu caçava, pescava, por essas bandas, eu andava pelo meio do mato, pelas picadas⁸, passava dias dentro dessa mata. Isso têm quase trinta anos e quando uma vez encontrei um homem, engenheiro, que estava fazendo trabalhos aqui, fui lá com ele e me mostrou os terrenos, eu escolhi esse aqui, por causa da água. Eu só fui ao INCRA depois que eu já estava aqui nesse lote. Eu plantei tucumã, pupunha, açaí, bacaba, biriba e já comi fruta aqui na minha propriedade (Jaspe, 73 anos, entrevista 2018).

Observe-se que mesmo diante da inexistência de infraestrutura nesta área foram criados os acessos para essa localidade, espaços de sobrevivência na mata, abrindo caminhos que continham abundância de animais para a caça e pesca que garantiam o sustento das famílias. Nessas áreas ainda não havia uma demarcação

⁸ É um caminho na mata aberto por foice ou facão, para se chegar a um destino, até então, inacessível.

para identificação do proprietário, logo foi acessada por muitas pessoas antes de se tornar área destinada a reforma agrária.

No Brasil o latifúndio é uma característica peculiar em todo território brasileiro, visto que, a concentração da posse da terra tem suas origens na época do descobrimento⁹, e as políticas fundiárias e agrárias não têm sido eficaz para alterar significativamente o padrão estabelecido. Um marco importante nas dinâmicas sociais no Brasil pode ser fixado a partir da promulgação da nova Constituição que rege o tecido jurídico e societário brasileiro na atualidade¹⁰.

As áreas captadas pelo INCRA para a criação dos Assentamentos são os imóveis com grande extensão de terra que pertencem apenas a um único proprietário para assim criar as novas unidades de produção agrícola, visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Antes de o Assentamento Água Branca foi implantado e realizado todas as coordenadas geográficas para que houvesse o desmembramento da área que era da empresa Efigênio Sales. Amazonita se lembra desse período da implantação do assentamento nos seguintes termos:

Eu cheguei aqui, o acesso ainda era complicado. Hoje já está bem melhor o asfalto bem aí, acessível, mais é questão política, pois as três esferas federal, estadual e municipal tem interesses próprios e querem fazer alguma coisa para eles, e eles não buscam se unir e fazer parcerias para suprir as necessidades dos assentados. O município quer transformar tudo isso aqui em extensão urbana, tanto que aqui não é mais definido, agora é em transição, conforme o plano diretor do município. O Estado fica entre o município e a instância federal, fica só observando de cima, só se dá atenção para os assentamentos grande, como o Apuí com a produção de café, esses assentamentos que dão visibilidade a eles, que tem interferência na economia (Amazonita, entrevista 2018).

O poder público é um dos principais agentes de desenvolvimento na medida em que é o Estado o responsável pela efetivação das políticas públicas reconhecendo os direitos sociais como fundamento da qualidade de vida das

⁹ Mesmo com a tendência de um significativo aumento de ações do governo, nesta área, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a nação brasileira possa colher todos os benefícios que um amplo processo de reforma agrária poderia trazer, tanto no campo como nos efeitos positivos indiretos para a população urbana. Parte do insucesso em alcançar essa meta reside em divergências conceituais profundas entre o governo e os segmentos da sociedade mais interessados representados principalmente pela minoria que concentra a posse da maior parte das terras produtivas do Brasil e os trabalhadores rurais sem terra. (RANIERI, p. 5, 2003)

pessoas. O Estado conforme Gramsci (1991) é a instância política encorajada de hegemonia que implementa ações que tendem tanto à classe dominante quanto às classes subalternizadas, conforme a correlação de forças¹¹. Dentro dessa concepção, o estado é visto como instrumento exclusivo da classe dominante, como um bloco monolítico que incorpora os interesses da classe dominante como instrumento de domínio de uma classe sobre a outra.

De acordo com Yasbek (2003, p.38) “o papel do Estado só pode ser objeto de análise se referenciando a uma sociedade concreta e à dinâmica contraditória das relações entre as classes sociais nessa sociedade”. Para essa autora, é nesse sentido que o estado é concebido como uma relação de forças. Relação assimétrica, porque relação de desigualdade, situada no campo do “controle dos recursos da dominação”.

Sempre os agricultores receberam pouco suporte do Estado para o desenvolvimento do trabalho e da vida no campo. A população do campo é negligenciada pelas diversas esferas governamentais ao longo do processo de modernização da agricultura que se inicia no final da Segunda Guerra Mundial. O próprio conceito de agricultura familiar não havia sido incorporado pelos agricultores familiares e suas associações nos seus pleitos junto ao poder público. Essa falta de apoio era generalizada a todos os aspectos dos processos produtivos agrícolas desde o acesso à terra até a comercialização da produção:

Estudos do IPEA (2017) reforçam a ausência do poder público quando destacam a extinção de instituições responsáveis no acompanhamento produtivo nas unidades de produção familiar Vejamos:

Após a extinção da Embrater em 1989, e a crise fiscal generalizada nos estados brasileiros nas décadas de 1980 e 1990, a oferta de Ater por instituições públicas se reduziu drasticamente, e os agricultores familiares foram os mais prejudicados. Isso porque os médios e grandes agricultores têm melhores condições de acesso a outras fontes de Ater (empresas de consultoria, revendas de produtos agrícolas, multinacionais de insumo, que gradativamente ocuparam o vazio deixado pela redução da oferta de Ater pelas instituições públicas), enquanto entre os agricultores familiares há maior dependência da assistência técnica pública - Emater (IPEA, 2017, p. 16).

¹¹ Ver também Rose Mary Sousa Serra (1987).

O assentamento Água Branca está situado à margem direita da Rodovia Torquato Tapajós AM 010, aproximadamente 32 km, da sede do município de Manaus do estado do Amazonas. Encontra-se entre duas áreas de preservação permanente a nascente do Lago do Puraquequara e a Reserva Militar Adolpho Ducke. O curso já água do lago banha a margem direito do Assentamento em sua total extensão e a margem esquerda está no coração da floresta.

O assentamento possui aproximadamente 180 habitantes segundo os dados da Associação de Trabalhadores e trabalhadoras Rurais do Assentamento Água Branca,¹² distribuídos em 40 famílias. O Assentamento Água Branca possui um centro comunitário, um poço artesiano, uma casa de farinha e equipamentos para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Há uma igreja católica que tem seu festejo realizado no dia 30 de dezembro em comemoração à Sagrada Família, os batizados são programados com antecedência e precedidos de formação para os pais e padrinho e a data é determinada pelo padre, no mês de outubro que é o mês dos missionários onde ocorrem visitas nas casas dos assentados e a celebração de missas. No decorrer do ano, todos os domingos há cultos dirigidos por ministros leigos e no quarto domingo a missa é celebrada pelo padre. Há também três igrejas evangélicas, uma adventista, outra da igreja Universal e outra não identificada que realizam seus cultos no decorrer da semana. Essas celebrações e festejos contam com a participação dos assentados e do público externo de cada congregação religiosa.

A agricultura familiar é a base da economia desse assentamento, o cultivo é basicamente de frutas, legumes e a criação de animais de pequeno porte. Conforme Neves (2012, p. 33) “a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtiva”.

Com um conceito bem mais amplo, Ploeg (2014), apresenta dez qualidades da agricultura familiar, vejamos:

Ela tem o controle sobre os principais recursos, o estabelecimento familiar é onde a família investe a maior parte de sua força de trabalho, existe um nexos entre a família e o estabelecimento, os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte – ou a totalidade – de sua renda e dos alimentos consumidos, o

¹² Dados obtidos no âmbito da pesquisa de campo (2018/2019).

estabelecimento familiar não é só um lugar de produção, é também, o lar da família agricultora, a agricultura familiar é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro, o estabelecimento familiar é o local onde experiências são acumuladas, o estabelecimento familiar é um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura, a família e o estabelecimento são também partes integrantes da economia rural, o estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural.

No assentamento é realizado o ajuri, puxirum ou mutirão sendo uma prática social antiga na Amazônia. Matos (2015, p.210) destaca que “o ajuri, puxirum, ou mutirão é pratica coletiva”. Torres e Barros (2017, p.327) conceituam o puxirum como uma organização do trabalho coletivo que mobiliza várias pessoas como os vizinhos, amigos, compadres, comadres e conhecidos que cooperam uns ajudando o outro na feitura do roçado e outras atividades na agricultura. Fraxe (2000) considera que são modos de cooperação que se apresentam como produto das necessidades econômicas, dando-se por meio de sentimentos profundos de pertencimento de determinados grupos. Essa força cooperada pode gerar algumas outras práticas antigas vividas na Amazônia como o escambo. Em razão da força do capital sobre a vida em sociedade, a monetarização atinge as comunidades amazônicas de forma imprescindível no contexto do sistema capitalista.

O puxirum é uma atividade antiga desenvolvida na Amazônia, uma troca de dia de trabalho entre membros da comunidade. Campos (2015, p. 211), explica que esta prática “ocorre em plantios, derrubadas, capina de roça, construção de casas e outras atividades em que se fazem necessárias a mão de obra de muita gente a ocorrer ao longo do ano”. Vejamos o que nos fala um de nossos entrevistados sobre a prática do puxirum:

Aqui sempre fizemos muito mutirão para conseguimos fazer alguma coisa em nossa propriedade. Hoje falamos que é puxirum eu acho é diferente, não sei bem. Mais quase tudo que conquistamos aqui foi no mutirão. Nosso Centro Social, a casa da maior parte dos assentados foi construída no mutirão. O mutirão também nos mantém informado, porque quando tem um doente a gente acaba sabendo nos mutirões ai podemos ajudar, porque aqui a estrada é ruim e as casas são longe para pedir socorro não temos uma comunicação por telefone também, então quando vamos aos mutirões sabemos das coisas também (Amazonita, entrevista, 2018).

Como toda comunidade cujos desafios são inúmeros, mesmo estando elas localizadas dentro do perímetro urbano da cidade de Manaus, o Assentamento Água

Branca também sofre com a pouca atenção por parte do poder público. Não possui escolas, Posto de Saúde e o acesso aos bens e serviços são precários devido as péssimas condições das estradas. Os assentados buscam suprir suas necessidades como cidadãos através de recursos próprios, o que chega a ser bem difícil já que 80% das famílias que residem no Assentamento são agricultores, o que os tornam limitados por viverem unicamente da venda de seus produtos produzidos no assentamento.

A infraestrutura do local encontra-se em estado de precariedade na sua maior extensão. A estrada é de barro batido e sua conservação é feita pelos moradores. Mesmo sendo um local de terra firme existe uma sazonalidade, posto que no verão aconteçam as aberturas da vegetação nas extremidades da estrada para que no inverno os ventos possibilitem a secagem do barro, permitindo a trafegabilidade aos moradores. Sobre essa realidade, um de nossos entrevistados nos relatou com melhor precisão. Vejamos:

Antes aqui era difícil demais, o desafio mesmo que temos aqui não é na plantação, o desafio aqui é na estrada, que é um bocado difícil, mas agora já está melhorando, já saiu aquele asfalto para li, agora falta só essa área para cá. Porque esse assentamento não é longe da cidade, o que faz longe para chegar à cidade é esse pedacinho dali do Uberê¹³ para cá, hoje. Devagar, devagar a gente chega. Se tivesse pelo menos a estrada era muito bom, porque os ônibus vinham aqui pegava as crianças e levava pelo menos para a escola ali no brasileiro (Ametista, 54 anos, entrevista 2018).

Mesmo com as manutenções realizadas no decorrer do ano, os moradores sofrem com a falta de pavimentação adequada, ocasionando muitos prejuízos em seus veículos ou mesmo impossibilitando o deslocamento de seus lotes para o escoamento da produção. De acordo com, Barbieri, ET al., (2009, p.103), “a construção de estradas foi um marco na estratégia de desenvolvimento regional da Amazônia brasileira”. As estradas tornaram-se a conexão direta entre o rural e o urbano, a estrada possui uma relevância para a comunidade, pois é através dela que os moradores se deslocam diariamente.

Todos os sujeitos residentes no Assentamento são afetados com a ausência de infraestrutura, as crianças ficam impossibilitadas de irem à escola em outras

¹³ Uberê é um igarapé situada em uma comunidade localizada em uma área fundiária, que delimita a área inicial do Assentamento visto pelos assentados que acessam suas propriedades pelo ramal do brasileiro.

comunidades ou mesmo na cidade. Os idosos também são afetados, pois a locomoção da maioria é realizada sem o uso de transportes motorizados, dificultando e/ou restringindo o direito de ir e vir dos moradores, tornando o assentamento longínquo e inacessível nos períodos chuvosos. A variabilidade climática na Amazônia se difere das demais regiões do país. De acordo com Nobre ET AL (2009, p.147),

As florestas da Amazônia desempenham um papel crítico, na regulação do clima regional, e global. Por meio de intensa evapotranspiração, as florestas tropicais, bombeiam calor latente à atmosfera, para equilibrar o forte calor radioativo à superfície. A forte e extensiva convecção tropical sobre o continente durante o verão do hemisfério Sul transporta o calor latente para a alta troposfera e o distribui às zonas temperadas. Ao fazer isso, floresta e convecção, juntas, resfriam a Amazônia, ao mesmo tempo em que se torna uma intensa fonte troposférica de calor para a circulação atmosférica global. Desse modo, a liberação de calor latente é uma grande fonte de calor na região e é responsável pelas características da circulação regional.

Esse cenário climático nos leva ao entendimento de que as grandes pancadas de chuvas que ocorrem em nossa região é consequência desse esfriamento e causa muito impactos nos solos, mesmo com a realização de manutenção dos ramais, com o nivelamento e a criação de dutos nas laterais para o escoamento da água da chuva, que tem o intuito de evitar as erosões, o acesso de veículos e pessoas são dificultados nos períodos chuvosos. Cabe destacar que, essa é uma realidade vivida não apenas pelos moradores da Água Branca, mas uma particularidade da região amazônica que possui longos períodos de chuva, criando grandes valas, crateras nas estradas de barros, principalmente daqueles que moram na área rural.

Nessa trilha desafiadora cantamos com a contribuição das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca, que nos têm permitido conhecer o locus de nossa pesquisa, e neste percurso, buscamos criar e manter a confiança para que possamos captar as informações necessárias ao nosso estudo.

SEÇÃO II – O PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO ÁGUA BRANCA

Você ganha força, coragem e confiança através de cada experiência em que você realmente para e encara o medo de frente.

(Eleanor Roosevelt)

2.1 As mulheres do Assentamento Água Branca e a agricultura familiar

Discorrer sobre a agricultura familiar supõe uma breve reflexão sobre o trabalho como atividade humana, nucleadora do ser social, como indica Marx (2004). O trabalho é uma atividade humana tão antiga quanto a ação do homem no empenho para obter a satisfação das suas necessidades, a fim de garantir a sua sobrevivência. Trata-se de uma ação transformadora que o homem exerce sobre a natureza, geradora de significado material e imaterial rente à satisfação humana.

Para Antunes (2001), existe uma relação significativa que envolve o sentido do trabalho tanto para a sociedade quanto para o ser social. De acordo com este autor, existe uma vida alheia densa de sentido fora do trabalho, sendo, pois, necessário que a vida humana seja dotada de sentido dentro do trabalho. Ou seja, torna-se incongruente associar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com satisfação e realização humanas, visto que este tipo de trabalho se assenta na exploração dos trabalhadores. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Nisto consiste a centralidade do trabalho para Marx (2004).

O assalariamento é uma das modalidades do trabalho, sendo, pois, desenvolvido em várias frentes, tais como: o trabalho formal que envolve o contrato; o trabalho informal que não possui contrato, mas gera renda; o trabalho rural contratual e não contratual desenvolvido por homens e mulheres. No âmbito do trabalho rural, encontra-se a agricultura familiar que tem sido restabelecida na Amazônia com forte alcance social desde as últimas décadas do século XX.

A agricultura familiar ganhou evidência com a Constituição Federal de 1988 que legislou e reconheceu novos espaços de atuação para o desenvolvimento social. A década de 1990 foi primorosa para a agricultura familiar na medida em que

foi instituído o PRONAF em 1995, associado à emergência de outras políticas de desenvolvimento rural, como a criação do MDA, em 1999, e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SAF), em 2001, institucionalizando, assim, a estrutura agrária e fundiária no país. Acrescente-se o fato de que, em 2006, ter sido regulamentada a Lei 11.326 da Agricultura Familiar que definiu o trabalho rural dos povos tradicionais no âmbito dos estudos da sociologia do trabalho rural.

A história mostra que as mulheres sempre estiveram inseridas no espaço da agricultura familiar, mas somente após décadas é que elas se vêm notabilizando neste tipo de trabalho. De modo geral, pode-se dizer que, os agricultores familiares realizam o cultivo de produtos agrícolas para o autoconsumo, sendo o excedente canalizado para o mercado. Geralmente, são proprietários de pedaços de terra onde produzem com os membros da família para a garantia da sobrevivência do núcleo familiar.

Vieira (2010, p. 196), considera que “homens e mulheres desempenham papéis sociais baseados em valores mitológicos que compõem seu acervo cultural”. As mulheres agricultoras realizam o trabalho de preparo da terra para o plantio, fazem a colheita e participam da venda dos produtos junto com seus companheiros.

No Amazonas, a agricultura familiar é responsável pela geração e manutenção das famílias nas áreas rurais. Para garantir o seu sustento o agricultor necessita realizar a pluriatividade, que consiste em auferir renda complementar durante todo o ano, incluindo produtos diversificados, como flores tropicais, plantas medicinais, entre outros, o que vem se somar ao cultivo da roça, marcado por uma nítida divisão social do trabalho.

Mulheres realizam o trabalho da roça desde o plantio, capina e colheita até o processo de feitura da farinha e seus derivados. Este processo tem a ajuda do homem em menor escala, é ele que acessa o mercado para vender os produtos. O homem está voltado, também, para a realização de outras atividades agrícolas com o propósito de complementar a renda. Ocupa-se também da administração, planejamento e definição da finalidade dos itens da produção do seu lote, bem como dos contratos com bancos, cooperativas, técnicos, dentre outros.

Essa divisão social do trabalho analisada a partir de uma perspectiva do sistema patriarcal é aquela em que o homem dispõe de um capital social específico

de conhecimento e dispõe de relações de poder que o habilita a permanecer no comando e a manter sua posição de provedor, enquanto a mulher fica circunscrita ao trabalho da agricultura, simbolicamente associada a ela (STEANS, 2007).

Bourdieu (2016, p. 22) chama a atenção para o fato de que,

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita da atividade atribuída a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada as mulheres.

As mulheres no meio rural são evidenciadas quando ganham destaque como lideranças nas comunidades, pois acabam desenvolvendo um papel dito masculino. No Assentamento Água Branca as mulheres começam a ganhar destaque, construindo seus próprios espaços. Elas desenvolvem papéis sociais como presidente da associação, vice-presidente, secretária, sem deixar de realizar sua produção diversificada, que inclui hortaliças, leguminosas, roçados, pequenas criações de animais, fruticultura, extrativismo vegetal e animal. Nesta comunidade especificamente, constatamos que as mulheres são mola do trabalho que leva ao desenvolvimento social, político e econômico do assentamento.

Algumas mudanças significativas têm sido processadas no âmbito da agricultura familiar contribuindo para a visibilização do trabalho feminino no meio rural. Para Cavalcante (2010, p.90),

A predominância é de trabalhadores do sexo masculino, com a justificativa de que possuem a capacidade de se adaptarem a qualquer atividade agrícola e implicam menores despesas nos custos de produção. Ao contrário das mulheres, que requerem mais gastos [...], e pela ideia compartilhada por ambos os sexos de que a mulher é naturalmente criada para tarefas leves e delicadas.

No caso das mulheres agricultoras do Assentamento Água Brancas elas são os sujeitos centrais da produção agrícola, e a decisão no que diz respeito à sua produção ser consumida pela família ou comercializada é pensada em conjunto com o cônjuge. No que diz respeito à aplicação do dinheiro auferido é escolhido conforme a demanda de mercado. “Lima (2010, p. 102), destaca que o trabalho feminino

agrícola é um ‘trabalho invisível’, que tanto contribui para o não reconhecimento da mulher como trabalhadora e a sua desvalorização como pessoa”. Esse trabalho ainda está invisibilizado e pouco valorizado pelo poder público e pela sociedade de modo geral.

Vimos anteriormente que na região amazônica as mulheres desenvolvem suas atividades em torno das questões ambientais. Torres (2013, p.110) lembra que,

São as mulheres que têm mais zelo pelo meio ambiente que os homens. Elas estabelecem uma relação de cumplicidade com os elementos terra, floresta e rios. Elas conseguem compreender a importância do meio ambiente para com o desenvolver de suas atividades, tratando com respeito os limites da natureza.

As mulheres têm um olhar sensível voltado para a conservação do meio ambiente pelo fato de possuírem uma relação menos destrutiva do que os homens, são elas que organizam sua própria produção nas feiras e outros espaços de comercialização, dentro inclusive da própria comunidade. A compreensão do termo comunidade, de acordo com Wagley (1988, p. 44), diz respeito à “grupos que se organizam para viver uma vida relativamente comum em seus aspectos sociais, econômicos e políticos”. O autor assinala que “é nas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam seus filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos por valores e incentivos de suas determinadas culturas”.

As mulheres têm sentido os avanços das conquistas das lutas feministas, é verdade, mas ainda são poucas essas conquistas, há ainda um abismo de a desigualdade entre homens e mulheres. Conforme os estudos de Torres (2006, p. 11),

Dependendo de cada sociedade, essas relações são mais ou menos assimétricas, existindo, porém, entre elas um ponto em comum: as relações de gênero são permeadas pelas relações de poder. O poder constitui-se numa ação que consubstancia e encarna a vida de homens e mulheres sendo, pois, as relações de gênero um elemento estruturante da vida em sociedade.

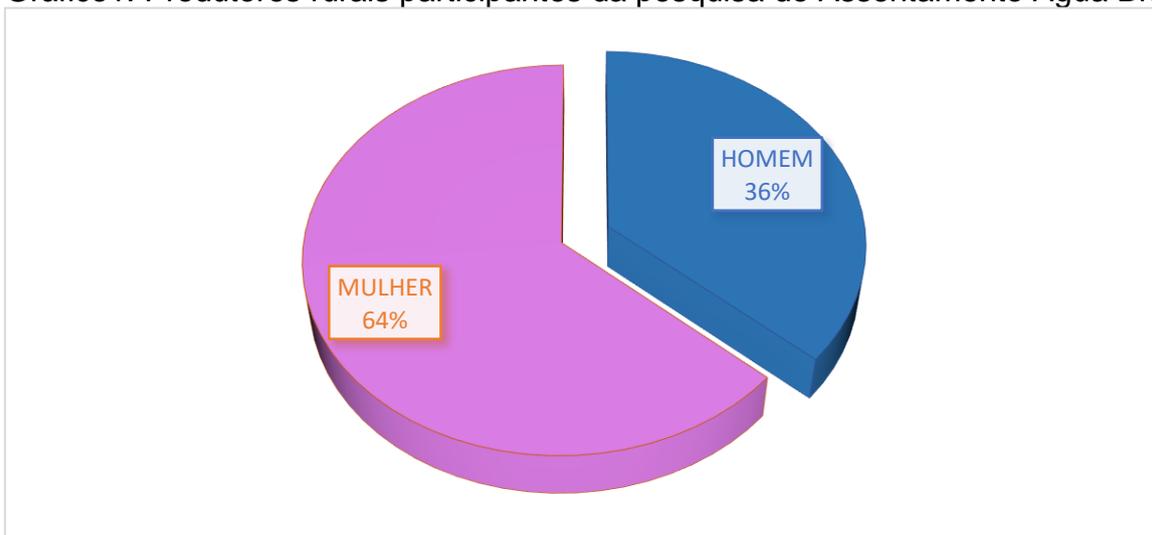
Apesar de as mulheres terem acesso à novas alternativas para alcançar seus objetivos em diversos aspectos, ainda assim elas enfrentam situações de desigualdade. No Assentamento Água Branca essa desigualdade é percebida

principalmente a titularidade da terra, por parte da Instituição que administra. De acordo com a autora, “as mulheres, apesar de serem adequadamente capacitadas em determinadas áreas de trabalho, ganham até 30% a menos que os homens” (TORRES 2011, p.69). Geralmente, o nível de escolaridade das mulheres se equipara – quando não supera – ao dos homens e, mesmo assim, elas auferem salários menores que eles.

Deve-se reconhecer que as mulheres já obtiveram importantes conquistas no processo de construção da política de gênero. Elas vêm assumindo posições importantes no desenvolvimento das atividades sociais, políticas e culturais, o que sugere um despertar para as questões de gênero nesse campo, pois as mulheres têm-se tornado sujeitos de si. Conforme Torres (2005, p.60), “a dinâmica da organização social encontrada em campo dialoga com trabalhos sobre o mundo rural onde o ambiente e a incorporação da diversidade se ligam a debates em que as divisões de papéis por gênero são questionadas”. As mulheres passam a participar cada vez mais na luta pela terra rumo ao seu desenvolvimento social, contribuindo para que o seu papel não esteja restrito só à casa. Com essa participação, as mulheres adquirem conhecimentos nas esferas pública e privada.

Ao analisarmos o trabalho das mulheres agricultoras, não podemos deixar de perceber que elas são trabalhadoras exploradas pelo capital. O desempenho de seu trabalho ocorre no contexto construído na dinâmica das contradições sociais. Elas são sujeitos partícipes do mundo do trabalho, sendo, pois, parte da classe trabalhadora. Em nossa pesquisa constatamos que o número de mulheres agricultoras é superior com relação aos homens, conforme mostra o gráfico um.

Gráfico1: Produtores rurais participantes da pesquisa do Assentamento Água Branca



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

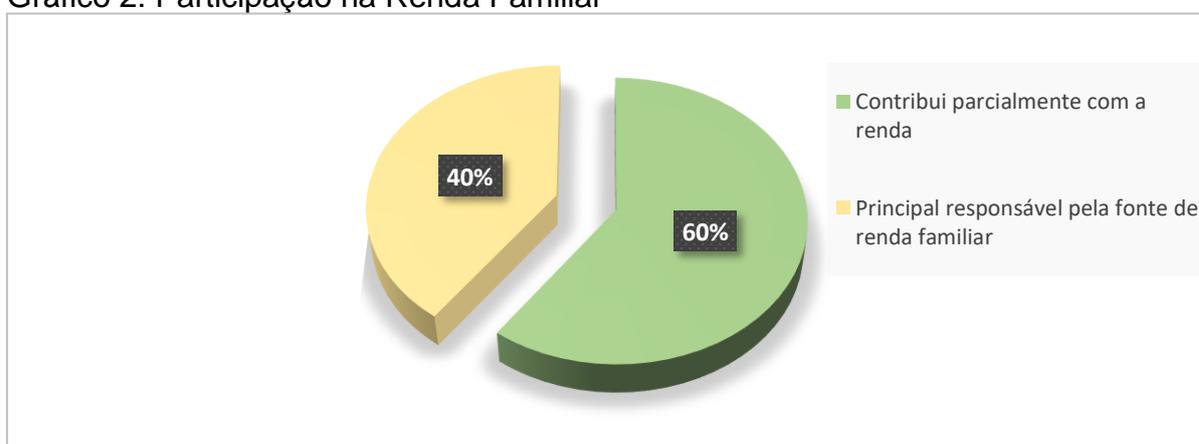
A nossa pesquisa realizada nesse Assentamento revela que há um quantitativo de 64% de mulheres produtoras rurais que desenvolvem diversas atividades, tais como: plantio de hortaliças, criação de animais de pequeno porte, cultivo de plantas medicinais, extração de plantas para insumo, criação de artesanatos e comercialização dos produtos nos mais diferentes sistemas de produção, com o intuito de emancipação e autonomia econômica, tornando-as independentes financeiramente, além de contribuírem com a renda familiar. De acordo com Scott (2010, p.71), “a presença da trabalhadora rural muito contribui para que houvesse um despertar para a particularidade das demandas femininas como importantes na agricultura”.

As mulheres tem desenvolvido muitas atividades em suas propriedades, sua participação tem aumentado. Lima (2006, p. 101) ressalta que,

Mesmo considerando que existem transgressões e que, em situações concretas, algumas vezes, as mulheres podem exercer outro papel que não o da subalternidade, a regra e a expectativa sempre foram no sentido contrário, e uma atividade mais autônoma e questionadora dos valores instituídos era visto como perigosa, pecaminosa, contrária à vontade divina e, seguramente discriminada reprimida. No caso da mulher escrava mesmo que fosse desrespeitada pelo dono, ou não pudesse constituir família dentro dos padrões, a representação da mulher da descrita permanecia.

Reconhece-se que as mulheres estão inseridas desde muito tempo nesses espaços produtivos apesar de as mulheres não serem maioria, no entanto, são parte muito significativa da população rural produtiva e no Assentamento Água Branca destaca-se numa margem de atuação rural em número igual a 28% superior ao homem. A presença das mulheres na produção de alimentos tem contribuído efetivamente com a renda familiar, uma vez que 60% delas contribuem de forma parcial com o orçamento da casa. Outro dado importante é o quantitativo de 40% de mulheres que são as principais responsáveis pelo orçamento da casa.

Gráfico 2: Participação na Renda Familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Para o Núcleo De Estudos Agrários e Desenvolvimento Agrário Rural (Nead, 2005) a significativa parcela de mulheres inseridas no trabalho da agricultura tem seu trabalho considerado trabalho doméstico ou apenas uma ajuda ao trabalho do “chefe da família”, mesmo que esta seja decisiva para a manutenção do grupo familiar. O impacto dessa situação na obtenção de renda é muito grande. Por muito tempo a inserção econômica das mulheres rurais era marcada pela pobreza e pela invisibilidade das suas atividades produtivas.

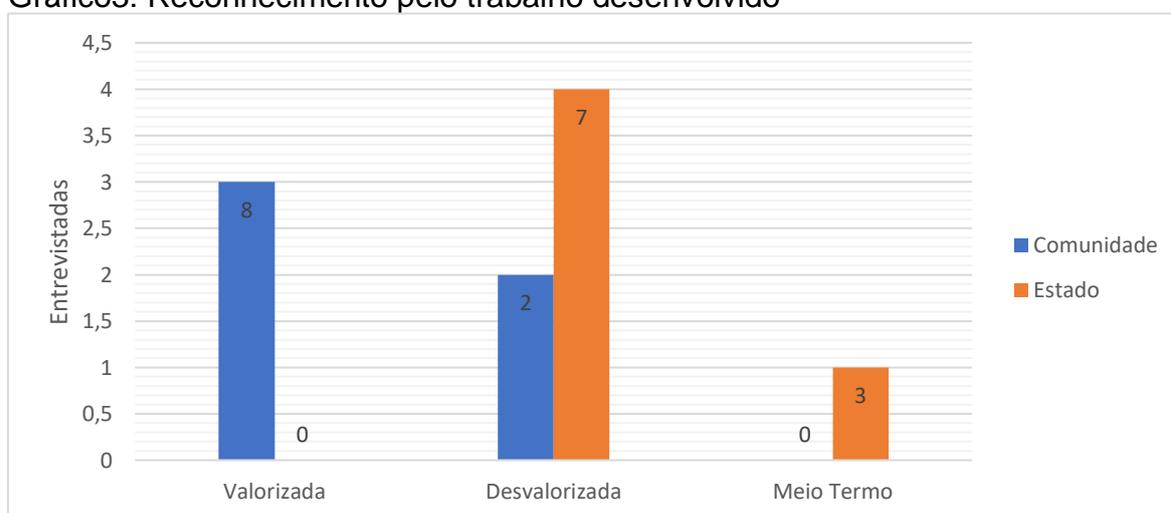
No assentamento Água Branca a participação da mulher atinge números expressivos. Elas não são sujeitos importantes só na economia, mas também na organização política e social da comunidade. Elas desenvolvem ações em meio a forte protagonismo na agricultura familiar, necessitando, outrossim, de políticas de monitoramento para potencializar, reconhecer e visibilizar seu trabalho.

Cordeiro (2010, p.168) afirma que “os processos de empoderamento não atingem as mulheres da mesma forma, eles são moldados de acordo com o contexto

local e posição específica que elas ocupam na família, na comunidade ou nas relações mais ampla”. Há uma grande parcela de mulheres inseridas no espaço público, tanto do trabalho quanto do mercado de comercialização dos produtos.

As mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca apresentam em seus relatos um nível de consciência política bem delineado. Sabem que o seu trabalho é pouco valorizado em sua comunidade, porque se trata de um trabalho exercido por mulheres. Ouvirmos nossos 10 sujeitos mulheres neste item a para sabermos como se sentem podemos verificar esse resultado no gráfico 03:

Gráfico3: Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Observe-se que as próprias mulheres possuem um sentimento de desvalorização em sua grande maioria em relação ao Estado, esta realidade pode-se justificar, no seio de toda sociedade patriarcal, na perspectiva machista, onde o descrédito, simplesmente por ser mulher e carrega os estereótipos, da fragilidade, da sensibilidade, do afeto.

Verifica-se que nenhum de nossas entrevistas foi beneficiária pela política do Pronaf e isso tem dificultado o crédito a elas, sua independência. Podemos perceber essa situação no documento transcrito a seguir:

As mulheres trabalhadoras rurais ainda não são suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária. Historicamente, os gestores públicos e as famílias reproduzem preconceitos e reforçam os vínculos das mulheres trabalhadoras rurais com o espaço privado.

Só muito recentemente, a partir dos anos 80, com a nova Constituição Federal, o Estado brasileiro passou reconhecer os direitos das mulheres e a implementar políticas públicas orientadas para a promoção da igualdade. Apesar de importantes transformações nas famílias, permanecem relações desiguais de poder que se expressam no campo afetivo, econômico e político. (BRASIL, 2005, p. 11).

Historicamente as mulheres não são reconhecidas em sua condição de trabalhadoras agrícolas, seu trabalho é visto como uma extensão dos serviços da casa pelo fato de ser a agricultura um trabalho associado ao doméstico. Nos tempos atuais as mulheres agricultoras demonstram ter consciência do seu trabalho, isto porque elas passam por processos de formação social dentro das organizações políticas como palestras, oficinas ministradas por agentes de fora que atuam com projetos sociais. Vejamos suas falas em entrevista a este estudo:

Aqui eu me considero agricultora por que trabalhamos com o sistema orgânico e agroecológico e eu gosto muito, fazemos aqui tudo em conjunto do plantio, colheita, mais a venda eu que faço por que eu gosto e tenho mais jeito (Entrevista, Safira/2018).

Eu já trabalhei no interior na agricultura e agora isso aqui é meu e está muito produtivo, aqui é bom para tudo, porque moramos, produzimos produtos de qualidade, meu modo de produzir é agroecológico e consociado, com muitas variedades, eu só não dirijo para a entrega mais tenho quem compra toda minha produção de uma só vez, vendo para pontos de hortifrutis, revendedores, minha filha me ajuda a fazer essa venda e o pai dela faz a entrega (Entrevista, Jade/2018).

Para Torres (2005, p.57), “a saída da mulher da esfera privada para a esfera pública possibilitou-lhe o contato com a rede de relações que implicariam novos saberes e novas informações que redefiniriam suas relações com a família”. Esta situação somada com a educação formal que algumas mulheres tiveram acesso contribuiu para a tomada de consciência frente à sua condição de submissão ao sistema patriarcal, permitindo-lhes terem mais clareza do *status* de trabalhadoras que elas possuem no tecido social.

Cantarelli (2010, p. 291) destaca que “a vida familiar é o espaço dos sentimentos.” As relações familiares têm norteado as atividades produtivas e reprodutivas, que juntas contribuem com a produção alimentar e bem-estar da família.

As mulheres tem conquistado sua autonomia, lentamente, apesar de algumas conquistas ainda não possuem o reconhecimento merecido. Fischer (2010, p.195) salienta que,

A jornada cotidiana da mulher no campo é geralmente, subestimada, uma vez que o trabalho da roça fica subsumido no doméstico, considerado não trabalho, visto como extensão de suas atribuições de mãe, esposa, dona de casa, naturalmente considerada parte das relações afetivas. A jornada de trabalho das mulheres rural inclui o cuidado com as crianças, dos doentes, dos velhos, o apoio psicológico para manter a família unida, o abastecimento d'água, que, muitas vezes, supõe seu deslocamento diário até 3, 4 quilômetros, e o da lenha, que, além de exigir o esforço físico para cortar a madeira, quer a condução dos feixes pesados até sua casa. Tudo isso faz parte do trabalho familiar, que, somado ao da roça, perfaz uma superjornada.

Diante do cenário de superjornada as mulheres ainda desenvolvem outras atividades para complementar a renda familiar, tais como: o cultivo das hortas, criação de animais de pequeno porte, a captura material da fauna e flora para comercialização, compõe a realidade de muitas mulheres agricultoras.

2.2 Organização social das mulheres no Assentamento Água Branca

As mulheres são sujeitas sociais que tem realizado um protagonismo de luta na espera pública, durante todo o século XX até os dias atuais. E, as mulheres rurais, têm se organizado e apresentado demandas vinculadas às questões de gênero.

As mulheres se põem na luta num contexto de enfrentamento das desigualdades de gênero na medida em que elas se encontram em grande desvantagem na sociedade em relação ao homem. A organização por meio de movimentos sociais de mulheres tem sido uma forma encontrada para reivindicar seus direitos e construir seus espaços na comunidade.

No Brasil a organização das mulheres agricultoras remonta a década de 1980 com as mobilizações do movimento do campo em torno da luta pelos benefícios como a aposentadoria, salário-maternidade, direito de participar de sindicatos entre outros que se dava principalmente por esse reconhecimento das

mulheres do campo. Esse movimento é responsável pelas conquistas que as mulheres rurais obtiveram nos textos da Constituição Federal de 1988.

Além da grande participação das mulheres na economia doméstica, no sustento da família, elas também possuem uma tragédia histórica de participação política bem vigorosa. Desde os tempos imemoriais as mulheres estiveram ocupadas em tarefas manuais relacionadas à agricultura, ao trabalho doméstico, organizando-se nas mais diferentes formas. Conforme Mazoyer e Roudarte (2010, p.73).

O sistema social produtivo (ou sistema técnico, econômico e social) é composto de homens e mulheres (força de trabalho, conhecimento e savoir-faire), meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e de matéria viva (plantas cultivadas e animais domésticos) que dispõe a população agrícola para desenvolver as atividades de renovação e de exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer direta (por autoconsumo) ou indiretamente (por trocas) suas próprias necessidades.

Mazoyer; Roudarte (2010, p.243), destacam que em tempos passados a participação familiar é fundamental tendo em vista que os integrantes “homens, mulheres, crianças, velhos, deviam participar, conforme suas possibilidades, das tarefas agrícolas e domésticas”. As mulheres assumem a execução dessas atividades de forma organizada, mesmo invisibilizada pela sociedade.

A resistência feminina tem se desenvolvido em função de processo sócio e histórico construído, que tem sido moldado pelo patriarcado que inferioriza as mulheres no curso da história. A identidade e atuação das mulheres no meio social não é determinado apenas por aspecto biológicos de gênero, mas marcado por questões histórica, cultural e ambiental. De acordo com Teles (1993, p.9), “ninguém é oprimido ou explorado e discriminado porque quer. Uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher o seu desenvolvimento pleno, omitindo sua contribuição histórica. A mulher não é apenas a metade da população é mãe de toda a humanidade. É um ser social, criativo e inovador”.

A participação das mulheres nas organizações não é mera atuação. Elas conseguem transformar de si própria e ao outro, estão sempre à frente das lutas reivindicativas pelos direitos sociais, pondo-se no exercício de construção de sua cidadania. Não resta dúvida o fato de o trabalho fabril ter dado maior visibilização às

mulheres a partir da segunda metade do século XX quando elas foram fortemente requisitadas pelo capital para o trabalho fabril. De acordo com Boschilla (1997, p.36),

O início da industrialização brasileira caracterizou-se como um período de escassez de mão-de-obra, que acabou possibilitando a abertura de um novo campo de trabalho, o de operária, para a mulher dos mais baixos estratos da população. Os ramos que mais absorviam o trabalho das mulheres foram aqueles cuja produção anteriormente se fazia nos quadros domésticos e eram considerados atribuições femininas.

É nesse processo contínuo de lutas que as mulheres passam a se organizarem em defesa de seus direitos, como podemos perceber a partir da primeira república com os movimentos grevistas quando as mulheres lideraram as grandes lutas no que diz respeito à garantia de seus direitos. Teles (1999, p. 43), destaca algumas organizações nas quais as mulheres estavam à frente, a partir da implantação do trabalho assalariado “as costureiras se destacaram nesse movimento grevista. A principal reivindicação era a jornada de oito horas”. Essas greves se fizeram necessário para que fosse possível regulamentar o trabalho feminino. A autora apresenta outras greves com participação massiva das mulheres, a saber:

A 10 de junho de 1917 começou a greve das operárias têxtil da fábrica Crespi, estopim da greve geral que paralisou São Paulo... Apesar da grande repressão que se abateu sobre o movimento, este conseguia promulgação de uma lei que incluía a abolição do trabalho noturno feminino e do menor. Em 1919, 30 mil têxteis entraram em greve..., com a participação massiva de mulheres e crianças. Reivindicavam principalmente a jornada de oito horas e igualdade salarial entre homens e mulheres (TELES, 1999, p. 43).

Em tempos mais recentes pode-se dizer que foi no contexto da abertura democrática na década de 1980 que os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo, apesar de a sua participação nessas lutas não ser um fato novo. Sarti, (2004, p.42) elucida esse período dizendo que,

Nos anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas

difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular

Teles (1999) menciona que no III Encontro Feminista Latino Americano, as mulheres brasileiras e peruanas trocaram experiências, “as brasileiras, trabalhadoras rurais de Pernambuco e Ceará, ouviram silenciosas, procurando entender a língua e a luta daquelas mulheres de trança, com cara de índias”, que pediam solidariedade para com seu povo, crianças que morriam de fome, homens que estavam submetidos ao trabalho escravo.

No contexto mais amplo da luta das mulheres no Brasil a década de 1970 foi importantíssima, pois o ano de 1975 foi declarado pela ONU. De acordo com o Matos (2000, p.10), é na década de 70, as mulheres "entraram em cena " e se tornaram visível na sociedade e na academia, onde os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados na maior parte da produção e na documentação oficial. Essas mulheres começaram a movimentar-se por melhores condições de vida, se fazendo presente nas associações, escolas, igrejas e outros organismos, forma de continuar lutando por seus direitos. Para Torres (2005, p.186-187), aponta na mesma direção afirmando que,

As mulheres vêm se organizando para reivindicar direitos de participação ativa na vida da sociedade, buscando reverter a situação de enclausuramento à esfera privada que historicamente as segregou. Os sujeitos sociais encontram-se na política os sentidos vida. Agem politicamente para serem livres, para serem iguais, enfim, para viverem a sua individualização como sujeitos. Enquanto força motriz que move os seres humanos em feixe de harmonia e, sim, na extensão dos conflitos e dos paradoxos.

Com apoio nacional e internacional as mulheres foram galgando espaços no campo da cidadania que, para Bobbio (1992, p.30) diz respeito “ao direito do cidadão enquanto sujeito transformado, efetivamente, em direitos do homem ou em direitos humanos”. Para a ONU Mulheres,

Em relação ao empoderamento econômico das mulheres, destaca-se a aprovação da Emenda Constitucional no. 72/2013, mais conhecida

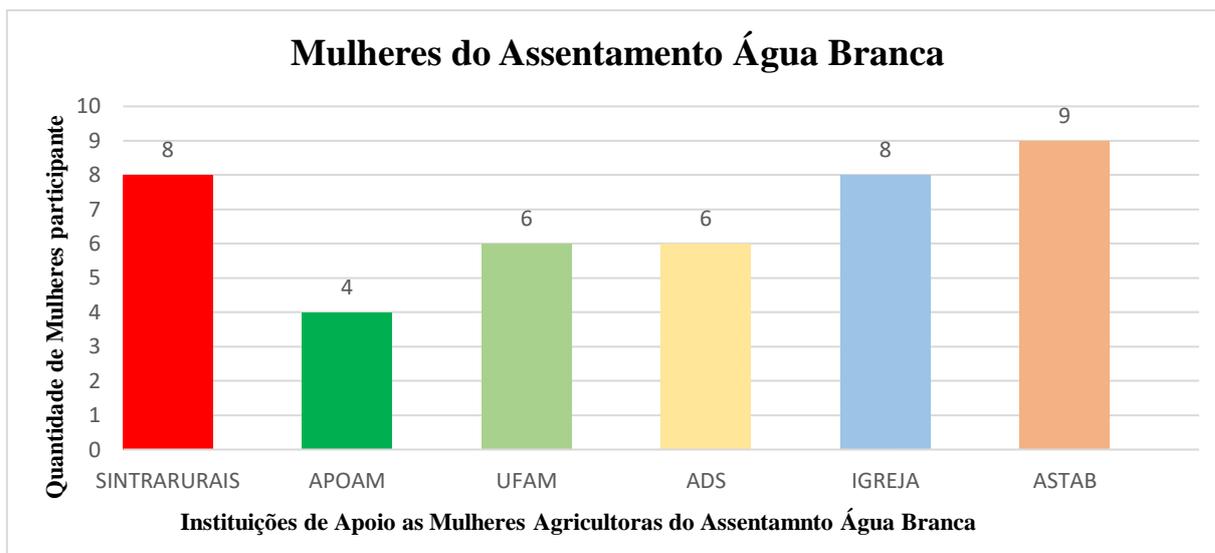
como PEC das Domésticas e da Lei Complementar no. 150/2015 que a regulamenta. São medidas que resgatam uma dívida histórica com as mulheres ao garantir às trabalhadoras domésticas – em sua maioria mulheres (94,5%) e negras (65%) 16 novos direitos trabalhistas já assegurados pela constituição aos/às demais trabalhadores/as. Medidas estas reforçadas com a recente ratificação da Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho que versa sobre trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores domésticos (ONU, 2018,p. 3).

As mulheres passaram a se organizar em torno da garantia de direito e acesso às políticas públicas, articulando-se com outros movimentos sociais e com a organização política dos trabalhadores, em sua expressão mais ampla. De acordo com Bobbio (1992, p. 34)

O campo dos direitos sociais, finalmente, está em contínuo movimento: assim as demandas de proteção social nasceram com a revolução industrial, é provável que o rápido desenvolvimento técnico e econômico traga consigo novas demandas, que hoje não somos capazes nem de prever.

No que diz a respeito à organização social das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca, aquelas que participam deste estudo se encontram-se organizadas em associações, sindicatos, instituições públicas e privadas, bem como organizações não governamentais, como podemos verificar no gráfico nº 4 (eixo horizontal). No eixo vertical estão elencadas as instituições na qual elas estão vinculadas. Vejamos:

Gráfico 4: Mulheres Vinculadas as Organizações de Apoio aos Agricultores



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O conhecimento que as mulheres recebem das entidades e das instituições de apoio ao trabalho na agricultura têm possibilitando a potencialização da luta no campo. A participação cada vez maior das mulheres nas organizações sociais tem contribuído para a construção de suas identidades socioculturais, que ocorre, também, em meio à construção de sua cidadania. De acordo com Pinto (2003, p.95), "há uma participação efetiva das mulheres no cenário da política reivindicativa, construindo suas identidades e cidadania".

As mulheres do Assentamento Água Branca têm buscado se inserir e criar espaços que garantam sua inserção, participando inclusive de projetos de desenvolvimento eco, tais como Projeto Agrofloresta, Projeto Agroecológico Integrado Sustentável, Projeto Ecoforte, com intuito de potencializar cada vez mais a sua participação cidadã. Algumas delas fazem parte do Conselho Estadual de Agricultura e de uma organização regulamentadora de projetos Rede Manivas de Agroecologia (REMA). Esses tipos de participação contribuem para que essas mulheres tenham o tão esperado reconhecimento por parte da sociedade. Acerca da participação das mulheres nos projetos sociais, Ametista revela o seguinte:

O projeto Ecoforte foi elaborado para o Assentados aqui, por meio do MUSA para aqueles que queriam trabalhar com produtos orgânicos, no início era para todos os assentados, só que alguns não entenderam, e foram se afastando, porque trabalhar com o orgânico é trabalhar o dia inteiro, tem que gostar. Alguns não quiseram porque

era muito difícil aí ficaram 5 no projeto, chegou a faltar agricultores que tivessem interesse em participar, o coordenador do projeto pegou agricultores de outros assentamentos, foi aprovado o projeto para fazermos nossos galpões, galinheiros, estufa que temos até hoje, (entrevista, 2018)

Os projetos voltados para os agricultores assumem um papel importante no contexto da formação dessas mulheres, no que diz respeito à construção de metodologias de aprendizagem. Trata-se de parcerias que vêm ao encontro do fortalecimento à luta das mulheres, bem como à sua organização em torno de interesses voltados para a agricultura familiar.

A REMA é uma organização não governamental (ONG) que busca realizar atividades de formação junto às mulheres e homens agricultores, empoderando-os no uso de novas técnicas aplicadas ao plantio e à criação de pequenos animais, por meio de uma combinação de tratores, carros e mão de obra. Qualifica e requalifica esses trabalhadores para trabalharem em mutirões, incluindo o uso de trabalho pesado como arar a terra, roçar, para o plantio de hortaliças na forma consorciada. Para Vieira (2010, p.165) “o fato de que é necessário empoderar as mulheres por meio de “metodologias de educação popular, para capacitá-las a atuarem no empreendimento ao qual pertencem”. No que se refere ao empoderamento das mulheres Wandelli, Neves et al (2015, p. 4), destacam que,

A Rema atua na formação de agricultores por meio de metodologias de construção coletiva de conhecimentos agroecológicos, na assessoria e promoção de trocas de experiências agroecológicas, na produção orgânica, na organização social e na conservação e manejo dos recursos naturais das propriedades e comunidades rurais. A Rema articula com o poder público local o escoamento da produção para a Feira de Produtos Orgânicos da Apoam, e a ampliação e estruturação deste espaço.

A promoção desses encontros proporciona um fortalecimento às mulheres, momentos em que elas discutem os seus problemas e necessidades, demonstrando espírito de cooperação, compartilhando podemos perceber na vivência e experiência de vida, conforme imagens a seguir:

Imagem 3: III Encontro de Mulheres Promotora de Agricultura geradora de vida do Amazonas



Fonte: Pesquisa de Campo 2018.

Os encontros têm seu papel fundamental no protagonismo das mulheres, tento em vista que elas passam a ter mais esperanças e não se sentem excluídas, passam a compreender que as dificuldades alcançadas toda independe de seu lugar. Elas encontram forças no coletivo, na cooperação, sobretudo, no quer dizer respeito à comercializando dos produtos agrícolas organizando-se mutuamente nas feiras.

Em face do cenário de desvalorização que é para além do escasso acesso aos recursos econômicos, as mulheres trabalhadoras rurais enfrentam invisibilidade como cidadãos perante o Estado e a sociedade. De acordo Butto (2006, p.88), "as trabalhadoras rurais ela é compreendida também no contexto da desigualdade de gênero e do acesso desigual à produção material, cultural e social."

Para Melo e Sabbato. (2006, p. 62) "a participação por sexo nas atividades agropecuárias, note-se que a produção das lavouras e na pecuária a taxa de participação feminina e muito baixa. 26,9 % nas lavouras e 14,3% na pecuária. Enquanto que no cuidado com aves e pequenos animais a taxa de participação feminina atinge 82%, na horticultura e floricultura há certa equiparação entre os sexos.

A representação do sentimento de valorização pode se justificar por ter maior reconhecimento por essa atividade estarem sendo desenvolvida nas propriedades para autoconsumo e comercialização.

"As mulheres têm baixa participação nas decisões sobre as políticas públicas e no exercício do controle social do Estado. um exemplo disso é o nível e o tipo de participação nos conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento Rural sustentável, esses conselhos se constituem como espaços de discussão sobre as políticas públicas da área e também de deliberação sobre alguns programas: o Pronaf Infraestrutura e o crédito Fundiário. Estes mantêm ainda uma presença majoritária do poder público e, portanto, uma menor e frágil participação da sociedade civil. As mulheres são minoritárias na participação dos referidos conselhos e ocupam os lugares de menor importância (BUTTO,2006, p.94)

Sendo as mulheres parte integrante do sistema produtivo elas possuem um fator de reconhecimento delas por parte da comunidade. De acordo com Torres (2013, p.200), "o aspecto social do trabalho das mulheres rurais na Amazônia sustenta-se numa ética de partilha, solidariedade e relações com a natureza que preside das determinações derivadas das grandezas socialmente estabelecidas quer seja no aspecto do salário de outros tipos de troca econômica".

As feiras contam com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM/AGROUFAM), Como podemos verificar nas imagens abaixo da comercialização desses produtos,

Imagem 4: Agricultores na Feira da Agencia de Desenvolvimento Sustentável - ADS



Fonte: Registro da REMA 2018.

A feira da Agência de desenvolvimento Sustentável – ADS, assume um papel fundamental na garantia de comercialização de parte da produção rural do Estado e gerando benefícios para mais de 15 mil famílias de produtores rurais e agricultores familiares. A feira organizada por esta agência tem seu funcionamento em períodos, semanal e quinzenal, com espaços e áreas estruturadas em diferentes zonas da Capital. E nesses espaços geridos pela ADS encontram-se os agricultores do Assentamento Água Branca, que conseguem comercializar sua produção.

A ADS desenvolve alguns Programas que tem contemplado os agricultores familiares tais como: PREME - Programa de Regionalização da Merenda Escolar, PROMOVE - Programa de Regionalização de Móveis Escolares, PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, Balcão de Agronegócios, Subvenção Juta e Malva, Subvenção da Borracha. Esses programas tem fomentado a produção de alimentos. E no Assentamento Água Branca os produtores já estão buscando se inserirem nesses programas, como podemos verificar na fala de Ametista, a saber:

Começamos a participar de uns projetos que ampliamos nosso galpão para entregamos para a merenda escolar pelo menos 1500 ovos por semana. Só que nossa intenção não é deixar as feiras. É ter mais um lugar para vendermos nossa produção. Já estamos fazendo esse trabalho aqui junto com meus três filhos. Cada um já colocou 300 galinhas para produzir. E espaço graças a Deus já temos. Surgiu a oportunidade também de montamos uma feira só nossa com o apoio da Prefeitura de Manaus. Uma feira de agricultores do Água Branca. Estamos motivadas, (Ametista/ 2019).

As feiras tem sido o fio condutor da organização social do Assentamento Água Branca. Pois tem fortalecido a sociabilidade com intuito de sensibilizar as famílias a adotarem tecnologias inovadoras para a produção, como também fomentam uma maior organização que é a criação de uma cooperativa para o melhoramento da produção e das condições de vida da comunidade. Vejamos o revela Amazonita,

Iniciamos um plantio de milho orgânico aqui no Assentamento, como estratégia de fortalecer nossa comunidade. Esse é o grupo dos doze que está fazendo esse trabalho. Já estamos bem avançados nessa produção, nosso intuito é fazer ração orgânica e termos produtos de alta qualidade. Estamos organizando para montar nossa cooperativa. Implantamos também na Ilha da Marchantaria, frutos já têm sido colhidos desse processo (entrevista, 2019).

Este modo de se organizar tem gerado frutos positivos no Assentamento Água Branca como a autogestão coletiva, produção em maior escala, bem como a não utilização de insumos químicos, contribuindo para com o meio ambiente e com a sociedade.

A implantação dessas tecnologias social tem fortalecido o Assentamento Água Branca abrindo as portas para a criação de espaços de escoamento específicos da produção, como podemos visualizar esta família vendendo os produtos produzidos na feira de produtos orgânicos no Município de Manaus. Vejamos a imagem a seguir:

Imagem 5: Agricultores Orgânicos do Assentamento Água Branca



Fonte: Registro da REMA 2018

As famílias estão cada vez mais empenhadas em adotar hábitos saudáveis na produção de alimentos, que garantam uma boa alimentação aos consumidores. Essa é uma das preocupações das mulheres, vejamos o que nos revela nossa entrevistada Safira, (38 anos)

Toda nossa produção é conforme o que a lei do orgânico diz. Procuramos fazer tudo direito, porque também consumimos tudo o que produzimos, e eu não vou comer veneno nem levar para os clientes coisas que eu não comeria. Eles têm família também assim como eu, que me preocupo com nossa alimentação. Aqui apenas o que ainda não está no padrão é os ovos caipira porque ainda não temos ração orgânica para as galinhas, nosso grupo já está com uma plantação de milho para que possamos produzir nossa própria ração assim teremos tudo em nossa propriedade orgânico (entrevista/2018).

Observe-se que há uma preocupação com a produção dentro do padrão orgânico na medida em que trata-se de um sistema viável aos pequenos produtores, pois esta produção é voltada para o consumo e para o comércio em pequena escala, o que requer atenção na organização da propriedade de modo que não se faça uso de produtos químicos.

Imagem 6: Agricultoras de Orgânico na feira no MAPA



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Essas instituições contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar na medida em que facilitam a essas produtoras encontrarem novas formas de geração de renda, elevando o nível social e cultural dessas mulheres que vivem na área rural do município de Manaus.

2.3 A feira de produtos regionais como empoderamento feminino

A produção de alimentos é uma das atividades humana mais antigas da história da humanidade. Na idade Média o sistema agrícola era a única espécie de trabalho. A produção de grãos e cuidado com o rebanho garantia o sustento e a vestimenta tanto dos camponeses quanto dos senhores feudais. O comércio, bem diferente do o que temos hoje, também se destacava por sua peculiaridade, pois não havia a necessidade do uso do dinheiro já que poucas coisas eram compradas, visto que, tudo era produzido e comercializado dentro dos próprios feudos. Quanto ao intercâmbio de mercadoria utilizado, o escambo, era o sistema de troca, atendia às necessidades daquela sociedade.

A produção era mínima, apenas para atender as necessidades das famílias e senhores feudais e não havia produção de excedente, o que limitava a expansão do comércio. Outros fatores também impossibilitavam os camponeses de comercializar seus produtos fora de seus feudos. A precariedade das condições das estradas impossibilitava o transporte das mercadorias, a presença de saqueadores que cobravam pedágio aos mercadores, a variação de pesos e medidas, também inibia a expansão do comércio.

Ao passar do tempo, o crescimento do comércio se tornou inevitável e sua expansão pelo mundo foi se tornando necessária. Os meios de transporte foram aperfeiçoados, tudo para atender as necessidades dos mercadores que começavam a compreender a lógica do mercado na época. O escoamento ou a venda dos produtos se dava através das feiras que não mais funcionavam semanalmente, mas de forma permanente já que a necessidade de consumo da população ia crescendo.

Como é possível perceber, o trabalho nas feiras é uma atividade muito antiga e foi por meios delas que o desenvolvimento do comércio foi se expandindo pelo mundo. No Brasil, o setor agrícola se desenvolveu através das exportações da cana-de-açúcar, do café e da borracha produzida na Amazônia. Esse momento da economia brasileira foi muito importante também para se pensar no desenvolvimento urbano que logo abriria as portas das principais cidades para a chegada do capitalismo.

Com a instalação das grandes indústrias em algumas cidades, dá-se início a um processo migratório desordenado, o que gerou preocupações, pois se o meio

rural chegasse de fato a sucumbir, as cidades também seriam prejudicadas e o capitalismo que acabara de se instalar sofreria com a falta de fornecimento de algumas matérias-primas. De acordo com o IBGE (2018, p. 26),

Tal diferenciação ocorreu efetivamente a partir do final da década de 1930 e aprofundou-se nos últimos 50 anos, quando o País sofreu um forte processo de urbanização e industrialização, alterando a população residente da área rural para as grandes cidades e metrópoles que se formaram.

Tais mudanças foram inevitáveis, pois o meio rural naquele momento não mais proporcionava condições de vida razoável aos agricultores que não contavam com apoio financeiro para investir na produção de seus produtos agrícolas. Para Amaral (2014, p. 67),

A partir de meados do século XX a ideia de que o rural sucumbiria em seu atraso e daria lugar ao urbano começa a ser substituída pela ideia de urbanização e modernização de campo ao invés de substituí-lo. Começam, então, os investimentos em maquinarias, infraestrutura, transporte e comunicação, bem como as preocupações com a sustentabilidade do meio ambiente. O campo passa a ter uma funcionalidade em relação à cidade, ou seja, a dinâmica urbana passa a considerar e, de certa forma, depender do desempenho da produção rural, contrapondo a ideia de substituição e ressaltando a possibilidade de coexistência entre esses.

É importante salientar que, no que concerne ao futuro do meio rural frente a realidade de estabilidade do sistema capitalista em quase todos os países, o desenvolvimento e modernização se deram de forma diferenciada no Brasil. Enquanto que nos países desenvolvidos investia-se na melhoria da qualidade de vida dos agricultores e na organização social e política, no Brasil, essa política de valorização do meio rural seguiu na contramão com relação aos demais países, pois os investimentos apenas foram direcionados para o agronegócio, beneficiando e reafirmando a manutenção assim, dos latifundiários e excluindo os pequenos agricultores de tais benefícios.

A fragilidade ou inexistência de políticas públicas eficazes para atender esses grupos de pequenos agricultores resultou na concentração de riqueza nas mãos dos latifundiários que hoje exercem o poder sobre a maior parte das terras brasileiras. Essa concentração de renda nos explica Castilho (2012), só contribuiu

para o acirramento das desigualdades, da corrupção, do abuso de poder, e agressão ao meio ambiente.

No contexto contemporâneo ocorreram muitas modificações na estrutura social do Brasil. A transformação do espaço rural brasileiro com a modernização da agricultura, possibilitou a criação de políticas públicas voltadas ao setor primário. De acordo com Silva (1997, p. 1),

O meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura - que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Mas isso é apenas suficiente para explicar parte das transformações do mundo rural contemporâneo, em particular aquelas que se coadunavam com o paradigma da industrialização da agricultura, que previam as “fábricas verdes” como protótipo da organização social do trabalho nos campos. Não há dúvida que poucas décadas atrás não se pensava que haveria um decréscimo gradual e persistente do emprego total dos setores industriais, à semelhança do que ocorria nas atividades agrícolas, nem que o emprego por conta própria e outras formas flexíveis de contratação típicas do mundo rural viessem a ser uma alternativa à estrutura fordista das fábricas modernas.

Diante do cenário em transformação foi criado em 1995 o Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, sendo um programa voltado exclusivamente para a agricultura familiar. A criação de uma política pública voltada para atender as famílias agricultoras é resultado de discussões que se iniciam na década de 1990. É importante mencionarmos que a criação de uma política pública direcionada a agricultura familiar se deu com o objetivo de incentivar a permanência dessas famílias no campo para trabalharem no cultivo de produtos alimentícios básicos que pudessem atender as necessidades da população urbana que só crescia.

Como todo programa social de benefício de crédito, muitas famílias não conseguiram ser beneficiadas devido as inúmeras burocracias que tinham que enfrentar para conseguir esses recursos para aplicar nas propriedades. O programa contribuiu com a expansão da produção para os agricultores familiar no estado do

Amazonas. Porém, as estatísticas têm mostrado que as mulheres ocupadas na produção de alimentos no estado do Amazonas representam um número inferior com relação aos homens conforme podemos verificar a baixo,

Tabela 1: Censo Agropecuário 2017 de pessoas ocupadas na produção de alimentos.

Tabela 9 - Sexo, alfabetização, idade e cor ou raça do produtor, segundo as Unidades da Federação - 2017

(continua)

Unidades da Federação	Sexo		Sabe ler e escrever		Idade		
	Homem	Mulher	Sim	Não	Menor que 30 anos	De 30 a menos de 60 anos	De 60 anos e mais
Brasil	4 100 900	945 490	3 883 033	1 163 354	276 319	3 040 403	1 729 653
Rondônia	76 826	14 327	81 659	9 494	5 803	60 940	24 410
Acre	29 740	7 541	25 534	11 747	4 598	25 001	7 682
Amazonas	63 861	16 899	60 405	20 355	9 726	53 345	17 689
Roraima	13 125	3 660	12 927	3 858	1 655	10 831	4 298
Pará	223 642	57 467	221 330	59 779	26 380	187 140	67 589
Amapá	6 485	1 986	6 737	1 734	997	5 388	2 086

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Verifique-se que apesar das mulheres estarem estatisticamente abaixo dos homens na produção de alimentos, a participação delas assume uma importância na potencialização da produção, na qualidade de vida da família e da comunidade. Vejamos o que revela. Ofir (56 anos)

Temos uma grande quantidade de famílias desenvolvendo a agricultura no Amazonas e em Manaus e desse percentual a maioria trabalha sem assistência técnica, não conseguimos suprir a necessidade do estado em assistência técnica, mas nossa equipe tem se esforçado para atender o máximo de famílias a fim de oferecer (entrevista/2018).

A assistência técnica assume a responsabilidade de contribuir para a elevação de qualidade de vida das famílias rurais e por via de consequência, para o bem-estar das famílias que necessitem desse serviço. Pode ser realizada por instituições do governo ou da iniciativa privada, que abrange produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas, com a utilização de técnicas de planejamento e manejo dos cultivos e beneficiamento da produção,

visando dinamizar a produção sustentável dos sistemas agrícolas nas unidades produtivas.

De acordo com Alves (2018, p.1) extensão rural pode ser desenvolvida por “cooperativas, organizações de produtores, firmas especializadas, industriais de insumo moderno, entre outras”. Para esse autor (2018, p.8),

as políticas públicas para incentivar a agricultura ajudam muito a assistência técnica e a extensão rural, bem como aquelas de transferência de renda. Agricultores felizes são muito mais dispostos a adotar tecnologia. O mesmo vale para aquelas políticas públicas que visam aperfeiçoar o crédito rural e incentivar cooperativas e associações rurais. Reestabelecer a coordenação de políticas e de recursos no governo federal é muito importante, bem como implantar a Anater em sua plenitude.

Para Ruas (2006), um dos desafios que compõe a extensão rural contemporânea “é a elaboração de uma releitura da realidade e dos processos metodológicos, reformulando a prática extensionista com metodologia de planejamento participativo e gestão social, potencializadoras da construção coletiva de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vidas dos agricultores e agricultoras familiares”.

Os moradores do assentamento Água Branca, uma vez que são beneficiários da reforma agrária, realizada pelo Incra, exigem desse órgão políticas de assistência técnica à agricultura familiar incluindo o monitoramento das ações. Em entrevista com uma Assistente Social representante do Incra acerca destas indagações, obtivemos as seguintes respostas:

No que diz respeito a assistência técnica no sentido da palavra, não é feito pelo Incra, até porque não tem corpo de pessoal para isso, então o Incra desde a década se 1990, vem fazendo parcerias em forma de contrato com instituições, em regras as organizações não governamentais ONGs, firma convênios, aí essas instituições ficam responsáveis de prestar a assistência técnica, aí cabe o Incra fazer todo o controle, fiscalizar e verificar. Nos últimos dois anos não firmamos nenhum contrato. E hoje não possuímos nenhum contrato em vigor. O Incra com a instalação dos assentamentos foi criando programas que viessem suprir as necessidades dos assentados. No entanto desde o ano passado os programas entraram em declínio, onde o Incra passa a reassumir a responsabilidade. Tínhamos o Terra Sol, o Agroindústria, o Pronera que foram criados pra suprir necessidades, sendo um conjunto de necessários. (Adriana, 49 anos, entrevista 2019)

Constatamos na fala da representante do Incra que as políticas públicas são residuais e até mesmo inexistentes, na medida em que o Estado se desonera da assistência técnica que é primordial para o êxito da produção agrícola. Como diz a referida representante a assistência técnica “não é feita pelo Incra”.

O Estado enquanto autoridade reguladora da sociedade deve a orientar a sua atuação na agricultura familiar, acenando com a implementação de políticas diferenciadas para os agricultores que, até então não eram contemplados com ações específicas, somente ações triviais (ABRAMOVAY; MORELLO, 2010). Para esses autores, é necessário que ocorra

O fortalecimento da democracia está na raiz das mais importantes mudanças pelas quais passa o meio rural brasileiro nos últimos vinte anos [...] que permitiram reduzir a pobreza de sua população, melhorar a distribuição de renda e dar início a mudanças de comportamento empresarial no sentido de fazer do bem-estar das pessoas e da resiliência dos ecossistemas a base da própria vida econômica (ABRAMOVAY; MORELLO, 2010, p.1.).

Para as mulheres do assentamento Água Branca a ausência de assistência técnica é uma situação que implica em vulnerabilidade social, conceito trabalhado pelo Serviço Social brasileiro e que desrespeito àqueles grupos populacionais que possuem carências materiais exigindo a proteção do Estado (TORRES, 2007). Ainda neste tema da vulnerabilidade social uma das mulheres ouvidas na pesquisa apresenta a seguinte situação:

Eu não gostava daqui, por que não tem escola para nossos filhos, nem posto de saúde, porque o problema aqui é malária. Então eu não queria ficar aqui, só que comecei a vim plantar a produzir e vender, antes a estrada não era boa tínhamos que acordar 2h para chegarmos na feira 5h, hoje não a estrada está 90% boa pra mim aqui, mas para outras famílias não. Mas as coisas mudam e eu já gosto, apesar de já conseguirmos levar os meninos pra escola la fora. Mas ainda temos um grande problema que é a assistência técnica, que devido essas crises, eles não vêm. Você corre atrás, mas não tem jeito. Eu tenho um casal de caprino que pela terceira vez deu cria mais os animais morrem, e eu queria saber a causa da morte, aí tem que ter veterinário para diagnosticar, e se eles não vêm, nós não temos condições de pagar um por nossa conta para vim, fica difícil. Sempre estão esperando a decisão do superior, do governador. Deu um mal nas minhas galinhas, morrem todas eram quase 300 bicos, eu fui la solicitei, mas demoraram tanto para vir,

quando vieram já havia morrido quase todas. Me instruíram para vacinar, essa vacina custava R\$183,00, e tinha validade de 1 dia, essa vacina dá para mil aves. Já havia morrido quase todas e a quantidade que eu tinha não valia a pena o investimento aí fiz remédio caseiro, porque não achei necessidade de gastar e se morressem eu ia perder, o remédio caseiro curou a doenças delas, as que ficaram sobreviveram (Esmeralda, entrevista/ 2018).

Guanziroli, Romeiro, *et al.*(2009, p. 227) destacam que a “assistência técnica é uma das vertentes fundamentais para para viabilizar o novo rural”. A continuidade da desassistência por parte do poder público tem dificultado cada vez mais a vida do agricultor. Continua o autor dizendo que,

Existe no país um amplo consenso em diagnosticar que o sistema de extensão rural enfrenta uma crise que se manifesta de multiplas formas. Por uma parte, perda de legitimidade pública da extensão rural diante da classe política e da sociedade civil. Por outra, problemas orçamentários, escassa possibilidade de ação operativa, perda de patrimônio, baixa incorporação de novos quadros técnicos. E, finalmente, soma-se a isso uma crise dos paradgmas que tradicionalmente orientam esta atividade no Brasil e no rsto do mundo, que tem sua origem na crescente globalização da economia internacional, nas transformacoes ocorridas nos setores agrícola e rural e nos novos papéis que neste contexto, são atribuidos aos organismos privados e ao aparelho do Estado. Todas essas evidencias assinalam que se enfrenta um problema complexo, cuja resolução é um enorme desafio para os especialistas em assistencia técnica e extensão rural (GUANZIROLI, ROMEIRO, *et al.*, 2009, p. 227).

Na busca de verificarmos a política de assistência técnica oferecidas as famílias agricultoras do Assentamento Água Branca, perguntamos ao representante do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM/Manaus, de que forma o estado realiza essa política. Vejamos:

O quadro de funcionários não supri a necessidade da região. Mas eles buscam atender o máximo que é possível. O município de Manaus tem aproximadamente de 8 mil agricultores, nós com um corpo técnico reduzido conseguimos atender aproximadamente apenas 1.800 agricultores familiares. (Ofir, 56 anos, Entrevista/2018).

A insuficiência de assistência técnica dificulta o acesso dos agricultores ao recebimento de créditos, pois, é através das visitas técnicas que é possível elaborar o projeto que melhor se adeque às propriedades e uma melhor aplicação dos

recursos. Diante de tais obstáculos, os agricultores têm buscado alternativas para melhorar o local de sua produção, assim como, a qualidade de seus produtos, pois como mencionado pelo gerente da unidade local representante do órgão, a instituição encontra-se com um *déficit* de técnicos para atender a demanda, o que ocasiona prejuízos aos agricultores que além de não possuírem recursos suficientes para a melhoria da produção, acabam recebendo o apoio do devido do Estado.

De acordo com Grisa e Schneider (2015), historicamente a agricultura familiar ou os “os pequenos agricultores” como eram denominados até cerca de duas décadas atrás sempre estiveram à margem das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país.

Guanziroli, Romeiro, *et al.*, (2009, p. 228) salientam que “novos enfoques de assistência técnica para pequenos agricultores promovem o associativismo como condição e ao mesmo tempo como um resultado relevante do processo de assistência técnica”. Essa forma de organização tem sido fundamental para enfrentar as restrições das quais lhe impedem de participar de forma mais competitiva no mercado de produtos.

A alternativa encontrada hoje para muitos agricultores é comercializar seus produtos nas feiras do município de Manaus. Os surgimentos das feiras têm desenhado um novo panorama nas atividades relacionadas ao contexto rural, pois além de possibilitar o escoamento da produção, contribuiu também, com o surgimento de um novo cenário: o do protagonismo das mulheres agricultoras. Essas mulheres tiveram sua contribuição ampliada, pois passaram a exercer uma atividade também fora do domicílio, porém, de forma remunerada.

É importante lembrarmos que o acesso ao sistema previdenciário por parte dos trabalhadores rurais se deu de forma tardia. O sistema que foi criado em 1932, só passa a ser unificado em 1966 e chegando aos trabalhadores rurais somente em 1971 (GIULANI, 2012). Por décadas, essa população que trabalhou, contribuiu com o desenvolvimento do país, com a manutenção da sociedade, viveu na mais profunda invisibilidade como trabalhador.

A palavra feira é originária do latim, *feria* que significa ‘dia de festa’ (MINNAERT, 2008). Em português quer dizer lugar público para reunião de vendedores e compradores em determinado local e hora, com a finalidade de

comércio, muitas vezes descoberto onde se expõem ou se vendem mercadorias. É também lugar de encontro e conversa. Ressalta-se que “as feiras-livres proporcionam ao imaginário popular um universo de proximidades, de figuras, de encantamento, de repulsa e confusões de fronteiras. Elas oferecem um mergulho em um ambiente de sons estranhos, gestos, imagens, pessoas, animais e coisas” (MINNAERT, 2008, p. 130).

As feiras ocupam espaço de luta pela sobrevivência para todos aqueles que produzem produtos derivados da agricultura sendo em áreas rurais ou urbanas de cada região. As feiras têm proporcionado uma maior valorização do alimento produzido, garantindo ao consumidor qualidade com preços acessíveis. Neste contexto, a agricultura familiar apresenta-se como elemento insubstituível capaz de promover os objetivos de inclusão social e redução das desigualdades econômicas e políticas que são presentes no campo e na cidade.

A produção destinada às feiras de produtos regionais na cidade de Manaus possui uma relação direta com o gênero feminino, pois as mulheres encontram-se inseridas nos espaços de produção e comercialização, garantindo ao consumidor um menor preço na aquisição dos produtos e ao produtor uma maior valorização da produção.

As mulheres do Assentamento Água Branca participam semanalmente das feiras na cidade de Manaus, feiras que veiculam o escoam suas produções. Há na cidade um crescimento e expansão das feiras a partir da organização social das comunidades por meio das associações, cooperativas e do poder público. As feiras recebem produtores de vários municípios do estado do Amazonas. As feiras configuram-se como um espaço onde as pessoas vivem suas histórias, suas vidas, suas dores, suas preocupações. É para essas mulheres um espaço de socialização e troca de experiências. No caso das mulheres do Assentamento Água Branca as feiras nas quais se destacam estão esquematizadas no quadro a seguir,

Quadro 2: Feiras de Produtos Regionais de Manaus com participação das Mulheres.

UNIDADE	ANO DE CRIAÇÃO	LOCAL VENDA	RESPONSÁVEL
AGROUFAM	2002	Campus da Universidade	Núcleo de Socioeconomia – NUSEC da Universidade Federal do Amazonas –

			UFAM,
FEIRA DE PRODUTOS ORGANICOS MAPA	2010	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	APOAM
FEIRA DE PRODUTOS ORGANICOS INCRA	2018	Na sede do INCRA	APOAM/ADS/INCRA
FEIRA CASSAM	2012	Na Base Aérea	ADS
FEIRA NO FRIGORIFICO VITELo	2013	Estacionamento do estabelecimento	ADS
FEIRA DA ADS SHOMPPING PONTA NEGRA	2012	Estacionamento do estabelecimento	ADS
FEIRA DA ADS SHOMPPING SUMAÚMA	2017	Estacionamento do estabelecimento	ADS

Fonte: Elaborado por Viviane Rocha, pesquisa de campo, 2019.

A feira da Agricultura Familiar da Ufam - AGROUFAM que ocorre na Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), Setor Sul do Campus, Coordenada pelo Núcleo de Socioeconomia (Nusec) é uma feira que tem por objetivo disseminar a agricultura familiar no estado do Amazonas, bem como contribuir para o fortalecimento socioeconômico dos agricultores envolvidos, além da troca de saberes do conhecimento tradicional em prol do fortalecimento e desenvolvimento organizado da agroecologia na região da Amazônia brasileira.

A feira conta com empreendimentos que já aderiram à produção agroecológica e obtiveram o cadastro de produtores orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). De acordo com (FRAXE, 2018) a AgroUfam contribui para o incremento de renda dos agricultores familiares, através do escoamento da produção, permitindo ainda que ocorra venda direta (do produtor ao consumidor) a um preço justo para ambas as partes. Vejamos uma Assentada do Água Branca na feira da AgroUfam,

Imagem 7: Agricultora do Assentamento Água Branca na AGROUFAM



Fonte: Viviane Rocha, 2018.

A feira livre do agricultor familiar garante a venda direta de seus produtos, potencializando a geração de renda para aqueles que vivem dessa atividade, bem como, o empoderamento por meio de capacitação, a valorização da produção e do produtor. Esta feira possibilita aos agricultores uma aproximação com o campo científico que produz um “intercambio de saberes” que resulta no desenvolvimento de tecnologias sociais adaptadas as demandas das populações humanas que habitam na Amazônia em áreas de várzea¹⁴ ou terra firme¹⁵.

Por meio das feiras surgiram oportunidades de inserção feminina através das vendas de seus produtos, muitas as mulheres encontravam-se apenas nas unidades de produção e a venda era destinada ao homem, pois, a gestão dos recursos financeiros da família era gerida pelo homem. Com a expansão de novas feiras e o aumento da produção houve a necessidade de as mulheres adentrarem nesses espaços, como podemos verificar na fala de Amazonita, a saber:

As mulheres têm uma função muito importante aqui, por exemplo, a minha esposa ela que vai para as feiras com minhas filhas. Hoje eu já fico mais aqui no sítio e resolvendo os problemas da associação. Na produção mesmo elas são mais de 50% da atuação daqui do assentamento. Elas garantem uma renda bem maior para as suas famílias (entrevista/ 2018).

¹⁴ São áreas que estão sujeitas a inundações na época das cheias, localizam-se ao entorno dos grandes rios.

¹⁵ Corresponde as áreas não inundáveis e ocupa a maior parte da superfície amazônica.

A feira propicia a venda direta dos produtos sem a intervenção de atravessadores, garantindo uma maior lucratividade nos produtos produzidos pelos agricultores. As mulheres são as que são responsáveis pela venda dos produtos produzidos por suas famílias, como mostra a imagem a seguir:

Imagem 8: Família na venda dos produtos



Fonte: Registros da REMA, 2018.

As mulheres do Assentamento Água Branca estão inseridas em várias feiras que tem se consolidado não somente como um espaço de comercialização, mas também de troca de conhecimentos, sementes e produtos. As mulheres têm produzido os mais variados gêneros alimentícios de qualidade para a população, consumidora, preocupando-se principalmente com a saúde de sua família e de seus consumidores, como podemos verificar na fala de Ametista:

A produção e venda de nossos produtos é principalmente com o grupo que a gente trabalha. A gente faz porque a gente gosta, também é pela nossa saúde se não fosse o negócio da nossa saúde, nos também não estava nesse trabalho, estávamos que nem os outros que trabalha com o veneno que faz mal para gente e estão lá pelo dinheiro, porque lá dá mais dinheiro, mas não, a gente escolheu esse trabalho que não é fácil, mas estamos aqui lutando para produzir o melhor para nossa família e a dos clientes também, e

ainda bem que temos essas feiras que dá uma valorizada no nosso produto (entrevista/ 2018).

No assentamento Água Branca a produção orgânica e de base agroecológica tem sido o estilo de agricultura adotada principalmente pelas mulheres agricultoras, que tem a preocupação em produzir alimentos limpos, que possam impactar de forma positiva e direta a saúde dos seres humanos. Em outras palavras, a preocupação é justamente com a qualidade de vida da sociedade e do ambiente. Buainain (2006, p. 47) destaca que a agricultura de base ecológica tem sido referências na perspectiva da sustentabilidade. Vejamos:

Nas últimas décadas, vêm ganhando espaço movimentos com orientação, base conceitual e científica diversificadas que propugnam formas alternativas à agricultura industrial, estilizada como aquela baseada na utilização intensiva de insumos químicos, mecanização, especialização e que, por conseguinte, implica uma redefinição radical dos agroecossistemas originais, com perda de biodiversidade e elevado impacto ambiental. Esses movimentos englobam diversas correntes como a agricultura orgânica, biodinâmica, tradicional, ecológica, agroecológica e outras. Ainda que sejam diferentes entre si, tem em comum o fato de se apresentarem como alternativas à agricultura industrial dominante na maioria dos países. Por isso, seguindo outros autores, a denominação genérica aqui explorada é a de agricultura alternativa.

Percebemos que as mulheres do assentamento Água Branca, têm assumido uma preocupação social, cultural, econômica e ambiental, adotando essas formas alternativas de produção, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e de viabilidade econômica¹⁶.

Iniciativas por parte do Estado tem criado um canal de comercialização entre os produtores e os consumidores por meio da criação de feiras regionais, estas tem possibilitado a expansão da produção e uma participação efetiva das mulheres, fortalecendo assim, o trabalho feminino junto à agricultura familiar no Amazonas. Todos os sábados elas preparam a produção para levar às feiras. Esta articulação e criação dos ambientes de escoamento da produção agrícola do estado do Amazonas tem tido novos contornos para as atividades produtivas no Estado.

¹⁶ Não podemos afirmar que isso ocorre agricultura patronal, pois as prioridades são outras ela está completamente voltada para o lucro e para a produção, gerando venda de seus produtos e a intensa exploração dos recursos naturais.

O programa de feiras da Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS, órgão vinculado à Secretaria de Produção Rural do Amazonas, que organiza as feiras de produtos regionais em Manaus. Os espaços são destinados aos produtores e agricultores familiar microempreendedores rurais, incluindo as áreas de gastronomia e produtos artesanais, para que possa ocorrer a venda direta ao consumidor. A Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comercio Informal – SEMACC propôs a criação de uma feira exclusiva para os agricultores do Assentamento Água Branca, dentro da estrutura do Shopping Felipe Daou conhecido como Shopping T4, fazendo referência à o terminal de ônibus 4, localizado na Zona Leste do município de Manaus.

As diversas feiras existentes e as que estão por se consolidar são espaços de empoderamento feminino, pois nesses espaços há a combinação de troca de saberes como questões ligadas à família, à renda e assuntos de organização de seus negócios comerciáveis. Noda (2007), destaca que a comercialização se estabelece a partir de relações de contato com os centros urbanos, a autora esclarece que o mercado está organizado através das relações estabelecidas para reter e selecionar o excedente nas sociedades locais. Para esta autora, “os produtores levam suas mercadorias no mercado urbano e aí compram os produtos para complementar suas necessidades criadas a partir das relações de contato comercial”. (NODA, 2007, p.55). Vejamos o que nos relata uma de nossa entrevistada ao perguntamos quais produtos que não se produz na sua propriedade:

Aqui produzimos quase tudo, o que a gente compra é o que ainda não dá para produzir aqui, como o óleo, o açúcar, de vez enquanto o café, a gente tem, mais tem período que compramos, compramos nossas roupas né, mas as outras coisas que dá pra gente produz a gente produz os temperos, pimenta do reino, colorau, até o sabão também, sabonete, que aprendemos num curso de essências da Embrapa, essas coisas a gente produz (Turmalina, 46 anos, Entrevista/2018).

Siliprandi (2015) reforça que as mulheres frequentemente estão presentes nas lutas sociais dos agricultores, a luta e conquista dos espaços de feiras para comercialização garante maior visibilidade e reconhecimento desses sujeitos enquanto agricultoras familiares.

Deve-se reconhecer que a feira é central para o empoderamento feminino, pois é nesses espaços que são feitas as articulações no contexto das relações sociais, econômicas, culturais, ambientais e produtivas. Trata-se de espaços de comercialização direta que possibilita a essas mulheres o empoderamento para romper com as barreiras encontradas no cotidiano da vida e na sua organização política.

SEÇÃO III – TRAJETÓRIAS DE VIDA E TRABALHO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO ÁGUA BRANCA

*Mulher lua
A outra face, a face nua
Mulher terra
O que é mistério, o que se espera
Mulher natureza
O que é firme, o que é beleza
Mulher força
A gravidade, a correnteza
Mulher água
O nascimento, a incerteza
Mulher vida
Por toda parte, a tua semente.
Mulher gente.
(Rayme Soares)*

3.1 Vida e Trabalho de Ametista¹⁷

Compreender e interpretar o ser humano, respeitando a sua particularidade por meio da interpretação de suas falas para a sistematização de sua história de vida, tem sido o desafio de historiadores e de muitos outros cientistas sociais que há muito tempo tem buscado escrever e reescrever a vida daquelas pessoas que deixaram um legado às gerações futuras.

Conhecer a origem histórica de uma mulher que desde muito jovem percebeu que a terra, é um dos quatro elementos da natureza, e que a sua existência está associada a essa natureza que brota desta terra, é para nós uma grande oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Precocemente Ametista aprendeu que para pisar no chão de onde brota a sua subsistência é preciso fazer parte de uma árdua batalha que vai além do plantar e cultivar, mas também garantir que esta terra lhe seja um direito.

A luta pela terra é e sempre foi o motivo das grandes guerras mundiais, pois as batalhas pela tomada por território e riquezas que as terras ofereciam,

¹⁷ O nome das participantes da pesquisa foram modificados a fim de preservar seu anonimato. A escolha dos nomes fictícios por nome de pedras preciosas se justifica por consideramos preciosas as participantes da pesquisa, pois, assim como as pedras raras, de importante valor, que se distinguem pela sua beleza, pureza, transparência, brilho, dureza, luz, cor e principalmente pela sua raridade. Apenas os nomes são fictícios, mas a história é real.

contribuíram com o extermínio de algumas nações e o fortalecimento de outras. O sujeito que luta para garantir o seu pedacinho de chão, quase sempre é aquele que permanece na invisibilidade. Tornar esses sujeitos visíveis historicamente por intermédio de seus relatos de experiência de vida é reconstruir também a história da luta feminista pelo direito à terra no Amazonas.

A partir de agora, arriscar-nos-emos, por meio destas linhas, a visibilizar uma mulher agricultora protagonista de sua história em nossa Amazônia. E como disse Gondim (1994, p.84) em alusão as Amazonas, “elas são as guardiãs desse Éden Tropical”.

Ametista, nascida em 19 de novembro de 1966, é natural de Benjamin Constant, município do interior do Estado do Amazonas, Região Norte do país. Localiza-se na microrregião do Alto Solimões, mesorregião do Sudoeste Amazonense. Sua população é de 41 329 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2017). Limita-se com os municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Ipixuna, Eirunepé, Jutai, Atalaia do Norte e com o Peru. É a própria Ametista que começa a contar sua história de vida. ouçamo-la:

Eu nasci em Benjamin Constant, minha mãe era de Benjamin e meu pai era peruano. Ele era do Exército e tinha uma patente de cabo, eles se conheceram no período da seringa na fronteira. Minha mãe gostou dele e foi para o Peru, só que não deu certo e minha mãe com pouco tempo que havia ido voltou pra casa, e minha avó que trabalhava pelos interiores e naquele período minha avó estava em Atalaia do Norte. Minha mãe foi para Atalaia do Norte trabalhar com minha avó que estava trabalhando na seringa, quando finalizou os trabalhos é que voltamos para Benjamin para trabalhar na agricultura e minha mãe já estava grávida de mim. Naquele tempo tinha os patrões que levavam as pessoas para cortar seringa e madeira, minha avó ficava indo para os lugares para cortar seringa e plantar, trabalhar na agricultura (entrevista/2019).

As fronteiras geográficas brasileiras estão presentes na vida de Ametista, desde sua concepção, sendo ela filha de Joana Garcia da Silva e Maricaua Lopes, este peruano e aquela brasileira, e desde cedo a menina viveu essa dinâmica nômade em sua vida. Seu pai durante a vida adulta foi um militar que atuava na fronteira Peru / Brasil e trabalhava com o objetivo de manter a segurança de seus territórios, combatendo o tráfico e a criminalidade existentes na fronteira. Sua mãe e sua avó Maria Lopes da Silva viviam de fora itinerante nos municípios

desenvolvendo a agricultura e o extrativismo vegetal. Um tipo de trabalho que não era visibilizado e nem valorizado economicamente, assinalando uma questão de gênero. É o que podemos perceber na exposição de Chaves e Rodrigues (2016, p.70). Vejamos:

A mulher sempre trabalhou, exercendo tarefas que lhe demandavam força, tempo e dedicação independente do meio social em que estivesse inserida, sem, contudo, ser reconhecida socialmente ou financeiramente pelos serviços prestados. A caça, a pesca, a educação dos filhos a assistência à família, entre outras atividades destacam-se em sua vida laboral, o trabalho doméstico ganha ênfase por ser esse o que desde a sociedade mais primitiva a mulher vem exercendo.

A vivência nos mais diversos lugares e nos mais diferentes trabalhos transformou Ametista num símbolo de protagonismo na agricultura familiar no Assentamento Água Branca. Sua experiência com a agricultura e o extrativismo em sua infância interliga com o aprendizado no trato com a terra em sua vida adulta, sendo este o laboratório de suas experiências, conforme ela nos relata:

Sempre minha mãe trabalhou na agricultura e no extrativismo junto com minha avó, ela ia embora para o interior, minha mãe teve duas filhas. Então minha infância foi toda no interior trabalhando na agricultura com minha mãe e minha avó e minha irmã ajudando elas na roça e estudando um pouquinho, porque tinha muita dificuldade, não tínhamos canto certo para morar, pois uma hora estávamos na terra firme depois na ilha na várzea no período da seca plantando (melancia, feijão, milho, macaxeira essas coisas), então era difícil a escola para gente naquela época, elas tinham terreno na terra firme que plantávamos roça, banana, tudo que dava na terra firme, e assim eu cresci. (entrevista/2019).

Percebemos que o trabalho na agricultura esteve presente na vida de Ametista desde o princípio de sua infância, neste sentido, podemos afirmar que o trabalho de modo geral está intimamente ligado com a existência dos indivíduos, sendo considerado a atividade primordial que define as condições de vida dos sujeitos. No entanto, não podemos dizer que o trabalho feminino sempre foi reconhecido, pelo contrário, ainda existe uma luta dos movimentos feministas para que as mulheres consigam obter reconhecimento profissional e equiparação salarial em “pé de igualdade” com os homens em muitos espaços de trabalho. Conforme a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2012), a abertura para a inserção

feminina possui no mundo do trabalho marcas históricas de desigualdade, neste sentido, OIT afirma que as mulheres representam até 70% da força de trabalho rural em economias agrícolas.

No Brasil, mais especificamente nas décadas de 1970/80 a vida e trabalho das mulheres agricultoras encontrava-se invisibilizada tanto pelo Estado quanto pela sociedade. Como podemos verificar nos estudos de Bruschini e Lombardi (1996) que analisam o trabalho da mulher brasileira na década de noventa. Essas autoras salientam que na década de 1970 houve um crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, explicando este fenômeno por meio de uma combinação de fatores culturais, demográficos e econômico. Neste período acirrou-se o debate teórico sobre o trabalho feminino em virtude de críticas às estatísticas oficiais que não reconheciam o trabalho feminino. (BRUSCHINI; LOMBARDI,1996).

Ainda de acordo com as autoras, as estatísticas avaliavam o trabalho feminino apenas sob o modelo regular, com base nos índices do IBGE e PNADs que tinham como norteadores aqueles trabalhos contínuo e remunerado, segundo as regras da economia de mercado predominante nos países capitalistas. A captação das informações sobre o trabalho se mostrava inadequadas para perceber a atividade econômica das mulheres, que acabavam por excluir uma parcela significativa da força trabalho feminina.

A partir desse período, Bruschini e Lombardi (1996), chama atenção para o caso das mulheres que trabalham no setor agrícola que eram reconhecidas pelas estatísticas oficiais como inativas. Não havia um reconhecimento de seu trabalho, pois não havia uma separação das tarefas domésticas do trabalho produtivo na agricultura e que, a depender da região, algumas atividades que são sazonais não eram consideradas trabalho.

O processo de transformação econômica na década de 1980 mostrou que a inserção feminina no mundo do trabalho não diminuiu em virtude do processo de industrialização que não percebiam a gravidade dos problemas sociais que afetavam a maioria da população. Com a recessão e desemprego, houve uma concentração das mulheres em espaços ocupacionais que se expandiram mesmo diante das crises econômicas que atingiam o país, havendo uma persistência feminina.

O trabalho agrícola feminino rural foi o que sentiu maior efeito, sendo, pois, considerado e separado de outros trabalhos femininos. Essa reformulação conceitual contribuiu para a inclusão do trabalho não remunerado, aquele ligado à produção

para o autoconsumo e outras atividades realizadas por pelo menos 1 hora na semana, como a ajuda a membro da unidade familiar, ajuda em instituição religiosa, aprendiz e estagiários (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1996, p.486-487). Vejamos, como Ametista descreve a sua inserção no trabalho:

Quando eu tinha 15 anos surgiu uma oportunidade para vim embora para Manaus, tinha os barcos que iam para os interiores e o dono do barco que conhecia minha família estava procurando uma moça do interior para vim para Manaus, para morar com uma senhora que estava precisando de uma baba, naquele tempo as pessoas só queriam garotas do interior, por que a gente não conhecia nada, que não tinha aquela coisas de estar saindo, ai para os patrões achavam que gente do interior era mais calma e mais seguro do que as meninas da cidade. Então perguntaram se eu queria vim, e eu aceitei na hora, minha mãe não concordava mais eu queria muito ter outras oportunidades e de trabalho eu vim. Nessa vinda passei um ano cuidando os filhos e da casa dessa senhora, aí enjoei de cuidar de menino e resolvi voltar para Benjamin, e continuei a trabalhar em casa de família no interior e trabalhar na roça também (entrevista/2019).

O trabalho doméstico de babá nas casas de famílias de setores médios da sociedade foi por muito tempo uma alternativa para muitas jovens que precisavam trabalhar para contribuir no sustento de suas famílias. Até as décadas de 1990 o fluxo de meninas advindas do interior do estado do Amazonas para trabalhar nas fábricas da Zona Franca de Manaus era grande, as que não conseguiam se empregar, buscaram os trabalhos domésticos, pois não possuíam escolaridade suficiente e nem idade para se inserirem em outros setores. Algumas eram apadrinhadas pelas famílias com a promessa de oferecerem melhores condições a essas meninas, acabavam-se tornando empregadas e governantas dessas famílias quando atingiam idades mais avançadas. Sobre esta realidade da maioria das moças, Arend (2012, p. 76) chama atenção para o fato de que,

Grande parte delas começavam entre 9 e 10 anos a trabalhar como babás e, como o avançar da idade, tornavam-se empregadas domésticas. Muitas das meninas e moças conhecidas como 'filhas de criação' habitavam as residências das famílias das elites ou dos setores médios e recebiam como pagamento pelo seu labor somente cama, comida e algumas roupas. De maneira geral, o salário obtido pelas meninas até determinada idade contribuía para reforçar o orçamento da família e era, portanto, bem-vindo.

Ametista buscava colocar-se no mercado de trabalho para fins de sua própria sobrevivência que naquele momento, só era possível por meio de sua inserção no mercado de trabalho e naquela época, o trabalho doméstico era uma alternativa mais acessível. Ela percebeu que aquele trabalho restrito ao espaço doméstico não contribuía muito para o seu desenvolvimento, por isso, retornou para a sua terra natal.

Para Melo (2002) a entrada das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada de uma diminuição das desigualdades profissionais entre os sexos. O emprego feminino continua sendo concentrado em alguns setores de atividades, gerando uma segmentação na base das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Essa realidade pode esconder um aspecto importante com relação à ocupação feminina: como as mulheres não chegam a ter uma profissão tão definida como os homens, mas aceitam participar do mercado de trabalho em ocupações pouco definidas e menos especializadas, talvez seja esse aspecto que explique em parte a manutenção de seu patamar de participação na indústria de transformação (MELO, 2002,p.6).

A vivência e experiência de Ametista fora do seu ambiente foi desafiador, pois o trabalho doméstico é repetitivo e invisibilizado, lida com a limpeza da casa, o cuidado com as crianças, o preparo dos alimentos. É um tipo de trabalho que se dá em meio a dominação e subordinação na relação patroa-empregada. As moças do interior não eram escolhidas à toa, pois, havia um grande interesse da empregadora manter uma representação de subordinação sobre essas moças advindas do interior. As da cidade nem sempre mantinham por ter a presença familiar mais próxima, diferente das moças do interior.

Torres e Oliveira (2012) destacam que na Amazônia existem práticas culturais de tráfico de pessoas muito antes da chegada dos conquistadores e as mulheres sempre foram vítimas dessa prática. A prática do compadrio velava as condições de tráficos de meninas do interior.

A busca de moças do interior se dava por manter uma maior subordinação das moças, e muitos fatores contribuía, sendo, pois, o fato de não terem famílias na cidade, não tinha para onde ir, não conheciam os locais e conseqüentemente empreendiam maior tempo dentro de casa da patroa cuidado dos afazeres

doméstico. Como também não tinham para quem reclamar, aguentavam caladas, diferente das moças da cidade, que conhecem os lugares e gostam de ter uma liberdade e não havia necessidade de ficar na casa da patroa, pois tinham para onde voltar, e esse público que vinham do interior era interessante para as famílias que gozavam de recursos financeiros. Vejamos Torres e Oliveira (2012, p.62) quando reportam o estudo exploração do trabalho feminino das migrantes,

as trabalhadoras se encarregam de várias funções ao mesmo tempo e têm que manejar técnicas especializadas de enfermagem e de trabalho doméstico numa dedicação exclusivo ao trabalho. O fato de morar no local do trabalho, por um lado, facilita a vida das trabalhadoras, que não têm que gastar com altos custos de moradia.

Um dos aspectos que mais tem sido percebido é que ainda na juventude homens e mulheres buscam suas inserções no mercado de trabalho e quando voltamos o olhar para as mulheres, percebemos que sua inserção no campo doméstico é evidente. Apesar da realidade social distinta entre mulheres da elite e as das classes populares, a educação feminina e o papel delas no meio social por séculos estiveram direcionados para o destino de esposa e mãe.

Essa diferenciação na forma de criar e educar seus filhos e filhas, ao longo do tempo aproximou cada vez os meninos dos trabalhos externos da casa. Para os rapazes das famílias de elite lhes eram garantidos os melhores empregos, visto que muitos passavam a trabalhar nos negócios da família. Para os rapazes das famílias pobres lhes sobrou o chão de fábrica.

Quanto ao matrimônio e a maternidade, os casamentos arranjados eram exclusivos das famílias abastadas. As mulheres das classes populares apesar de sua própria maneira de viver, pensar, mais liberdade de se locomover e até tomar decisões não viviam sob o peso dessas exigências, porém “mantinham, por exemplo, a aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não casavam” (SOIBET, 2012, p.367).

O matrimônio e a maternidade naquela época eram assunto de mulher, independente da classe social. Sobre esse momento, Ametista relata o seguinte:

Quando eu voltei para Benjamim, foi o tempo que conheci o Zé, mas ele já era casado, nesse tempo eu não tinha nem interesse nele e nem ele em mim nesse tempo a esposa dele estava grávida e perdeu o filho e acabou tendo os problemas deles lá se separaram. Aí ficou

solteiro e eu era solteira, ele já me conhecia desde pequena com uns 12 anos, ele morava na mesma rua da minha mãe. Só que minha mãe não aceitava eu namorar com ele, pra ela nenhum homem dali servia. Aos 17 anos eu já o conhecia e começamos a namorar e eu engravidei do meu primeiro filho, nos casamos após o nascimento do nosso primeiro filho, moramos lá por uns 13 anos e assim fui tendo os outros filhos que são dois homens e duas mulheres (Ametista, 54 anos, Entrevista/2019).

A vida das mulheres em seu contexto histórico foi estruturada pela família. De acordo com Perrot (2017), por muito tempo, as mulheres foram camponesas, ligadas aos trabalhos rurais. De acordo com esta autora,

A virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão. A igreja, que a consagra como virtude suprema, celebra o modelo de Maria, virgem e mãe. Os pintores da Anunciação, grande tema medieval, que representam o anjo prosternado no quarto da jovem virgem, diante de seu leito estreito. Essa valorização religiosa foi laicizada, sacralizada, sexualizada também: o branco, o casamento de branco, no Segundo Império, simbolizam a pureza da prometida. Preservar, proteger a virgindade da jovem solteira é uma obsessão familiar e social (PERROT, 2017, p. 45)

Observe-se que relação matrimonial de Ametista se deu ainda na juventude, precedida de vida sexual ativa na adolescência porque havia um compromisso de casamento, situação de casamento que perdura até os dias atuais. Vejamos seu relato:

Nós já temos 35 anos de casados, já conquistamos muitas coisas, ainda temos algumas coisas em Benjamim Constant nós temos um terreno que é no meu nome pelo INCRA e isso impossibilitou que esse terreno viesse para o nosso nome porque somos casados, aí nós colocamos no nome do nosso filho. Como viemos para a Manaus o Zé foi trabalhar num hotel e depois com um rapaz que fazia alguns acompanhamentos dos agricultores do Amazonas. O Zé sempre gostou mesmo é de estar no sítio trabalhando, viver na zona rural. Nossa chegada aqui neste Assentamento se deu com a ajuda de com a ajuda desse rapaz que o Zé trabalhava, ele apresentou ele para o pessoal e todo mundo gostou dele, apresentou para o pessoal da diretoria que era o Ribamar o Daniel. E aí o seu Ribamar disse que tinha esse terreno aqui que o proprietário havia falecido, Zé veio olhar e gostou do terreno e já saiu do emprego dele pediu a conta e veio se embora pra cá. Na época que pegamos esse terreno não tinha como meus filhos viverem da agricultura aqui, como nós íamos viver aqui que não tinha nada, casa, estrada. Então eu fiquei na cidade tomando de conta das crianças e trabalhando para sustentar porque daqui não tínhamos ganho de nada ainda. Ele veio e fez uma casinha de lona lá em baixo e eu fiquei na cidade por causa dos meninos que eram tudo pequeno estavam estudando e eu

trabalhando porque se eu não trabalhasse como nós iríamos viver porque ele não estava trabalhando aí eu fiquei lá na cidade e ele pra cá ficar na Mata sozinho, sem energia, sem água, as vezes sem comida sem nada, o primeiro roçado foi lá em baixo, mas não deu certo porque a terra daqui não é mesma da terra de lá que estávamos acostumados a produzir e muito, a forma como plantávamos lá era simples era só plantar não precisava adubar repor nutrientes no solo, lá nos trabalhávamos sem composto, sem agrotóxicos nada de produtos químicos (entrevista/ 2019).

De acordo com os estudos de Arend (2012) as antigas formalidades que envolviam os relacionamentos afetivos passavam a ser questionado a partir da década de 1980, o namoro não mais necessariamente significava um compromisso na vida do casal. Com o tempo, construir uma carreira profissional tornou-se expectativa de vida tanto de homens quanto de mulheres e, cada vez menos, o casamento formal vai deixando de ser a única prioridade, inclusive para as mulheres.

De acordo com Arnett (2000) as experiências profissionais em jovens adultos servem também para identificar áreas e atividades para as quais estes jovens se sentem ou não vocacionados. Essas experiências adquiridas por Ametista em sua juventude contribuíram para a construção de sua trajetória na vida adulta principalmente como mulher agricultora. Vejamos o seu relato:

Estamos muito felizes com nossa família aqui, porque não é todos que conseguem trazer a sua família para perto e morar e trabalhar juntos. Aqui nós temos uma união muito boa, que serve pra tudo, para nosso trabalho aqui na propriedade. Aqui nós participamos de vários mutirões e hoje já temos um específico da nossa família. Esse trabalho de mutirão é muito legal né, aqui para nossa família é todas as terças feiras, cada dia vamos para uma propriedade (entrevista/2019).

Podemos verificar que a partir da década de 1990 as mulheres no espaço rurais passaram a ser visibilizada nas estatísticas e os avanços ocorridos nas políticas contribuíram para que elas quisessem migrar para a área rural produzir alimentos. Schaaf (2002) destaca que a mudança de maior impacto e mais concreta ocorrida para as agricultoras foi a garantia dos direitos sociais. De acordo com esse autor,

Pela primeira vez foi concedido o direito à previdência às mulheres rurais, consistindo na aposentadoria, no salário-maternidade e no auxílio doença, que entraram em vigor no início da década de 90. Os homens beneficiaram-se com a redução do limite de idade, que

passou de 65 para 60 anos, e o aumento do benefício, de meio salário para um salário mínimo (SCHAAF, 2002, p 422).

Nos anos 2000 foi possível observar outros avanços direcionados para as mulheres por meio da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que estabeleceu o compromisso com a criação de políticas públicas que contribuíssem para uma certa igualdade de gênero no País, momento em que foram organizadas conferências que resultaram em Planos de Políticas para as Mulheres. No primeiro plano as mulheres agricultoras não foram contempladas, elas foram inseridas nas políticas da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada em 2007, a qual deu origem ao II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres expressa a vontade política de reverter o padrão de desigualdades entre homens e mulheres no País. Este plano prevê a autonomia econômica e igualdade de gênero no mundo do trabalho, com inclusão social. Traz também um eixo sobre a incorporação do desenvolvimento sustentável cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania alimentar e segurança alimentar. E outro eixo que aborda o direito à terra, moradia digna e infraestrutura social no meio rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais (Brasil, Presidência da República. SPM, 2008, p.9-23-25).

Ainda nos 2000 obteve-se a lei 11.326/06 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, especificando quem é considerado agricultor familiar quem é empreendedor familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural que não detém qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais e utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Esta legislação estabelece os requisitos para o enquadramento como agricultor familiar e os instrumentos para o fortalecimento da atividade rural. Houve avanços nas normatizações de acesso à terra, habitação, garantia nutricional, promoção de igualdade, direito a educação, e igualdade de gênero no acesso as políticas públicas destinada para esta população.

3.2 Esmeralda na Feira de Produtos Orgânicos, uma Poiesis

As mulheres na Amazônia desenvolvem um amor pela terra, pelos rios e floresta que são esse universo de forma naturalizada é parte da identidade dos povos amazônicos. O contato precoce com a terra permite que os povos tradicionais estabeleçam uma relação de afetividade com a natureza. Para as mulheres da floresta, aprender a conviver com as diversidades não é somente um desafio, mas uma questão de identidade delas.

O trabalho também tem uma ligação muito forte com os povos tradicionais da Amazônia que desde muito cedo aprendem como lidar com a terra, com as mudanças climáticas para poder plantar e colher e viver. Viver e sobreviver do trabalho agrícola nem sempre é uma realidade de todas as mulheres. As décadas de 1970 e 1980, por exemplo, muitas mulheres do interior do estado do Amazonas migraram para a capital Manaus em busca de trabalho nas empresas do Distrito Industrial de Manaus, hoje denominado Polo Industrial de Manaus. Esmeralda, assim como tantas outras jovens da época, também viu no trabalho nas fábricas uma oportunidade de autonomia financeira.

Esmeralda, solteira, nascida em 14 de julho 1972, natural de Manaus, filha e neta de mulheres agricultoras do município de Parintins no Amazonas, cedo passou a ter contato com agricultura. Ela mesma nos conta sobre este momento, vejamos:

Minha mãe morava em Parintins e ela conta que veio embora em busca de melhorar a vida, nesse período foi quando minha mãe casou e teve 6 filhos. Eu nasci aqui em Manaus, mas eu ia para Parintins, lá que eu tinha contato com a agricultura e natureza. Com nossa vinda para a capital passamos a morar em invasões pois, não tínhamos casa naquela época (Esmeralda, 47 anos, Entrevista/2019).

A cidade de Manaus desde o período da borracha até a instalação da Zona Franca desencadeou sérios problemas sociais, onde podemos ressaltar a questão da moradia. As ocupações de terras, antes conhecida como 'invasão' que alastrou por determinadas localidades da cidade, surgindo inúmeros bairros próximos as indústrias. Com os intensos avanços na urbanização, com um visível crescimento populacional, sinalizados por Bentes (2014);

Contudo, a partir dos anos 70, Manaus passou a destacar-se, por seu intenso processo de urbanização, visível no acelerado crescimento populacional. No censo de 1970, o número de habitantes da capital era de 314197 pessoas, correspondendo a um terço do total estadual, ou mais precisamente, 32,7%. Essa intensa dinâmica possibilitou que, em 1980, a população de Manaus saltasse para 642492 pessoas concentrando 44,3% habitantes do Estado do Amazonas (BENTES, 2014, p.45)

Esmeralda, antes de se tornar agricultora, também fez parte desse número de famílias que por não terem casa própria, passaram a morar em bairros da periferia que foram surgindo através das ocupações. Vejamos:

Em 1991 quando eu resolvi me casar meus pais não aprovavam, minha mãe não queria de jeito nenhum, minha mãe dizia que ele ia me encher de filho e ia me abandonar. Aos 19 anos eu me casei, nesse primeiro casamento eu tive 3 filhos que são os mais velhos. Ele não ajudava, fiquei casada por 5 anos, morávamos com a mãe dele e não estava mais dando certo e resolvemos nos separar e ele me agrediu. Tive muitos momentos ruins, mas tudo passa e passou. Permaneci morando com a mãe dele, ele mandou ela me escolher. A mãe dele dizia que homem se contenta com qualquer coisa, mas mulher é mais difícil de se levantar, ainda mais sozinha e com 3 filhos, então ele foi embora, eu ainda morei mais 2 anos com a minha sogra. Teve uma invasão no bairro Jorge Teixeira, a minha sogra pegou um terreno e me deu, foi aí que eu saí da casa da minha sogra e fui morar só com os filhos, eu trabalhava sustentava a casa eu era pai e mãe para os meus filhos, o pai não ajudava em nada, sempre que colocava ele na justiça ele saía do trabalho ele não queria ajudar de nenhuma forma, comecei a trabalhar pra construir a nossa casa, construí uma casa de madeira e fomos morar no bairro João Paulo. Eu ia trabalhar e meus filhos ficavam sozinhos, uns cuidavam dos outros. Antes de vim para cá, eu trabalhava no distrito, depois em lojas, em supermercado. Eu sempre trabalhei para me sustentar, porque eu fui criada sempre para ser independente porque mulher não tem que depender do homem. (entrevista/2019).

Observe-se que em virtude da violência doméstica sofrida por Esmeralda a sua estrutura familiar modifica-se, caracterizando-se, então, em uma família monoparental feminina¹⁸. Sorj e Fontes (2008), consideram que esse tipo de família passou a ser visto como responsáveis pela transmissão intergeracional da pobreza que afeta as oportunidades de vida das crianças. Com a separação de Esmeralda sua preocupação com manutenção de sua família levou a se inserir no mercado de trabalho formal. De acordo com Sorj e Fontes (2008, p.191),

¹⁸ Famílias monoparentais femininas se referem as mulheres que residem em domicílios sem a presença do homem adulto, seja em virtude do não-casamento, separação, divórcio ou viúves. (SORJ E FONTES, 2008, p.187)

o fato de as famílias monoparentais femininas serem menos capazes de mobilizar recursos econômicos não significa necessariamente que essa desvantagem seja transmitida aos filhos, como tampouco o fato de as famílias composta por casais alcançarem um nível de renda mais elevado, ou por contarem com dois provedores ou porque tem um provedor do sexo masculino, assegura para as novas gerações melhores oportunidades de vida.

Esmeralda por meio do trabalho formal buscou garantir à sua família melhor qualidade de vida, conforme ela mesma revela:

Em 1996 teve processo um seletivo da seduc e eu passei para merendeira trabalhei por 4 anos. Comecei a trabalhar na escola e passei a vender churrasco na frente da minha casa para aumentar a renda, chegava 2 horas da escola e já ia fazer o churrasco, eu era sozinha, depois de ter a própria casa, comprei outro terreno, o dinheiro do churrasco era para manter a casa e os meus filhos, eu pensava muito nos meus filhos porque eu era sozinha e o pai não tinham quem fizesse ele me ajudar, ele ficou magoado com a mãe dele por não ter escolhido ele. Com meu trabalho da escola, eu comprava só umas coisinhas e guardava o resto no banco até que conseguiu comprar 1 outra casa, e assim fui conseguindo comprar minhas coisas, quando terminou o processo. Em 2000 fiz um teste no distrito passei e fiquei mais 3 anos. Em 2004 teve outro processo da seduc e conseguiu passar novamente permaneci por mais 4 anos. Foi ainda em 2004 que conheci meu atual companheiro o José, nos conhecemos na escola, desde então passamos a compartilhar uma vida. Ele já possuía um terreno, pois, ele foi criado na agricultura junto com os pais dele, produzindo. (entrevista/2019).

As condições de vida e trabalho de Esmeralda começam a melhorar quando ela passa a contrair um relacionamento estável com um homem que possuía um sítio na área de reforma agrária com um plantio de mandioca permitindo a feitura de farinha e goma para consumo de sua família e venda do excedente. É neste sítio que Esmeralda inicia sua atividade agrícola. Vejamos como ela chega ao Assentamento Água Branca:

Eu vim através dele, e aqui em Manaus foi através dele que passei a ter contato com o campo, ele era acostumado a morar no sítio, trabalhar no campo, viver na roça, os pais dele eram da roça, já era de família, ele veio primeiro pro sítio só, ele vinha e voltava quando nos conhecemos ele já tinha esse terreno, com o tempo fui morar no sítio junto com ele, mais tinha muita dificuldade não tinha estrada, era andando que a gente tinha acesso ao terreno, com o passar do

tempo fizeram uma estrada o carro ficava até na casa de barro¹⁹ um certo ponto depois tinha que ir andando, era muito dificultoso para chegar, não queria vim pro sitio eu já tinha os 3 filhos, e não tinha escola, e não queria que meus filhos ficassem prejudicados nos estudos, eu fiquei morando na cidade e ele no sitio, só fui morar no sitio definitivamente após os 3 filhos terminarem os estudos (entrevista/2019).

As mulheres chefes de família enfrentam muitas dificuldades e vulnerabilidade social, tais como as condições de pobreza, nível baixo de escolaridade dos filhos, presença de trabalho infantil dentre outros problemas sociais. De acordo com Sorj e Fontes (2008, p.193) “embora o percentual de pobres seja maior nas famílias chefiadas por mulheres sozinhas” isso não exclui que exista pobres em outras estruturas familiares. Para Friedmann (1996, p. 50) “não são os indivíduos, mas as unidades domésticas que são ‘pobres’, a própria pobreza deve ser redefinida como um estado de desempoderamento”. Os estudos da ONU afirmam que 70% dos pobres do mundo são mulheres e que um grande número delas moram no meio rural. A pobreza afeta de maneira diferente homens e mulheres.

É, pois, no trabalho da agricultura que essa mulher chefe de família obteve alento em sua vida. Encontram na área rural a forma de participação social, dando significado à sua existência, conforme podemos perceber em seu relato:

Agora eu trabalho aqui com horta, eu planto tudo e de tudo, eu que participo dos cursos, reuniões, projeto, que a comunidade oferece, o primeiro projeto da comunidade que participei foi Saberes e Sabores foi o musa que levou esse projeto das Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANC's, eles davam assistência, organizavam o local para as realizar as feiras e dava condução (entrevista/2018).

Esse Projeto constitui-se no primeiro que norteou e modificou toda a estrutura produtiva do Assentamento, pois, ele se consolidou em uma mistura de saberes tradicionais com sabores proporcionados pelos requintes amazônicos, que estimulou junto a parceiros CTA/Musa e IFAM, o cultivo e divulgação das plantas alimentícias não convencionais (PANC'S) e hortaliças orgânicas no geral para os agricultores do Assentamento Água Branca.

¹⁹ Ponto de Referência dos moradores do Ramal do Uberê e do Assentamento Água Branca.

Passei a me interessar mais pela agricultura aqui quando começou os projetos, cursos que a comunidade oferecia, quando a **Diamante** estava na frente, e foi abrindo as ideias com os colegas, uma troca de conhecimento, já fiz mais de 20 cursos todos os cursos eu participava recebia meu certificado, isso foi muito importante, contribuiu muito, aprendi muito, as vezes eu tinha dificuldades de saber as doenças e pragas e não sabia como colocar os produtos nem controlar, fui aprendendo a fazer Bio fertilizante, compostagem, aprendi com troca de conhecimento, sempre faço visitas nas outras propriedade fazendo mutirão, no grupo de produtos orgânicos, tem a visita de pares²⁰ que e realizada 1 vez ao mês. A gente se reúne pra visitar , avaliar pra tirar as dúvidas, saber qual a dificuldade, saber como está produzindo , a visita e feita pelo grupo dos orgânicos o nome do nosso grupo e **Grupo Unidos do Água Branca**, quando tem alguma dificuldade a gente comunica um ao outro para tirar as dúvidas, e ajudam com o conhecimento, pela LEI eles tem que fazer sempre a visita de pares²¹, ter o caderno de campo, o caderno de campo tem que estar tudo anotado, qual dia foi realizado a sementeira, a germinação, data de transplantio, qual a adubação realizada, se está sendo colocado compostagem, tudo tem que ter anotado nesse caderno de campo isso é um respaldo , cada um tem seu caderno com suas atividades, anota na lousa, e no caderno, no dia que receber uma visita do Ministério da Agricultura tem que ter tudo registrado, caso se der algum problema no alimento, ou algo a gente tem o respaldo da data de plantio, colheita, o dia a hora que foi tirado, isso e muito importante, se manter atualizado, todas vezes que tem a atividade é realizado a anotação, tudo detalhado, até a quantidade de água que foi regado nas plantas, quantas vezes foi regado, quantos kg de composto, tudo para a qualidade da produção e uma valorização do nosso produto, porque a gente dá garantia.

A participação nas capacitações contribuiu para o processo de empoderamento individual das mulheres nos vários espaços de sociabilidade. O fato de oportunizarem a participação das mulheres nas diversas capacitações (cursos, palestras, oficinas e outros) e de elas fazerem parte de grupos de interesses produtivos e/ou organizativos levaram-nas à apropriação de conhecimentos diversos, e conseqüentemente, à construção de capacidades individuais para melhorar a gestão de suas atividades produtivas. Esta oportunidade que elas tiveram contribuiu para a sua tomada de consciência frente à luta política e com a capacidade de influenciar outras pessoas a tomarem decisões sobre a sua propriedade, a administração, e sobre a condução da própria vida e familiar.

Para Esmeralda tudo começou com as formações proporcionadas pelos projetos sociais de ONGs que contribuíram para ela perceber a importância de adentrar nos espaços de feiras de produtos orgânicos com conhecimentos científicos

²⁰ Vê Medaets 2005, p. 40

²¹ Vê Medaets 2005, p. 40

daquilo que estavam produzindo. E processo de formação permiti maior desenvoltura e protagonismo às mulheres que passam a dominar a comercialização de produtos com êxito e bom desempenho. Segunda suas próprias palavras,

Eu não me considero só feirante, eu me considero agricultora feirante, nem sei qual é muito a diferença. Mas acho que devia era ter outro nome, porque fazemos venda direto para a consumidor. Quando a gente trabalha na feira precisamos ter uma capacitação, para poder passar algumas informações para o consumidor, tirar dúvidas, explicar a origem do produto, como foi plantado, como foi colhido. Temos que saber tudo, porque se chegar na feira o consumidor perguntar sei explicar. Faço meu caderno de campo, tenho tudo anotado desde sementeira até colheita, isso é uma exigência da lei e o nosso grupo fiscaliza. Por isso eu não me considero só uma feirante, eu vou estudar e me informar, para que os clientes confiem em nossos produtos. A consequência disso é a valorização do produto que acabamos vendendo um pouco mais caro por ser orgânico. Para aqueles que não sabem os benefícios precisamos explicar. (entrevista/2019)

As mulheres enfrentam muitos desafios sendo o estudo e capacitação um grande desafio, e elas estão enfrentando com determinação. Os estudos de Brasil (2007), Cappelle et al (2007), mostram que as mulheres estão abrindo caminhos, conquistando novos espaços e a sua participação no mercado de trabalho está gerando inúmeras dúvidas quanto aos seus novos papéis. As mulheres têm buscado utilizar estratégia de baixo custo, baixo impacto ambiental em que possam trabalhar com sua família e proporcionando qualidade de vida.

Essa inserção no espaço de feira e a escolha por trabalhar com produtos orgânicos é, talvez o grande diferencial das mulheres agricultoras do assentamento Água Branca. O outro diferencial é a sua preocupação com o meio ambiente. Quando perguntamos a Esmeralda o que motivou a trabalhar com produtos orgânicos ela nos responde. Nos seguintes termos:

Antes aqui já trabalhavam com orgânico, meu esposo só que não tinha conhecimento de que, àquela forma como ele plantava era orgânico, nunca usou nada agrotóxico, desde quando trabalhava com os pais dele. E eu busquei seguir o mesmo sentindo, de não usar agrotóxicos, produzir saudavelmente e muito melhor, e importante produzir orgânico, nossos clientes a maioria são indicados por médicos e nutricionistas. Para as crianças e idosos principalmente, mais tem aqueles que já conhecem e preferem consumir esses (entrevista/2019).

Face aos sistemas alternativos existentes que trazem propostas sustentáveis para a produção de alimentos em harmonia com o meio ambiente, movidos pela forte relação do homem e com o ambiente, a agricultura orgânica constitui-se num mercado inovador. Isso serve, inclusive, para o agricultor familiar, em decorrência da baixa dependência por insumos externos, pelo aumento de valor agregado ao produto com conseqüente aumento de sua renda.

De acordo com dados divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA (2012), os agrotóxicos encontrados nos alimentos inorgânicos são os maiores responsáveis por provocarem intoxicação alimentar, que ocorrem quando as substâncias são utilizadas em excesso nos alimentos. Medaets (2005) considera que a utilização do termo orgânico se dá para um padrão de produção de alimentos e fibras sem o uso de insumos químicos, agrotóxicos, fertilizantes, organismos geneticamente modificados, entre outros. O autor utiliza os parâmetros de análise a definição existente na lei 10.831 aprovada em 23 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica. De acordo com esse autor,

a agricultura orgânica também permite uma dinamização da economia local devido à demanda mais elevada por insumos que possam ser produzidos na região. Sob a ótica ambiental o produto orgânico favorece a diversidade biológica tendo impacto direto sobre o padrão alimentar das famílias, mantém a qualidade da água, dos solos e dos próprios produtos que serão consumidos pelo agricultor (MEDAEST, 2005, p. 9-10).

1

É necessário, que os agricultores disponham de acompanhamento técnico para que o êxito seja a garantia conforme Medaest (2005, p.10), “o resultado é o resgate da diversidade biológica que vai desde de programas de sementes crioulas até a redescoberta de componentes culturais como utilização de técnicas tradicionais de produção. Essa situação é citada por técnicos e especialista como responsável pelo processo de resgate da autoestima dos agricultores”.

Essa autoestima está intrinsecamente contribuindo para a permanência dos agricultores nos locais de comercialização. Segundo a participação de nossa pesquisa,

Eu comecei em 2010 a trabalhar no ministério da agricultura com os produtos orgânicos, e meu esposo tomava de conta durante a semana, eu só vinha final de semana, foi quando percebi que pra ter horta tem que estar todo dia cuidando, nesse tempo que estava

morando em Manaus, então larguei o que tinha e retornei a morar direto no sítio para poder continuar a ir pra feira. Hoje sou credenciada na Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, na APOAM, no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Manaus, na REMA, temos nosso **Grupo Unidos do Água Branca** só de produtores orgânicos (entrevista/2019).

As mulheres empoderadas ou em processo de empoderamento crescem em autoestima, buscam informações, obtêm conhecimento e técnica, acumulam capacidades e sentem vontade de participar de organizações sociais, como associações ou grupos produtivos. Isto significa que elas estão, em um processo mútuo, exercitando um poder social e descentralizando o poder na unidade familiar. Vejamos como nos relata Esmeralda ao perguntarmos sobre a importância da feira de produtos orgânicos,

Tem importância sim e de lá que tiro meu sustento, e um lugar que me sinto bem e quero estar, e realizado uma troca de conhecimento com outros agricultores. A feira também é importante pra mim e para os meus cliente, assim, porque, eu dependo de lá, para comprar as coisas que eu não produzo não é isso, mais o que eu produzo para levar pra lá e muito importante também porque os clientes tem tudo de qualidade, tem tudo novinho, eu faço a colheita na sexta de tarde, então é tudo muito bom, eu ganho e os cliente também hoje os médicos, nutricionista essas pessoas da saúde indicam nossa feira isso é legal. Acho muito importante também que a gente está contribuindo com essa natureza aqui não poluindo (entrevista/2019).

A elevação da autoestima de Esmeralda estimula-a aumentar a sua produção agrícola e levar produtos variados para a venda na feira. Vejamos:

Eu passei a levar pra feira vários produtos: araçá boi, ingá, abacaxi. Goiaba, tucumã, pupunha, manga. Mari, coco, limão, laranja, mamão, fruta pão, cupuaçu, macaxeira, rúcula, almeirão, alface, chicória, capim santo. Cidreira, algodão, pião branco e roxo, vinagreira, espinafre, amendoim, bacaba, açaí, maxixe, feijão de metro, manjeriço. Amor crescido, pimenta, insulina, ampicilina, arruda, abacate, maracujá do mato, abóbora, jambu, mastruz, pé de canela, graviola, biriba, açafraão, mangarataia, aria, rabanete, banana, taperebá, jenipapo. Ainda falta que nem estou lembrando (entrevista/2019).

A presença das mulheres na economia rural é marcada por uma forte divisão sexual do trabalho (BRUMER, 2004). Elas atuam na produção e comercialização de tubérculos, hortaliças, legumes, frutas e outros, conforme constatamos na fala de

Esmeralda. O Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMPR), tem por objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informação e de conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. Elas desenvolvem uma reciprocidade de cooperação sobre os princípios da economia solidária, o que contribui para a elevação de sua autoestima e bem-estar psicossocial.

Pensar as políticas pública para as mulheres agricultoras familiar na Amazônia deve-se considera o cenário desta região, bem como os sujeitos que vivem nela e trabalham, pois, temos segmentos de produção familiar dos mais distintos, como sendo, as pescadoras, as extrativistas vegetal, as que trabalham com artesanato. Tem-se que considerar que as mulheres realizam o trabalho desde o da roça desde o plantio, capina e colheita, do processo de feitura da farinha e seus derivados até a comercialização. As mulheres desta região precisam de um olhar sensível.

Note-se que tudo que é produzido na propriedade de Esmeralda é consumido pela família, quando indagamos sobre a existência de algum produto ser exclusivo para a feira obtivemos a seguinte resposta:

Não tenho produtos especifico tudo que produzimos aqui, nos consumimos. Mas temos produtos que não vai pra feira que a laranja, a goiaba, manga, ingá, e o caju, a produção e para o consumo da família, porque eu não gosto de levar produtos que não estejam em boas condições para o consumo, por exemplo a goiaba, ingá e o caju não sabemos quando ela tem bicho, por esses motivos não levamos, a manga tem uns fiapos que não e legal e a casca e preta, a laranja só dá para o consumo da família (entrevista/2019).

As feiras de produtos orgânicos ainda não são bem divulgadas, e a sociedade tem pouco sobre os benefícios dos produtos orgânicos. E por sua vez a venda destes produtos não tem muito êxito podendo até deteriorar esses produtos, como revela a nossa informante, a saber:

Nem sempre, as vezes volta produtos e para não entregar vendo na cidade próximo a asa dos meus filhos, com um preço menor, fiado, dou pros vizinhos e meus filhos para não perder, e quando não consigo vender todos os produtos eu levo pro sitio e coloco em um local para fazer o replantio e reaproveitar as sementes, algumas coisas dou para as galinhas outras faço adubo (entrevista/2019).

As estratégias utilizadas para não perder a produção quando não é comercializada em sua totalidade, desencadeia entre os produtores trocas e aprimoramentos de conhecimentos. Uma solidariedade necessária tecida no âmbito da cooperação, principalmente entre as mulheres do assentamento Água Branca.

O envolvimento na Agricultura Familiar Orgânica possibilita a Esmeralda um maior reaproveitamento em sua propriedade quando não vendem os produtos que produz, no entanto compartilha os conhecimentos nas feiras para adquirir novas técnicas e conhecimentos. Fazem a “utilização de conhecimentos culturais e patrimoniais, normalmente de base sustentável” (NODA, 2000).

Sim, pois a troca de conhecimentos, um tira a dúvida do outro, porque tem alguns que produz a mais tempo e tem algumas técnicas que a gente aprende, e coloca em pratica em nossa propriedade, tem também alguns professores que vão na feira , que só de olhar os produtos eles já sabem o que a planta necessita e nos passam a informação, também marcamos pra ir na propriedade dos produtores para realizar a visita de grupo e de pares, que a lei do ministério da agricultura estabelece, pra poder verificar se estão fazendo corretamente como a lei pede (entrevista/2019).

Para Brasil (2007) a um sentimento de satisfação na profissão de feirante. Segundo esta autora “percebe-se a questão da alteridade, permitindo dizer que o nível elevado de consciência política dessa população contribuiu para o discurso que valoriza a busca de igualdade social com os homens”. (BRASIL, 2007, p 72)

A inserção das mulheres nos mais diversos espaço, tem produzido impactos positivos, pois, as feiras como espaço de sociabilidade e reciprocidade contribuem elevação da autoestima. Esmeralda ao se referir nesses espaços apresenta o seguinte quadro,

A feira é um local que eu aprendo muito conheço outras pessoas, cliente que já são próximos, professores, técnicos e isso motiva a não desistir. Trato bem meus clientes, eu tenho o contato direto com eles. Quando não vamos para a feira por algum motivo eles ligam, mandam mensagens, batem até foto da banca vazia, eles sentem nossa falta, isso é bom, assim mesmo é eles se vão se atrasar pedem para separamos os produtos (entrevista/2019).

Observe-se que a feira é vista por Esmeralda como um canal direto que possibilita o relacionamento entre a produtora e os seus clientes. Os agricultores mantêm um contato interpessoal com pessoas de várias classes sociais o que

possibilita a articulação de uma rede de contato direto com os clientes. Isto possibilita a produzir conforme a demanda. Ao indagarmos Esmeralda se ela deixaria de ir para as feiras, vejamos o que nos relata,

Eu não. Porque e um local que aprendo muito conheço outras pessoas, clientes que já são próximos , professores , técnicos e isso motiva não desistir, trato bem os clientes a gente tem o contato direto com os nossos cliente, quando não vamos pra feira por algum motivo eles ligam , mandam mensagens, batem fato da banca porque está vazia sentem nossa falta, e isso e bom, quando vamos pra feira toda sexta eles ligam pede pra separar o produto , quando vão chegar tarde eles avisam que e pra esperar. E também eu planto conforme a demanda, quando tem um item que vende bem, eu produzo mais (entrevista/2019).

As feiras são espaços que possibilitam as mulheres agricultoras a terem reconhecimento pelo trabalho que realizam, ao mesmo tempo em que aprendem com outras pessoas a lidar com as dificuldades que se apresentam no dia a dia, sobretudo para a mulher chefe de família. É uma forma também de gerar renda para a manutenção de sua família o que dá a ela uma satisfação no sentido de que vale a pena prosseguir no trabalho de agricultora.

Vimos ao longo desta dissertação que gênero é uma categoria analítica cujos pressupostos encontra sustentação nas ciências humanas e sociais. Gênero é explicativo dos aspectos históricos de construção das relações baseadas nas desigualdades entre homens e mulheres as quais se espraiam em relações de poder, assumindo a capilaridade em todos os meandros da sociedade. Para Grossi (1998, p.5), “gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem sim os homens e as mulheres e que remontam a relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual”. Reconhecemos, então, que gênero é uma expressão utilizada para determinar tudo que é social, cultural e historicamente construído, envolvendo pessoas.

3.3 Protagonismo de Diamante

O percurso dos escritos acadêmicos tem quantitativamente se desenvolvido com o crescimento da presença feminina na Universidade e, com isso, os estudos do cotidiano feminino têm contribuído de forma satisfatória para a visibilidade de mulheres que, ao longo do tempo, foram mantidas em verdadeiros exílios laborais por não ter seu trabalho reconhecido socialmente. As trajetórias de vida têm se constituindo numa ferramenta metodológica importante, nesse processo científico de visibilização de algumas mulheres. isto porque, a trajetória, nos permitiu ouvir longamente uma mulher, inclinar o ouvido para auscultar suas angustias e outros elementos de sua subjetividade, para reescrever a sua história a partir de relatos reais²².

Diamante, nasceu em 27 de outubro de 1963, em Uruoca no estado do Ceará, mais especificamente no sertão cearense, é filha dos agricultores Francisca Eugenio Silveira e José de Oliveira Vitorino, juntamente com seus onze irmãos. Desde a infância essa mulher dedica-se ao trabalho da agricultura familiar. O termo agricultura familiar ganhou maior notoriedade na década de 1990, quando o Brasil passou a vivenciar a globalização de forma mais intensiva, atingindo a área rural. Diz respeito à uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados” (CARNEIRO, 1999, p.329). Foi dentro dessa relação de trabalho e família que Diamante cresceu e passou a conhecer a relação de compromisso que precisava ter com o sustento familiar e a natureza. O trabalho com a agricultura familiar é tido como alternativa para manter o sustento das famílias que isoladas no meio rural possuíam poucas alternativas de sobrevivência.

A história degradante de muitas famílias do sertão brasileiro, cuja Caatinga e a seca os castigaram incessantemente obrigou muitas delas a construírem a aderirem comportamentos nômades na busca por sobrevivência. O deslocamento de muitas famílias em busca de melhores condições de vida tornou-se pouco a pouco a história do povo nordestino. Vivendo em uma situação difícil igual a tantas outras meninas e jovens da época no sertão cearense, Diamante se viu diante de seu mais novo desafio, ou seja, tornar-se mais uma jovem a despedir-se de seus pais para

²² Nome fictício, porém, simbolicamente muito bem representado pelo valor e beleza de uma das pedras mais preciosas do mundo. Sua história foi o fio condutor com as quais se teceu e estremeceu essa escrita.

sair em busca de uma vida melhor. A partir dos anos de 1960 a sociedade brasileira assistiu a inserção da força de trabalho feminina na indústria e a outros setores do mercado de trabalho. Matos e Borelli (2012, p.142-143),

A redução do poder de compra e o arrocho salarial colocaram em xeque a sobrevivência e a capacidade de consumo das famílias, levando mulheres de setores populares ao mercado de trabalho. Mudanças comportamentais (trazidas pelos movimentos feministas e de contracultura) alimentaram novas expectativas femininas, despertando o desejo de autonomia financeira e de realização profissional nas mulheres das camadas médias.

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho é marcado por ambiguidades, pois se, por um lado, a sua mão de obra tornava-se cada vez mais necessário para o mercado, por outro, a família e o domicílio ficavam desamparados por parte do Estado que, sem creches para os filhos, as mulheres foram sobre carregadas com o cuidado dos filhos e com o serviço doméstico.

As mulheres da cidade e do meio rural disputavam as vagas de emprego oferecidas pelas fábricas que se instalavam nas principais capitais brasileiras. O processo de industrialização também chegava a Manaus e no final da década de 1960 e início de 1970 a Zona Franca de Manaus foi regulamentada, e com ela, várias mudanças também surgiram, principalmente na capital amazonense. De acordo com Batista (2007, p.345-346), “a vida de Manaus se transformou radicalmente, abrindo-se uma avalanche de novas casas comerciais e iniciando-se uma atividade econômica trepidante, de há muito desaparecida da cidade, que se encheu de gente recém-chegada, à procura novamente dos outros filões de ouro”.

Diamante foi uma dessas mulheres que, acreditando em novas oportunidades de trabalho e de sobrevivência, aceitou o convite de um casal de comerciantes que morava próximo de sua família e que compravam produtos na capital amazonense para serem revendidos no Nordeste. A expansão do comércio na capital despertou os interesses de pequenos e médios comerciantes de outros estados, principalmente do norte e nordeste.

A família do casal que já possuía residência na metrópole manauara convidou Diamante a acompanhá-los em sua viagem para cuidar da casa e das crianças e em uma atitude corajosa, a jovem largou seu convívio familiar para tentar

uma nova vida cheia de sonhos, dúvidas, mas que naquele momento era a única possibilidade de tentar sair daquela difícil situação da qual se encontrava no Ceará.

O processo migratório nordestino que perdurou mais de um século deve-se às dificuldades vivenciadas com as grandes secas que atingiram o sertão, assim como os conflitos de terra e a ausência de emprego formal às gentes daquelas paragens. De acordo com Benchimol (2009, p.158),

As vilas e cidades amazônicas que acolheram as famílias cearenses nordestinas ou seus descendentes passaram a receber a influência desses retirantes dos seringais, do interior, dos altos rios. Já assimilados à vivência amazônica, esses migrantes, ao encontrar a sociedade cabocla, com ela se integraram, ajudando a formar nova liderança política, econômica e empresarial, graças ao seu espírito mais agressivo e dinâmico.

Assim como tantas outras histórias de nordestinos que se deslocam a de Diamante se assemelha a elas no que diz respeito à sobrevivência e melhores condições de vida. A migração ocorrida para a região amazônica pode ser considerada um resultado do processo de expansão das atividades econômicas da borracha seu auge na segunda metade do século XIX até 1912. Depois disso a economia gomífera foi perdendo força, mas ainda se estende até os anos 1950.

Falci (2012) ressalta que a história das mulheres nordestinas, as lavadeiras, as doceiras, as costureiras, as rendeiras, as apanhadeiras de água nos riachos, quebradeiras de coco e parteiras, o deslocamento girava em torno da sobrevivência. O trabalho feminino, mesmo não recebendo o devido valor social, sempre foi importante para que essas mulheres pudessem alcançar, ainda que de forma limitada, a sua autonomia financeira.

Foi com esse propósito que no ano de 1978, Diamante se estabelece em Manaus juntamente com a família de lojista, onde neste período, suas atribuições direcionavam-se para o âmbito doméstico e familiar, com obrigações de cuidado com as crianças e com a casa de seus patrões. Esse tipo de trabalho doméstico era tido como uma oportunidade para as jovens meninas das classes populares, já que não possuíam outras fontes de renda para manterem-se.

De acordo com Arend (2012, p.76) “restava, então, para a grande maioria das meninas sem recursos que habitavam o espaço urbano, o trabalho doméstico. Grande parte delas começavam entre 9 e 10 anos a trabalhar como babás e, com o

avançar da idade, tornavam-se empregadas domésticas”. Essa realidade, muito comum às meninas das classes populares da época, nem sempre era o objetivo de todas as jovens que também buscavam desempenhar outros papéis como inserir-se nas fábricas para o exercício do trabalho assalariado.

Os estudos de gênero têm conseguido ao longo dessas décadas perceber o quanto o sujeito feminino é diversificado e o quanto suas necessidades e anseios são diferentes. Muitas mulheres resistiram e continuam a resistir as condições de subalternidade da sociedade patriarcal que valoriza a figura masculina e, apesar dos desafios, muitas tornaram-se exemplo de resistência para a história da luta feminista no Brasil.

Os movimentos feministas tem grande participação no processo de tomada de consciência das mulheres frente à sua condição de opressão na sociedade. Este processo no Brasil inicia-se na década de 1920 com o movimento sufragista que culminou na conquista do direito ao voto para as mulheres.²³

A década de 1970 foi primordial para a luta feminista, sobretudo no campo do corpo e da sexualidade, deslança com o tema da pílula anticoncepcional e do divórcio propiciados nos debates da instituição do Ano Internacional da Mulher, pela ONU.

Os anos 1980 são primorosos para os estudos de gênero porque começam a aparecer as primeiras pesquisas sobre as mulheres, somando à intensificação da luta dos feminismos. No que diz respeito à vida de nossa personagem o de 1980 assinala a constituição da família de Diamante. Ela contrai matrimonial com Francisco Alcântara. A jovem em uma atitude ousada decide largar o trabalho doméstico que exercia na casa do casal de nordestinos que a trouxe a Manaus. Com novas oportunidades em outros campos de trabalho, Diamante resolveu, então, sair em busca de emprego no Pitinga localizado no interior do estado do Amazonas. A presença feminina no mercado de trabalho nas décadas de 1970 e 1980 à necessidade do capital que se expandia na Amazônia por meio dos grandes projetos amazônicos.

O embrenhar na floresta Amazônica demandou alguns desafios, pois mesmo Diamante possuindo qualificação adequada para exercer alguns cargos na época,

²³ Ainda em minoria com relação aos homens no campo da política, em 1934 a Câmara Federal recebe a primeira deputada federal, a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Anos mais tarde, o Senado Federal recebe a primeira senadora do Brasil em 1979 (VALE, 2019).

pois, possuir o Ensino Médio tornava o trabalhador qualificado, as dificuldades persistiam. A jovem passou a conhecer a difícil realidade de sobreviver em uma sociedade machista, que deprecia a figura feminina e a exclui das possibilidades de acesso aos bens e serviços. No mercado de trabalho, ainda que as mulheres possuam qualificação para o exercício do cargo, elas têm remuneração menor do que os homens. Trata-se, conforme Bruschini (2007), de falta de equidade salarial por questão de gênero.

Como muitas mulheres que não se acovardaram diante das dificuldades a elas impostas ao longo da história da luta feminista, a jovem Diamante, sozinha em uma cidade distante e em busca de emprego do qual não obteve sucesso de imediato, por não ter onde morar solicitou do responsável da empresa que pudesse ao menos permanecer no alojamento que era destinado aos homens, pois era o único que existia. O preconceito e a discriminação contra a mulher já começavam pelas estruturas físicas da empresa que não possuía alojamentos distintos para homens e mulheres, pois parecia que a presença de mulheres no local seria desnecessária. No entanto, esse espaço não a intimidou e Diamante aguardou por aproximadamente três dias no alojamento e logo conseguiu uma vaga por meio da empreiteira Carajás, sendo contratada para exercer a função de serviço gerais.

Com o ímpeto de liderança muito aflorado, Diamante logo conquistou um cargo de Chefia da equipe dos serviços gerais, também passou a ocupar um cargo de liderança na empresa que prestava serviços para a mineradora. Como podemos perceber as histórias de vida das mulheres construídas a partir de suas experiências e contadas por elas e/ou por pessoas que conviveram com elas têm papel fundamental na construção de uma nova história das mulheres. Essas histórias hoje reconstruídas por meio de pesquisas voltadas para os estudos de gênero no Brasil, desafiam e desconstróem a lógica patriarcal de que todas as mulheres foram e são submissas a esse sistema de regras. Em momentos muito desfavoráveis, elas enfrentaram a imposição dominante e até conseguiram ocupar espaços considerados quase que eminentemente dos homens.

A mudança na estrutura de submissão feminina passa a mudar quando elas conseguem compreender que a emancipação, enquanto bandeira de luta dos movimentos feministas, é a constante busca pelos direitos de igualdade entre homens e mulheres, contra a opressão dentro e fora dos espaços conjugais. Então a luta emancipacionista defendida pelos movimentos feministas é contra a

desigualdade de gênero (VALE, 2019). Complementando o sentido de emancipação feminina, Engels (1974, p. 182), considera que,

A emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante.

Diamante permaneceu na Mineradora por quase dois anos vivendo no espaço da empresa. Silvan (2014, p. 19) destaca que, “foi construída, a partir de 1984, a vila do Pitinga, composta por casas e alojamentos para empregados dos diversos níveis hierárquicos. A vila abriga hospital, escola, associações religiosas e esportivas, comércio e serviços, tendo ainda um aeroporto para aeronaves de pequeno porte.

O tempo em que Diamante passou nessas instalações possibilitou a permanência do seu relacionamento com Francisco que por ser também um migrante nordestino de São Gonçalo do Amarante, Ceará, veio para a Amazônia em busca de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Sua inserção se deu na Mineração Taboca em Rondônia no ano de 1983, sendo transferido em 1987 para a mineradora no Amazonas como encarregado de máquinas pesadas que perdurou até o ano de 1996.

No final de 1989 e início dos anos 1990, o mundo familiar se apresenta para Diamante com o advento da maternidade. Adquiriu a sua primeira moradia localizada no bairro de São José Operário, em abril de 1989. Com o advento da maternidade, Diamante passou a dedicar-se aos afazeres domésticos e aos cuidados com o filho, pois nesse momento, o seu companheiro havia retornado ao trabalho na mineradora Taboca. Ela assume o papel na família ficando responsável por administrar os recursos econômicos, com tomada de decisão no que diz respeito à família e sua propriedade, papel que exercia sem dificuldades. De acordo com Vale (2019, p.66),

A maternidade, considerada um sonho das mulheres, faz parte de um conjunto de influências que as afetaram a partir do século XIX, com o surgimento da ideia de amor romântico e a criação do lar. Com o declínio do poder patriarcal, coube à mulher o maior controle

sobre a criação dos filhos, momento em que a figura maternal das mulheres se destacou.

A maternidade é um momento especial para muitas mulheres, até a década de 1980 podíamos dizer que casar e, ter filhos era o sonho mais almejado das jovens meninas da época, até mesmo para aquelas que não pertenciam à elite. Sorj e Fontes (2008, p. 191) trazem a lume o contexto das mulheres que são chefe de famílias, mesmo com a presença do cônjuge, a saber:

As famílias mais bem-sucedidas financeiramente têm a presença do casal, mas são chefiadas pelas mulheres. Essa configuração familiar tem a maior renda familiar per capita e menores índices de pobreza e indigências, inclusive se comparada com as famílias tradicionais com a presença do casal e chefiadas por homens (SORJ E FONTES, 2008, p.191).

O papel desempenhado pelas mulheres chefe de famílias com a presença do cônjuge possibilita um maior êxito familiar, à medida em que a mulher que toma as decisões, e esse foi o caminho traçado por Diamante, ao de chefiar a casa e família.

Percebe-se que em face a essa parceria, Diamante, consegue ter novas experiência como liderança, pois, comandou equipe com aproximadamente 10 trabalhadores de ambos os gêneros em sua maioria homens. Com a expansão de seus conhecimentos na área rural do município de Manaus surge a oportunidade da conquista da terra por meio da reforma agrária²⁴, que se deu nos anos no mesmo período. Para Bergamasco (2005) a reforma agrária é a intervenção do Estado na conversão do latifúndio improdutivo, em assentamentos. A “porta de entrada de avaliação do sucesso da intervenção do governo em alterar a estrutura fundiária, [...] pode ser avaliada pela relação entre o número de famílias morando no projeto e sua capacidade de assentamento”. No assentamento Água Branca, alguns percalços em torno do número de famílias morando no projeto e sua capacidade de assentamento foi uma realidade presente (INCRA, 2018). Alguns lotes haviam sido abandonados em virtudes das condições precárias das instalações, estradas, ausência das condições básicas para sobrevivência na área.

²⁴ Ver Ranieri (2002, p.5). A reforma agrária é o termo utilizado para descrever distintos processos que procuram dar à posse da terra e os meios de produção para os trabalhadores rurais.

Para Heredia (2006, p.9), “outro conjunto de itens é relativo ao acesso das mulheres rurais a políticas que fortaleçam seu papel enquanto agricultora, como o acesso ao crédito (com a criação de uma linha especial de crédito agrícola voltado para as mulheres agricultoras familiares: o Pronaf – mulher)”.

Tais conquistas alcança Diamante, quando torna-se beneficiária da PNRA com a titulação conjunta²⁵. Nas palavras de seu companheiro, nomeado nesta pesquisa de Cravo (56 anos), Diamante era uma mulher que,

Ela corria atrás de tudo, ela que resolvia as coisas aqui do nosso terreno e dos outros também. Ela saía para resolver as coisas que eu nem sabia, quando eu dava fé já estava tudo resolvido, eu só ia quando era necessário assinar algum documento, porque era tudo no nome de nós dois, e hoje é dos nossos filhos. Mas era muito bom, ela era virada, conseguiu muitas coisas boas para esse lugar, para essa gente (entrevista,2019).

Para Butto (2011) as mulheres nas áreas rurais assumem uma cada mais a responsabilidade do seu grupo familiar. Ao longo dos anos 1990 até o presente momento há um aumento paulatino da chefia feminina nas famílias brasileiras. Na agropecuária, 11,4% dos lares eram chefiados por mulheres, em 1993, e, em 2006, saltaram para 16,2%. A superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos.

Destaque-se que foi o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, que pela primeira vez se elabora uma política pública integral de promoção da igualdade de gênero, momento em que se estabelecem claramente espaços de diálogo com a sociedade civil, incluindo aí a agenda dos direitos econômicos e políticos das trabalhadoras rurais, como busca de afirmar o protagonismo das mulheres (BUTTO, 2011).

Atualmente os assentados possuem à disposição linhas de crédito que permitem a instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes, sendo, pois, este apoio inicial de fomento que as famílias recebem. Cada uma dessas modalidades previstas do Crédito Instalação traz a

²⁵ Butto (2011) A titulação dos assentamentos de forma conjunta é obrigatória em situações de casamento e de união estável, prevê que se a terra ainda estiver em processo de titulação e houver uma separação, em respeito ao código civil, a terra ficará com a mulher desde que ela tenha a guarda dos filhos.

oportunidade para o público da reforma agrária permanecer no campo e estar entre os principais atores do desenvolvimento do meio rural. Ao verificarmos quais das modalidades de crédito a Diamante acessou, por ser assentada da reforma agrária, constatamos que sua família foi beneficiada com o lote e a Reforma Habitacional, pois o primeiro proprietário do lote já havia recebido os primeiros créditos para a instalação. Vejamos a seguir a imagem da residência de Diamante:

Imagem 9 Residência de Diamante



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Diamante conseguiu contornar as dificuldades e junto com o seu companheiro, conseguiu construir a sua residência no assentamento Água Branca.

Neste contexto o assentamento que era de difícil acesso, que tinha uma única via de acesso, se dava pela rodovia Am 010. Neste período, a alternativa criada foi fazer, plantio de culturas que requeriam pouco cuidado, pois não poderiam passar a semana no lote, porque lá não tinha escola e nem posto de saúde, inviabilizando a permanência no local. Com o passar do tempo criaram uma nova estrada que dá acesso pelo ramal do brasileirinho, esta via possibilitou à família de Diamante permanecer por maior parte do tempo em seu lote. Lírio, vice-presidente da Associação de Trabalhadores e Agricultores do Assentamento Água Branca, revela o seguinte sobre o trabalho de Diamante:

Ela e a família dela trabalhava no lote dela tinha um plantio de coco, de limão, de laranja, fizeram um plantio de acerola. Na propriedade dela foi implantado o Sistema Agroflorestal Sustentável - Saf's, nesse

sistema foi plantado culturas diferenciadas, bananeira, abacaxi, pimenta do reino, café, margaridão, amendoim, macaxeira, uma combinação de (frutíferas e/ou madeiras) essa implantação foi realizada pelo grupo, por meio dos nossos mutirões, toda semana o grupo estava ocupado em uma propriedade (entrevista, 2019).

Diamante se fazia presente nas atividades coletivas desenvolvidas na comunidade, ela era muito bem relacionada com a sua gente, sua presença era motivadora, fazia questão de envolver sua família nas atividades e assim a sociabilidade crescia na comunidade. Após 9 anos como assentada, no ano de 2009, Diamante candidatou-se a presidente da Associação de trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento Água Branca. A Chapa composta por nossa protagonista foi a que contemplou o maior número de assentados com interesse em comum. Após o pleito, Diamante foi eleita, tornando-se a primeira líder mulher comunitária da Associação de Trabalhadores e Agricultores do Água Branca - ASTAB, cumprindo assim todos os aparatos legais estabelecidos. Vejamos o que nos diz Lírio, a saber:

Quando nós conversamos e pensamos em montar uma chapa para concorrer uma vaga de presidente na comunidade a gente já tinha pensando em projetos, que pudessem melhorar a comunidade quando apresentamos nossa chapa para a comunidade e nossos planos as pessoas começaram a nos apoiar porque aquilo foi pensando para o coletivo, porque era assim que ela pensava, sempre pensava no outro. Nossa chapa era composta pela presidenta que era Diamante, Amazonita o vice, seu Osvaldo era tesoureiro a secretaria era Esmeralda. E tinha os conselheiros fiscais, que eram Sebastiao, Silvano e o Daniel. Essa foi a melhor gestão porque tínhamos a participação da maioria dos assentados, ela motivava eles a participar, eles queriam participar, parece que eles sabiam que ela ia conseguir. (entrevista/2019)

A experiência de diamante em liderar grupos de trabalhos possibilitou traçar antecipadamente planos de trabalho os quais a comunidade estava carecida naquele momento. Pedroso (2008) destaca que o desenvolvimento das associações geralmente parte da iniciativa da sociedade civil que tem prioritariamente em seu escopo atender aos interesses coletivos. Em face deste panorama. De acordo com este autor,

Associação é uma organização social de pessoas com um objetivo definido. Deve-se colocar que ninguém é obrigado a estar associado a nenhuma associação, sendo está de livre participação. Outra

característica da associação é sua organização interna, com diretoria e conselho fiscal, subordinado a uma assembleia geral. Portanto, pode-se concluir que uma associação é uma sociedade civil que não possui fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam para atender aos seus interesses, de forma democrática. Ela existe porque os associados possuem um objetivo comum, e trabalham em grupo para a realização desse objetivo (PEDROSO, 2008, p.180).

A associação passou a ter uma motivação, criou-se metas a serem alcançadas, com o intuito de garantir melhores qualidade de vida para aqueles que deram a credibilidade ao trabalho que este grupo iria realizar. Em 2010 ocorreu a posse da presidenta, e então, passaram a executar as atribuições a eles conferidos, a começar pela execução das propostas difundidas em sua campanha, dando prioridade a documentação para regulamentação do assentamento perante os órgãos fiscalizadores e regulamentadores, como INCRA, IDAM, IPAAM, IBAMA e demais instituições. Passaram a desenvolver um trabalho incisivo neste âmbito conforme destaca Lírio:

Nosso primeiro trabalho junto foi a elaboração de Plano de Desenvolvimento Comunitário, foi semelhante ao que a comunidade precisava. O assentamento tinha a necessidade principalmente de um processo de regularização tanto das pessoas que estavam ocupando o lote quanto de regularizar o assentamento junto ao Ministério do Meio Ambiente que não estava cadastrado. Sendo necessário solicitar a regularização do próprio assentamento, que ainda era vinculado a empresa Efigênio Salles, então precisava desmembrar, pois essa área era classificada como titulada definitiva, e para poder fazer o registro ao órgão do meio ambiente que era dever do INCRA, então buscamos informações para podermos solicitarmos junto a instituição e mostrar que era necessário urgentemente fazer isso. Para que pudéssemos fazer o desmembramento da Efigênio Salles precisou fazer o georreferenciamento do assentamento. Mais para isso ser feito precisava a regularização junto ao INCRA para solicitar alguns recursos que são direitos dos assentados que eram o de recuperação, era recuperar o próprio assentamento, então tinha essa questão política, o que deu pra entender e que eles não tinha interesse de desenvolver isso aqui, porque esse é o menor assentamento do país, com 37 lotes, era 38 mais teve que ser repassado para uma ação fundiária. Tínhamos também a necessidade produção e escoamento, bem como transporte de modo geral, em nossa administração foram estabelecemos 3 principais focos, Energia, Escola, Estrada, só assim conseguiríamos todo o restante. (Entrevista/2019).

Observe-se que o Incra estava indo na contramão dos interesses dos assentados, pois somente colocou as famílias na região e nem a regularização da terra realizou. Com a atuação de Diamante e sua equipe, voltada diretamente para a

regularização documental do Assentamento, as conquistas vieram. Em face do desenvolvimento das atividades traçadas fez-se necessário trabalhar em torno destas questões exclusivamente.

Deere (2004), destaca que pouco foi realizado com relação à redistribuição de terra, pois centrou-se na modernização das fazendas através de um abundante crédito subsidiado. Neste contexto na Amazônia não foi diferente, pois as grandes propriedades possuíam documentos que impossibilitava a redistribuição.

A atuação política de Diamante foi intensa, teve um diferencial político no sentido de articulação com as instituições para a obtenção das conquistas.

O mandato dela foi muito diferente dos mandatos anteriores porque como falamos até aqui onde várias demandas e dificuldades que não se dava conta disso, parecia que nos que estava fazendo coisa errada, porque é tanto problema só que ela foi no centro do problemas que era a regularização das terras, acesso, questão da produção e ela foi buscando resolver cada um de uma vez e até hoje

Para Brumer (2004) as atividades desenvolvidas e gerenciadas nos estabelecimentos agropecuários demandam características de pessoas experientes que detém distinções adquiridas ao longo de suas vidas. Entre as quais, capacidade de executar várias tarefas ao mesmo tempo, uma peculiaridade que a maioria das mulheres executa nas atividades domésticas. Esta experiência Diamante adquiriu no decorrer de sua vida.

A articulação entre comunidade e o poder público nesta época era exercida geralmente pela representante do bairro ou presidente, como era chamada. A maioria desses representantes eram mulheres que passaram a reivindicar serviços básicos do poder público. Petrus e Junior (2016), destacam que a participação social é uma forma de reivindicar do poder público, principalmente do governo, eleitos pelo sufrágio do povo, ações que beneficiem a comunidade como um todo. Pode-se dizer que a participação, quando bem comungada, traz o crescimento econômico, social e político do local. Vejamos o que nos relata Lírio, ao fazer uma avaliação geral da gestão de Diamante:

Então eu avaliando não só a nossa administração avaliando a pessoa dela ela foi um grande exemplo de pessoa não só por ser mulher, gostava de ver as pessoas bem, tinha um sonho que era de ver isso aqui desenvolvido. Ela queria que todos utilizasse pelo menos 1hectaria de sua propriedade plantando alguma coisa, por

exemplo o açai. Antes dela nos deixar ela sonhava em abastecer as escolas para a merenda escolar. E hoje todas as escolas sobre domínio da esfera municipal e estadual 30% da produção da agricultura familiar, será entregue para a merenda escolar, nossa comunidade foi convidada para fazer essa entrega. Quando ela estava na frente era uma coisa, hoje não temos muita coragem de assumir esse compromisso com a comunidade geral. (entrevista/2019).

Para a ONU Mulher (2015, p.6) é essencial que as mulheres sejam empoderadas, pois, a liderança promove a igualdade de gênero. A igualdade de gênero é um compromisso que deve ser assumido pela alta liderança para que ocorram mudanças estruturais. A criação de um ambiente de igualdade de gênero é um compromisso a longo prazo. Portanto, a liderança precisa criar as estruturas institucionais e culturais na organização para que a igualdade de gênero se torne um valor compartilhado por todos e todas, envolvendo as diversas esferas que interagem com os processos internos relacionados ao avanço profissional com a cadeia de suprimentos e com a comunidade.

A história de Diamante não termina no final de 2014 quando ela desencarna, fazendo a grande viagem. Partiu muito cedo (50 anos) deixando nove filhos, alguns muito pequenos. Ela deixou um legado aos seus filhos de mulher forte aguerrida, desmistificando a concepção de que as mulheres são submissas ao homem, encorajando as mulheres do Assentamento a serem protagonistas de sua história. Sua vida teve significado de resistência e luta. Foi com muita garra que Diamante liderou sua família. Exerceu um papel fundamental na organização políticas e social da Comunidade no assentamento Água Branca.

Seu carisma e efetividade motivam outras mulheres do Assentamento a seguir com a luta política, sendo este, o seu grande legado deixado a elas.

Deve-se reconhecer, por fim, que as relações de gênero são resultados dos processos de construção social para além do masculino e do feminino, sem necessariamente haver uma hierarquia de posição entre homens e mulheres em uma determinada sociedade. As mulheres agricultoras vêm se esforçando para sair da dependência masculina que sempre matizou as suas vidas. Buscam no empoderamento estratégias que levem à sua autonomia tanto na vida pessoal quanto no âmbito profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

(Madre Teresa de Calcutá)

O início de minha jornada acadêmica pelos estudos de gênero iniciou-se ainda na graduação, quando tive o primeiro contato com a temática enquanto aluna do curso de Serviço Social no Centro Universitário do Norte, que possibilitou-me ingressar no Projeto de Extensão Unigênero. Este projeto coordenado por uma das docentes da instituição tinha como objetivo trabalhar as relações de gênero nos espaços escolares. Naquele momento, percebemos o quanto os debates que envolvem as relações entre sujeitos masculino e feminino eram bastante pertinentes e necessários para a construção de uma sociedade igualitária.

Pesquisar sobre a condição feminina na sociedade é em todos os níveis um desafio, pois apesar dos avanços que as mulheres obtiveram ao longo da história da luta feminista, conclui-se que, ainda vivemos em constante embate com as definições de papéis definidos à figura feminina pelas teorias do patriarcado, fato que, ao longo dos séculos manteve a inferioridade das mulheres sob os nexos da dominação masculina.

A luta por direitos essenciais como melhores condições de trabalho levou as mulheres a construírem uma identidade do feminismo, voltada para a expressão do sujeito mulher em sua perspectiva ético-política.

Em algumas áreas de trabalho é possível averiguarmos o quanto os homens têm conseguido hegemonia nesses espaços, mas em outras é possível perceber o quanto a presença feminina surpreende em quantidade e protagonismo. A agricultura familiar é um desses espaços nos quais as mulheres encontram-se em presença majoritária, isto, certamente, porque, a agricultura está associada simbolicamente à mulher, ambas são geradoras de vidas.

Na Amazônia há um campo propício para o desenvolvimento da agricultura familiar no qual as mulheres rurais realizam protagonismo, sendo figuras centrais na

organização do trabalho em seu grupo familiar e na comunidade, conforme esta pesquisa constata.

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, dão conta do censo populacional da população brasileira em torno de 190.732.694 pessoas. Na zona rural, foram contabilizadas 14.129.837 mulheres, o equivalente a 7,4% da população. Trata-se de um número pequeno, se comparado ao montante da população feminina que vive em áreas urbanas - 83.218.972 de pessoas, o que equivale a 43,6% da população. A pequena proporção de mulheres vivendo na zona rural, em relação ao todo populacional brasileiro, pode explicar a invisibilidade destas mulheres nas estatísticas oficiais. Mas não justifica.

As mulheres rurais compõem uma população de 14 milhões no Brasil. Elas enfrentam cotidianamente as diversas dificuldades de viver em locais afastados, de difícil acesso, onde o Estado é tardio na implementação de serviços públicos essenciais para o usufruto da vida. E as políticas públicas são insuficientes ou são ações paliativas que não garantem a esse segmento populacional formas adequadas para permanecer no campo.

Essa pesquisa constata que as mulheres do Assentamento Água Branca desempenham um papel importante no desenvolvimento da agricultura familiar. A prevalência do trabalho feminino é claramente constatado em nossa pesquisa de campo, notabilizando o empoderamento político dessas mulheres.

A pesquisa constata também que nos últimas décadas as mulheres passaram a ser incluídas nas políticas como sujeitos principais, o que permitiu a elas ter o direito de serem titulares da terra. Esta conquista foi primordial para o seu desenvolvimento social, sobretudo para as mulheres chefes de família.

O crescimento do número de famílias monoparentais também repercute no aumento da chefia feminina. No censo populacional do IBGE de 2000, mostrou que 22,2% das famílias brasileiras contam com as mulheres como responsáveis, número que aumentou para 37,3% no censo de 2010. Nas áreas urbanas a chefia feminina nas famílias passou de 24,5% no censo de 2000 para 39,3% em 2010. Já nas áreas rurais este número dobrou em 10 anos, passando de 10,9% em 2000 para 24,8% em 2010.

Esses dados são fundamentais para compreendermos o papel desempenhado pelas mulheres no âmbito do trabalho autônomas e informais tendo em vista a exigência de manutenção da família, demandas só a ela.

Esta pesquisa constata que as mulheres do assentamento Água Branca não se veem como vítimas do sistema, são mulheres agricultoras que lutam pelo direito de serem sujeitos plenos de suas vidas. Contribuem para a preservação do meio no qual vivem e pela melhoria da qualidade de vida não somente de seus familiares, mas também da comunidade e da sociedade que adquire seus produtos livre de agrotóxicos.

Não resta dúvidas o fato de essa pesquisa conter lacunas, necessitando ampliar as discussões acerca do trabalho feminino na agricultura, discorrendo com maior desenvoltura sobre o protagonismo das mulheres rurais frente à conquista de políticas públicas, capazes de atender as suas necessidades desses sujeitos no assentamento Água Branca.

Devo reconhecer, por fim, que o Mestrado representa para mim uma ferramenta de desenvolvimento na minha vida profissional e pessoal, forjando-me neste processo, eu sou filha de agricultores e residi no Assentamento Água Branca, que teve na figura de minha mãe, sua primeira liderança feminina, é muito emocionante e gratificante.

Nascida no Sertão Nordestino, filha de agricultores, Oricélia Rocha, é para mim, um símbolo de resistência na área rural. Forjou-se na agricultura familiar e na luta política organizando as mulheres no Assentamento Água Branca de forma destemida. Ela partiu deixando nove filhos, alguns muito criança.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: LEITE, S. P. E. A. (.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. [S.I.]: Ministério do desenvolvimento agrário: Brasília, , 2000.

ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. **International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies**, New Delhi, India., 14-16 April 2010.

ALMEIDA, A. W. B. D. **O INTRANSITIVO DA TRANSIÇÃO - Conflitos Agrários e violência na Amazonia**. Instituto Socioambiental. [S.I.], p. 36. 1991?

ALVES, E. R. D. A. Políticas agrícolas e extensão rural. **Política Agrícola**, Brasília, n. 3, Jul. Ago. Set 2018.

ALVES, E. R. D. A. Os desafios da extensão rural brasileira.

ALVES, E. R. D. A.; SOUZA, G. D. S. E. Desafios da Agência de Extensão Rural. In: _____ **O mundo rural no brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1. ed. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnologia, 2014. Cap. 5, p. 925-941.

ARNETT, J. Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. **American Psychologist**, 2000. 469-480.

BATISTA, D. **O Complexo da Amazônia - Análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: VALER, EDUA e INPA, 2007.

BEHING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. Ed. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BENTES, N. **Manaus: realidade e contrastes sociais**. 2edição revista ampliada. Manaus. Manaus: Valer e Fapeam, 2014.

BERGAMASCO, S. M. **o que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, v. coleção primeiros passos , 1996.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro : Campus, 1992.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clinica do campo**. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2012.

BRASIL. **II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. [S.l.]: [s.n.]. 2003.

BRASIL. Lei nº10.831 de 2003. **planalto**, Dezembro 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 05 Nov 2018.

BRASIL. **Portaria nº 981**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. BRASÍLIA: [s.n.]. 2003.

BRASIL. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: [s.n.]. 2003. p. 104.

BRASIL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38**. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. BRASÍLIA: [s.n.]. 2007. p. 10.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2008. p. 40.

BRASIL, M. D. D. A. N. D. E. A. E. D. R. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

BRASIL, P. D. R. S. D. P. P. A. M.-. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres..** Secretaria de Políticas para as Mulheres,. Brasília:. 2013.

BRASIL, P. D. R. S. E. D. P. P. A. M. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, p. 104. 2004.

BRASIL, S. E. D. P. P. A. M. D. P. D. R.-. **A QUESTÃO DA MULHER NA VISÃO PARLAMENTAR NO NORDESTE DO BRASIL**. Recife: Mulher democracia, 2008.

BRASIL, W. **Mulheres, desenvolvimento local e sucesso: as feirantes em Belém (PA) e as políticas públicas de geração de renda**. Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado. Belém. 2007.

BRASIL, W. **Mulheres, desenvolvimento local e sucesso: aspirantes em Belém e as políticas públicas de geração de renda**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, p. 120. 2007.

BRONDIZIO, E. S.; SIQUEIRA, A. D. O habitante esquecido o caboclo no contexto amazônico.. **São Paulo em Perspectiva** , São Paulo, janeiro a junho 1992. 187-192.

BRUMER, A. GÊNERO E AGRICULTURA: A SITUAÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. **Estudos Feministas**, Florianópolis, , janeiro-abril 2004.

BUTTO, A. Introdução. In: BRASIL, M. D. D. A. **Gênero agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: NEAD, 2006.

BUTTO, A.; HORA, K. Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CANTARELLI, J. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva ecológica. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura Familiar e Gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. Cap. 5, p. 279 -300.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325- 344.

CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

CHAVES, M. D. P. S. R.; RODRIGUES, D. C. B. **Organização sociocultural e tecnologias sociais no trabalho das mulheres amazônicas**. Manaus: EDUA, 2016.

CORDEIRO, R. M. Empoderamento e mudanças das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. M. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: UFPE, 2010.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, São Paulo, v. 1 , p. 111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010. ISSN 2.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DPMR, D. D. P. P. M. R.-. **Políticas Públicas para Mulheres na Reforma Agrária**. MDA. Brasília. 2010.

FALCI, M. K. Mulheres do Sertão Nordeste. In: PRIORE, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 241-277.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: INCRA, 1994.

FICHER, I. R. Relações de gênero na agricultura no acampamento de Sem Terra do Engenho Prado. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: UFPE, 2010. p. 331.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 15, 1984.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras: Celta, 1996.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo : UNESP, 1991.

GONDIM, N. **A inveção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura Familiar na Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

HEREDIA, B. M. A. D. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **REVISTA NERA** , Presidente Prudente, n. ANO 9, N. 8, JANEIRO/JUNHO 2006.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6 ed. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IBGE, I. B. D. G. E. E.-. <http://censo2010.ibge.gov.br>, 2010. Acesso em: 2018.

IBGE, I. B. D. G. E. E. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE. RIO DE JANEIRO, p. 151. 2018.

INCRA. www.incra.gov.br, 2018. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 09 jan 2018.

KARAM, K. F. A mulher na Agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudo Feministas** , Florianópolis, janeiro - abril 2004.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIMA, M. D. S. A. E. As mulheres no sindicalismo rural. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: UFPE, 2010.

LUSTOSA, M. D. G. O. P. **Reforma agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, J. D. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

MATOS, G. C. G. D. **Ethos e figurações na hinterlândia amazônica**. Manaus: Valer, 2015.

MATOS, M. I. S. D. **Por uma história de mulher**. Bauru São Paulo: EDUSC, 2000.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado de trabalho.. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF, 2010.

MEDAETS, J. P. **Produção orgânica**: regulamentação nacional e internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agraria: NEAD, 2005.

MELO, H. P. O trabalho Industrial no Feminino. **V.II. Série Políticas Sociais**, Santiago de Chile, v. nº 60, n. Comisión Económica para América Latina y El Caribe, 2002., 2002.

MESQUITA, L. A. P. D. **O papel das mulheres na agricultura familiar [manuscrito]:a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás**. Federal de Goiás, Campus Catalão. Goiás, p. 135. 2013.

MINNAERT, A. C. D. S. T. A feira sob um olhar etnografico. In: FREITAS, M. D. C. S. D.; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. D. **Escritas e narrativas sobre alimentação e**

cultura. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 130-148. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 09 janeiro 2019.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade: Questão agrária, Pobreza**, São Paulo, p. 213-240, Abr-Jun 2012. ISSN 110.

NASCIMENTO, E. M. D. D.; TORRES, I. C.; NASCIMENTO, R. R. S. D. Mulheres, meio ambiente e sustentabilidade. In: TORRES, I. C. **Entrelaçamento de Gênero na Amazônia - Silenciamentos, família, corpo e outras intersecções**. Manaus: Valer, 2015. p. 156.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista em Pauta**, Rio Janeiro , p. 135-170, 2007.

NODA, S. D. N.; NODA, H.; SILVA, A. I. C. D. Socioeconomia das unidades de agricultura familiar no Alto Solimões: formas de produção e governança ambiental. **Dinâmicas Socioambientais na Agricultura Familiar na Amazônia**, Manaus, 2013.

ONU, O. D. N. U.-. Direitos Humanos das Mulheres: A Equipe das Nações Unidas no Brasil, Brasília, JULHO 2018.

PAULILO, M. I. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 7. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PETRUS, J. K. B.; JUNIOR, M. V. P. A influência da participação social para o desenvolvimento local, 2016. Acesso em: 01 Fevereiro 2019.

PFAFF, A. et al. Impactos de Estradas na Amazônia brasileira. **Amazonia and Global Change Geophysical Monograph**, n. Series 186, p. 101-116, 2009.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLOEG, J. D. V. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, 2014. ISSN 1807-491X.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

ROSSINI, R. E.; CALIÓ, S. A. Gênero e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira. In: TORNQUIST, C. S.; COELHO, C. C.; (ORG.), E. A. **Leituras de Resistência. Corpo, violência e poder**. Florianópolis: Mulheres, v. 2, 2009. p. 325-344.

RUAS, E. D. **Metodologia participativa de extensão rural para ao desenvolvimento sustentável**. p. Belo Horizonte: MFXPAR, 2006.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. **Território, Terrórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. [S.l.]: Lamparina, 2007. p. 415.

SANTOS, R. A. D. A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no sudoeste do paraná. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 17, 2 semestre 2010. ISSN 21. Acesso em: 15 nov. 2018.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **SciELO; Estudos Feministas 12 (2)**, Florianópolis, maio-agosto 2004. 35 - 50. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: Janeiro 2019.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: BRASIL, M. D. D. A. N. D. E. A. E. D. R. **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005. p. 57-74.

SCHAAF, A. V. D. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, jul/dez 2003. p. 412-442.

SCHMITZ, H. **Agricultura Familiar Extensão Rural e Pesquisa Participativa**. São Paulo : Annablume, 2010.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre : UFRGS, 2015.

SCOTT, P.; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA, J. D. C. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. E. M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SERRA, R. M. S. **A prática institucionalizada do serviço social: determinações e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 1987.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e a Agroecologia: transformando o campo, a floresta e as pessoas**. Rio Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no programa de aquisição de alimentos. In: BRASIL., M. D. D. S. E. C. À. F. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: MDS/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome., 2014. p. 114-151.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S.

(.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SILVA, C.; PORTELA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro.. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**. Recife: Universitária da UFPE, v. II, 2010. p. 331.

SILVA, J. G. D. **O que é questão agrária**. [S.l.]: Brasiliense, v. Coleção primeiros passos, 1981.

SILVA, J. G. D. Velhos e Novos mitos do rural brasileiro. In: STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 288.

SILVA, S. H. D. **AUTOPOIESE NOS AGROECOSSISTEMAS DAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES – JURUTI/PA**. Universidade Federal do Amazonas. Tese de doutorado. Manaus, p. 237. 2015.

SORJ, B.; FONTES, A. Famílias monoparentais feminina, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, A. D. O., et al. **Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 420.

SORJ, B.; FONTES, A. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, A. D. O. C., et al. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas&Letras, 2002.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500 - 1960**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2011.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda - 1960 - 1980**. São Paulo: Expressão Popular , v. 2, 2012.

TELES, M. A. D. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TORRES, I. C. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

TORRES, I. C. **Humaitá: ecos de um povo**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas- EDUA, 2007.

TORRES, I. C. Gênero e sustentabilidade na Amazônia. In: TORRES, I. C. **O ethos das mulheres da Floresta**. Manaus: Valer, 2013. p. 254.

TORRES, I. C. **O ethos das mulheres da Floresta**. Amazonas: Fapeam , 2013.

TORRES, I. C. **Entrelaçamentos de Gênero na Amazônia**. Manaus : VALER, 2015.

TORRES, I. C.; OLIVEIRA, M. M. D. O. **Tráfico de mulheres na Amazônia**. Florianópolis: Mulheres, 2012.

TORRES, I. C.; SANTOS, F. V. D. **Gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011.

WANDELLI, E. et al. **A experiência da Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas (Rema) em transformar os laboriosos procedimentos estabelecidos pela legislação brasileira de orgânicos em mobilização social promotora da agroecológica**. [S.l.]: Cadernos de Agroecologia , v. 10, 2015.

WITKOSKI, A. C. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. **Série Amazônia: a terra e o homem**, Manaus, 2010.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANEXOS

APÊNDICES A –FRENTE DO ROTEIRO DA ENTREVISTA MULHERES

Formulário de Entrevista Individual – Mulheres Agricultoras.

1. Identificação

--

2. Naturalidade

--

3. Estado Civil

Casada	Solteira	Viúva	Separada	União E	Outro

4. N° de Filhos

0-1	2-3	4-5	Outro

5. Escolaridade

Fundamental		Incompleto	
Médio		Completo	
Superior			

6. Religião

Católico	Protestante	Espirita	Nenhuma	Outra

7. O terreno é titulado em nome de quem?

Homem	
Mulher	
Outro (Quem)	_____

8. A quanto tempo estão na propriedade?

0 – 5 anos	
5- 10 anos	
10- 15 anos	
15- 20 anos	
20-25 anos	
Outro	_____

9. Qual foi o meio que adquiriram a propriedade?

INCRA	Outro (Qual)	
-------	--------------	--

10. Quais as atividades que você desenvolve na propriedade?

Roçagem	Queimada	Plantio	Colheita	Venda
Outras (Quais)?				

11. Qual Sistema de Produção adotado em sua propriedade? Por que

Orgânico	Agroecológico	Convencional

12. Você se considera agricultora? Por que?

Sim	
Não	_____

13. Como é decidido o que será plantado?

--

14. Quais as organizações sociais rurais que você está vinculada?

Associação		Igrejas	
Sindicato		Outras	
Federação		_____	

15. Como ocorre a comercialização da sua produção?

Venda Direta		
Venda Indireta		
Outra forma		_____

16. Quem faz a venda? Por que?

Homem		
Mulher		
Outro		_____

17. Você tem transporte para escoar a produção?

Sim	
Não	_____

18. Sobre o trabalho desenvolvido em sua propriedade, como você se sente (Comunidade) Por que?

Valorizada		
Desvalorizada		_____

19. Sobre o trabalho desenvolvido em sua propriedade, como você se sente (Estado) Por que?

Valorizada		
Desvalorizada		_____

20. Qual a sua opinião sobre o trabalho das mulheres na comunidade?

--

21. Quais projetos voltados para a mulheres agricultoras você participa ou participou?

--

22. Você recebe e/ou algum benefício do governo Federal, Estadual ou Municipal, para o desenvolvimento das atividades produtivas, quais?

--

23. Quais as estratégias utilizadas para suprir a ausência de políticas públicas como Saúde, Educação, Assistência, Previdência?

--

ANEXOS A- VERSO DO ROTEIRO DA ENTREVISTA MULHERES

24. Você possui DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) se não por qual motivo?

SIM	
NÃO	

25. Quais produtos produzidos em sua propriedade?

26. Qual a quantidade desses produtos é destinada a comercialização?

Itens	Valor	Itens	Valor

27. Qual a quantidade é destinada ao consumo da família?

28. Qual a renda individual? E a renda família?

29. Quem trabalha em sua propriedade? Qual a quantidade de pessoas que executam as atividades produtivas

Família	
Funcionários	
Outros	

30. A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

Local _____

Data: ___/___/___

Entrevistadora _____

APÊNDICES B –FRENTE DO ROTEIRO DA ENTREVISTA HOMENS

Formulário de Entrevista Individual – Homens Agricultores.

1. Identificação

--

2. Naturalidade

--

3. Estado Civil

Casado	Solteiro	Viúvo	Separado	União E	Outro

4. N° de Filhos

0-1	2-3	4-5	Outro

5. Escolaridade

Fundamental		Incompleto	
Médio		Completo	
Superior			

6. Religião

Católico	Protestante	Espírita	Nenhuma	Outra

7. O terreno é titulado em nome de quem?

Homem		
Mulher		
Outro (Quem)		_____

8. A quanto tempo estão na propriedade?

0 – 5 anos		
5- 10 anos		
10- 15 anos		
15- 20 anos		
20-25 anos		
Outro		_____

9. Qual foi o meio que adquiriram a propriedade?

INCRA		Outro (Qual)	
-------	--	--------------	--

10. Sua origem familiar tem base na agricultura?

Sim		
Não		

11. Qual seu entendimento sobre o que é agricultura familiar? As mulheres estão inseridas? Por que?

Sim		
Não		

12. Com quantos anos você iniciou suas atividades na agricultura familiar?

13. Você acredita que o estado valoriza o trabalho das mulheres agricultoras? Por que?

Sim		
Não		

14. Quais as atividades que você desenvolve na propriedade?

Roçagem	Queimada	Plantio	Colheita	Venda
Outras (Quais)?				

15. Quais as atividades que sua esposa /companheira desenvolve na propriedade?

Roçagem	Queimada	Plantio	Colheita	Venda
Outras (Quais)?				

16. Qual Sistema de Produção adotado em sua propriedade? Por que?

Orgânico	Agroecológico	Convencional

17. Você se considera agricultor? Por que?

Sim		
Não		

18. Como é decidido o que será plantado? Sua esposa interfere?

--

19. Qual sua opinião sobre o trabalho feminino na agricultura familiar no assentamento Água Branca?

20. Qual o poder de decisão que sua esposa/companheira tem sobre as atividades desenvolvidas na propriedade?

21. Você acha relevante sua esposa/companheira participar das organizações sociais no assentamento? Quais ela participa?

Sim		Associação		
Não		Sindicato		
		Federação		
		Outro		

--

22. Sua esposa participa da comercialização dos produtos produzidos na propriedade?

Sim		
Não		

APÊNDICES B – VERSO DO ROTEIRO DA ENTREVISTA HOMENS

23. Como você classifica a importância do trabalho de sua esposa na propriedade? 33. O senhor gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Importante	Pouco importante	Sem importância	
------------	------------------	-----------------	--

24. Qual a sua opinião sobre o trabalho das mulheres na comunidade?

25. Quais projetos voltados para a mulheres agricultoras você conhece?

26. Você ou algum membro de sua família recebe ou recebeu algum benefício do governo Federal, Estadual ou Municipal, para o desenvolvimento das atividades produtivas, quais?

27. Você ou algum membro da família possui DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) se não por qual motivo?

SIM	
NÃO	

28. Quais produtos produzidos em sua propriedade?

29. Algum desses produtos tem a participação exclusiva da mulher?

Quais?

30. Algum produto é destinado apenas ao consumo da família?

Qual?

31. Qual a renda individual? E a renda família?

32. Quem trabalha em sua propriedade? Qual a quantidade de pessoas que executam as atividades produtivas?

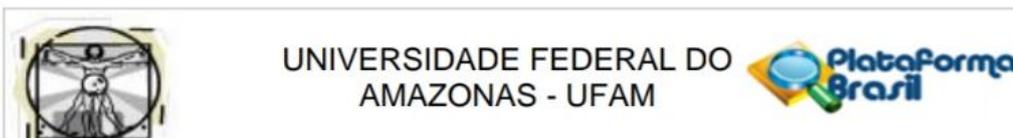
Família	Funcionários	Outros	

Local _____

Data: ____/____/____

Entrevistadora _____

APÊNDICES C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Protagonismo das Mulheres Agricultoras do Projeto de Assentamento Água Branca: Trajetórias de Trabalho e Organização Social

Pesquisador: Viviane Rocha

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 92262618.8.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.868.552

Apresentação do Projeto:

Resumo:

O presente estudo propõe-se analisar de que forma ocorre o protagonismo das mulheres no trabalho da agricultura familiar, dando especial destaque às suas trajetórias de vida e organização social. A escolha por se estudar tal temática se deu pela necessidade de se compreender a história de vida e organização social dessas mulheres. Considerando que a agricultura familiar apresenta uma grande importância social e econômica para a Amazônia. O estudo também pretende averiguar a participação das mulheres no trabalho da agricultura familiar na Amazônia, dando relevo à questão da terra e da titularidade do assentamento, como também buscará identificar o protagonismo das mulheres moradoras do Assentamento Água Branca, remetendo para sua visibilização no âmbito da organização social e política e deste modo traçar a trajetória de vida e de trabalho de mulheres do assentamento Água Branca, buscando da ênfase a vivência em comunidade e experiência coletiva de poder de decisão

Hipótese:

As mulheres agricultoras são sujeitos Central no Assentamento Água Branca

Metodologia Proposta:

Este estudo está sendo conduzido por uma trilha metodológica que tem o aporte teórico

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 2.868.552

metodológico das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. A pesquisa se realizará na cidade de Manaus, no Projeto de Assentamento Água Branca comunidade Uberê, localizada na Zona Rural, pertencente ao Estado do Amazonas. Sujeito do estudo (população amostra) Para o desenvolvimento da pesquisa de campo os potenciais sujeitos da pesquisa são vinte (20), e com intuito de atingir 50% dos potenciais que estão centradas na coleta de dados primários numa amostra de 10 das mulheres do chão de comunidade, assentada ou com companheiro assentado, para averiguarmos sobre o trabalho e como elas se veem como agricultoras dentre outras questões. Os dados serão coletados através de entrevista com aplicação de formulários, contendo perguntas abertas e fechadas, tendo em vista que os sujeitos deste grupo são centrais para esta pesquisa.

Critério de Inclusão:

Ter acima de 18 anos de idade; Ser integrante do Assentamento Água Branca; Ser participante da Associação (membro); Ser agricultora.

Critério de Exclusão:

Ser integrante de outro Assentamento; Ter abaixo de 10 anos de moradia no Assentamento; Ter vínculo empregatício em instituições públicas ou privadas;

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar de que forma ocorre o protagonismo das mulheres no trabalho da agricultura familiar no Assentamento Água Branca, dando especial destaque às suas trajetórias de vida e organização social

Objetivo Secundário:

Averiguar a participação das mulheres no trabalho da agricultura familiar na Amazônia, dando relevo à questão da terra e da titularidade do assentamento; Identificar o protagonismo das mulheres moradoras do Assentamento Água Branca, remetendo para sua visibilização no âmbito da organização social e política; Traçar a trajetória de vida e de trabalho de mulheres do assentamento Água Branca, buscando da ênfase a vivência em comunidade e experiência coletiva de poder de decisão.

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

Página 02 de 05



Continuação do Parecer: 2.868.552

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Quanto aos riscos aos participantes da pesquisa estão: a exposição de sua imagem através de fotografias que terão seus riscos minimizados com a captura a longa distância ou de modo a não revelar seu rosto; a possibilidade de lhe causar algum constrangimento ou trazer à sua memória experiências ou situações vividas que lhe causem algum desconforto ou forte emoção, caso isso ocorra darei um tempo para o (a) Sr (a) se recuperar, esteja bem e deseje continuar a entrevista; e a exposição de informações pessoais ou profissionais ao responder o questionário, porém,

caso o (a) Sr (a) julgue alguma informação comprometedora seu nome não será revelado no momento em que sua resposta for citada.

Benefícios:

A Sra. estará contribuindo para com o debate do protagonismo das mulheres no trabalho da agricultura familiar no Assentamento Água Branca, dando especial destaque às trajetórias de vida e organização social, através da divulgação pública dos resultados. O sujeito também estará contribuindo com informações relevantes para a construção do presente estudo e ampliação do conhecimento científico acerca do tema em questão

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

2 versao

Projeto de mestrado

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de Rosto:adequado

Riscos (no corpo): adequado

Benefícios:adequado

Orçamento:adequado

Cronograma:adequado

Critérios de exclusão: adequado

Critérios de inclusão: adequado

Instrumentos da Pesquisa:adequado

Termo de Anuência:adequado

TCLE: adequado

Recomendações:

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

Continuação do Parecer: 2.868.552

O pesquisador somente poderá iniciar a coleta de dados (pesquisa de campo), após análise e aprovação pelo CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois o pesquisador cumpriu parcialmente as determinações da Res. 466/2012.

É o parecer

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1134624.pdf	08/08/2018 18:20:42		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUIISA_ATUALIZADO.pdf	08/08/2018 18:20:05	Viviane Rocha	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	08/08/2018 18:14:15	Viviane Rocha	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_CEP.pdf	08/08/2018 17:47:39	Viviane Rocha	Aceito
Outros	ENTREVISTA_AS_AGRICULTORAS.pdf	08/08/2018 17:11:50	Viviane Rocha	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA_COMUNIDADE.pdf	08/08/2018 17:10:09	Viviane Rocha	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	29/05/2018 00:09:10	Viviane Rocha	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	29/05/2018 00:07:38	Viviane Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_VIVIANE_DE_OLIVEIRA_ROCHA.pdf	28/05/2018 23:56:24	Viviane Rocha	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado